

Revista
Geografia
e Pesquisa

volume

9

n° 1

ISSN 1806-8553

unesp 

Ourinhos

2015

© 2015 Curso de Geografia do Campus Experimental de Ourinhos

CAPA

Natália Bae

FOTO DE CAPA

Marcelo Rossi

PROJETO GRÁFICO

Maurício Marcelo

DIAGRAMAÇÃO

Bruna Orkki

REVISÃO

Marília Koepl e Renato Ritto

EDITORACÃO ELETRÔNICA

TIKINET

R4546

Revista Geografia e Pesquisa / Universidade Estadual Paulista.
Câmpus Experimental de Ourinhos. Curso de Geografia –
Ourinhos: Curso de Geografia, 2014.

74p.; 21cm.

Semestral
v.9, n.1, jan/jun.

ISSN 1806-8553

1. Geografia. 2. História. I. Universidade Estadual Paulista.
Campus Experimental de Ourinhos. Curso de Geografia.
II. Título.

CDD: 910.05

Os textos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores.
Permite-se a reprodução parcial, desde que mencionada a fonte.
Solicita-se permuta – Se solicita intercâmbio – We ask for Exchange

EXPEDIENTE

ADMINISTRAÇÃO E CORRESPONDÊNCIA

Universidade Estadual Paulista, Câmpus Experimental de Ourinhos – Curso de Geografia

Av. Vitalina Marcusso, 1500

19910-206 – SP

PABX: (14) 3302-5700

Home Page: <http://www.ourinhos.unesp.br/revistageografiaepesquisa>

E-mail: revistageografiaepesquisa@yahoo.com.br

EDITORES RESPONSÁVEIS

Fabiana Lopes da Cunha

E-mail: fabiana@ourinhos.unesp.br

Luciene Cristina Risso

E-mail: luciene@ourinhos.unesp.br

SECRETARIA

Leonardo Hiroshi Horie

E-mail: revistageografiaepesquisa@yahoo.com.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP

Júlio César Durigan

Reitor

Marilza Vieira Cunha Rudge

Vice-Reitora

Carlos Antonio Gamero

Pró-Reitor de Administração – PRAD

Mariângela Spotti Lopes Fujita

Pró-Reitora de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários – PROEX

Eduardo Kokubun

Pró-Reitor de Pós Graduação – PROPG

Maria José Soares Mendes Giannini

Pró-Reitora de Pesquisa – PROPE

Laurence Duarte Colvara

Pró-Reitor de Graduação – PROGRAD

CÂMPUS EXPERIMENTAL DE OURINHOS

Andréa Aparecida Zacharias
Coordenadora Executiva

Edson Luís Piroli
Vice-Coordenador Executivo

Fabiana Lopes da Cunha
Coordenadora do Curso de Geografia

REVISTA GEOGRAFIA E PESQUISA

COMISSÃO EDITORIAL

Fabiana Lopes da Cunha – UNESP Ourinhos
Luciene Cristina Risso – UNESP Ourinhos

CONSELHO CIENTÍFICO

Ailton Luchiari – FFLCH/USP / SP
André Munhoz Argollo Ferrão – UNICAMP / SP
Andrea Aparecida Zacharias – UNESP / Ourinhos
Angelita Matos Souza – UNESP / Rio Claro
Antonio Nivaldo Hespanhol – UNESP / Presidente Prudente
Antonio Thomáz Junior – UNESP / Presidente Prudente
Bernadete A. C. Castro – UNESP / Rio Claro
Cenira Lupinacci – UNESP / Rio Claro
David Treece – King's College London / Londres/Inglaterra
Eliseu Severio Sposito – UNESP / Presidente Prudente
João Lima Sant'Anna Neto – UNESP / Presidente Prudente
José Flávio Morais Castro – PUC / MG
José Manuel Mateo Rodriguez – Universidad de Havana / Cuba
Lisandra Pereira Lamoso – UFGD
Marcelo José Lopes de Souza – UFRJ
Marcelo Martinelli – USP / SP
Maria Encarnação Beltrão Sposito – UNESP / Presidente Prudente
Maria Inez Machado Borges Pinto – FFLCH/USP / SP
Ricardo Antonio Tena Nuñez – UNAM / Cidade do México/México
Zeny Rosendahl – UERJ / RJ

Editorial

A revista *Geografia e Pesquisa* é um periódico científico nacional que publica semestralmente, artigos inéditos e resenhas na área da Geografia e ciências afins. Seu primeiro número foi lançado em 2007. Portanto, **nove anos** contribuindo para a popularização e educação científica no país e no exterior. Até o ano de 2011 a publicação era na versão impressa. No entanto, a partir de 2012 a versão online, proporcionou uma visibilidade maior para o trabalho.

Em seu primeiro número de 2015 (**volume 9, número 1**) a revista **está com novo projeto gráfico**, tornando-a mais moderna e esteticamente mais bonita, e principalmente, mantendo a qualidade dos conteúdos publicados.

A publicação do primeiro semestre de 2015 conta com uma entrevista, seis artigos e uma resenha.

A entrevista com o Professor Doutor Marcos Aurélio Saquet da Unioeste (Francisco Beltrão) intitulada “Questões sobre o território: os múltiplos olhares da geografia brasileira” e organizada pelo professor Dr. Lucas Labigalini Fuini (UNESP-Ourinhos) proporciona uma visão de um importante profissional da área de território.

O primeiro artigo intitulado “O processo de verticalização do bairro Jóquei na cidade de Teresina/PI: formação, agentes e produção do espaço” da autoria de David José da Silva e Antonio Cardoso Façanha, ambos da Universidade Federal do Piauí (UFPI) analisa a produção imobiliária na cidade de Teresina a partir do processo de verticalização, caracterizado como um processo que foi induzido pela produção espacial do bairro Jóquei na zona Leste.

O segundo artigo “As escolas rurais na mesorregião oeste do Paraná (1950-2013)” da autoria de Anderson Bem e Maria das Graças de Lima da Universidade Estadual de Maringá (UEM) busca entender as escolas rurais, utilizando dados empíricos, dentro do contexto das transformações socioeconômicas dessa região do Paraná.

O terceiro artigo, “As fronteiras da diferença em Amélia, de Ana Carolina” escrito por Gabriela Laurito Boer do programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) discute o conceito de fronteira a partir do filme **Amélia** (2000), de Ana Carolina e suas contribuições para a ciência geográfica.

O quarto artigo intitulado “Indústria e desenvolvimento regional: o caso do pólo industrial de calçados de São João Batista/SC” de Helton Rogério da Rosa do programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) realiza uma análise do setor calçadista de São João Batista, capital catarinense do calçado, à luz do paradigma de formação socioespacial.

Em “Territorialidade cultural em tempos de globalização: uma análise da atuação do estado e de centros culturais”, produzido por Jadson Albuquerque e Antônio Arthur Cruz do Nascimento, ambos da Universidade do Estado do Pará reflete sobre o território, dentro de uma abordagem de geografia política.

E finalmente, o sexto artigo, “O mapeamento das áreas vulneráveis aos riscos ambientais e as políticas públicas municipais para a sustentabilidade do patrimônio ambiental urbano”, escrito por Franciele Caroline Guerra e Andréa Aparecida Zacharias, ambas da Universidade estadual Paulista, campus de Ourinhos, avalia alguns indicadores ambientais no município de Ourinhos (SP) para obter as áreas vulneráveis aos riscos ambientais urbanos por alagamentos, enxurradas, enchentes e inundações, visando políticas públicas municipais para a sustentabilidade e gestão do patrimônio ambiental urbano.

E encerramos esse número com a resenha da obra clássica “Princípios de geografia humana”, de Paul Vidal de La Blache da autoria de Deyse Cristina Brito Fabrício e Antônio Carlos Vitte, da UNICAMP.

Agradecemos a todos os colaboradores que contribuíram com nossa revista, e aos pareceristas pelas sugestões, refinando as ideias apresentadas nesse número.

Esperamos que a revista *Geografia e Pesquisa* atinja o propósito da disseminação desses artigos de qualidade e que todos tenham uma boa leitura. Reiteramos o convite a comunidade acadêmica na divulgação da pesquisa.

Prof. Dra. Fabiana Lopes da Cunha
Prof. Dra. Luciene Cristina Risso

Questões sobre o território: os múltiplos olhares da geografia brasileira*

ENTREVISTADO: PROF. DR. MARCOS AURÉLIO SAQUET (UNIOESTE DE FRANCISCO BELTRÃO E DE PRESIDENTE PRUDENTE)

ENTREVISTADOR: PROF. DR. LUCAS LABIGALINI FUINI (UNESP DE OURINHOS)

* Esta entrevista foi encaminhada via e-mail (questões fechadas) e prontamente respondida pelo prof. Marcos Saquet na primeira quinzena de janeiro de 2015.

Trata-se de procedimento de pesquisa para levantamento de dados que está sendo utilizado em nosso trabalho de pós-doutorado na Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Presidente Prudente, desenvolvido na Faculdade de Ciências e Tecnologia e no Grupo de Pesquisa sobre Produção do Espaço e Redefinições Regionais (Gasperr). Iniciada no segundo semestre de 2014, Território e Geografia no Brasil: uma análise da produção científica no período contemporâneo é a pesquisa de pós-doutorado que está em andamento.

1) Nome completo, titulação, filiação institucional.

Marcos Aurelio Saquet, doutor em Geografia pela Unesp, campus de Presidente Prudente, com doutorado sanduíche na Università Ca Foscari di Venezia e pós-doutorado no Politécnico e Università di Torino. Atualmente sou professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), campus de Francisco Beltrão (graduação e mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) e da Unesp no Programa de Pós-Graduação em Geografia (mestrado e doutorado).

2) Atividades acadêmicas atuais (publicações, grupos de pesquisa, pós-graduação).

Principais publicações atuais:

ARTIGOS

SAQUET, M. A. Agricultura camponesa e práticas (agro)ecológicas. Abordagem territorial histórico-crítica, relacional e pluridimensional. **Mercator**, v. 13 n. 2, p. 125-143, 2014.

SAQUET, M. A.; ALVES, A. F. Experiências de desenvolvimento territorial em confronto. **Campo – Território**, v. 9, n. 17, p. 574-598, 2014.

ALVES, A. F.; SAQUET, M. La reproducción de las cooperativas de la agricultura familiar y economía solidaria: el caso de la unión nacional de cooperativas de la agricultura familiar y economía solidaria (UNICAFES). **Perfil de Coyuntura Económica**, v. 23, p. 125-144, 2014.

SAQUET, M. A. L'approche territoriale historico-critique et relationnelle: une analyse comparative. **URBIA – Les Cahiers du Développement Urbain Durable**, v. 16, p. 229-247, 2014.

_____. Territorialidades, relações campo-cidade e ruralidades em processos de transformação territorial e autonomia. **Campo – Território**, v. 9, n. 18, p. 1-30, 2014.

SAQUET, M. A.; CICHOSKI, P. Bertha Becker: uma contribuição à análise da sua concepção de geografia, espaço e território. **Campo – Território**, v. 8, n. 15, p. 1-26, 2013.

SAQUET, M. A. El desarrollo en una perspectiva territorial multidimensional. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais – UFPE**, v. 2, n. 1, p. 111-123, 2013.

SAQUET, M. A. et al. L'agroecologia come strategia di inclusione sociale e sviluppo territoriale: una esperienza brasiliana. **Rivista Geografica Italiana**, v. 120, n. 2, p. 118-135, 2013.

LIVROS

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 200.

_____. **Il territorio della Geografia**: Approcci a confronto fra Brasile e Italia. Milão: Franco Angeli, 2012. p. 190.

_____. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**: Uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 128.

CAPÍTULOS DE LIVROS

SAQUET, M. Dinâmicas territoriais rurais e urbanas In: **Territórios, paisagens e suas dinâmicas**. 1. ed. São Luís, MA: EDUEMA, 2014. p. 65-91.

_____. Participação social em territórios de identidade e desenvolvimento numa práxis dialógica e cooperada In: **Identidade, território e resistência**. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 11-36.

NETO, H. B.; SAQUET, M. A. Os territórios da imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul In: **Estudos territoriais na ciência geográfica**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 165-188.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial: Continuando a reflexão. In: **Estudos territoriais na ciência geográfica**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 47-74.

_____. Reflexões sobre o conceito de território e suas relações com os estudos de cultura e identidade In:

Maneiras de ler geografia e cultura. 1. ed. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2013. p. 37-51.

GRUPOS DE PESQUISA

Sou coordenador do Grupo de Estudos Territoriais (Geterr), vinculado ao Centro de Ciências Humanas da Unioeste – campus de Francisco Beltrão.

PÓS-GRADUAÇÃO

Já mencionada no primeiro item.

3) Como você define o Território e como dimensiona sua importância nos estudos geográficos?

O território, sucintamente, é uma construção social, portanto, dá-se na relação espaço-tempo e é efetivado objetiva e subjetivamente pela atuação dos homens vivendo a relação sociedade-natureza. O território é apropriado e produzido socialmente, por meio das relações supracitadas, técnicas, tecnológicas, dos saberes e conhecimentos. Há, portanto, mediadores na construção histórica e social do território. O território tem algumas características epistemológicas e ontológicas fundamentais: a) é **apropriado** e **dominado** no processo de valorização do capital, tem um conteúdo político e econômico envolvendo **pont**os, redes e **malhas** (INDOVINA; CALABI, 1974); b) é **apropriado** e **produzido** em diferentes níveis escalares (MAGNAGHI, 1976; DEMATTEIS, 1985). É relacional e reticular (**transescalar**) substantivando uma **geografia reticular** (DEMATTEIS, 1985, 1990; TURCO, 1988, 2010) ou uma complexa **trama** territorial **trans e multiescalar** (DEMATTEIS, 1985, 2001) ou ainda relações **transterritoriais** (CAMAGNI, 1993, 1997; CAMAGNI; SALONE, 1993) que significam interações **horizontais e verticais** (DEMATTEIS, 1964, 1970); c) é **produzido** por meio das territorialidades, significando um processo histórico e social centrado nas relações de poder, nas redes (nós e malhas) e nas identidades culturais (RAFFESTIN, 1977, 1993 [1980], 1986, 2003, 2005, 2009; CAMAGNI, 1990, 1993; CAMAGNI; SALONE, 1993; SAQUET, 2003 [2001], 2007, 2009, 2011a, 2011b). O território é construído socialmente com os significados concretos das **gentes** em seus locais de vida (QUAINI, 1978; SERENI, 1979; GAMBI,

1986; MAGNAGHI, 2003, 2011; SAQUET, 2011). Esta construção envolve, ao mesmo tempo, relações de poder, identidades, diferenças, redes de circulação e comunicação, a natureza e desigualdades, com mudanças/descontinuidades e permanências/continuidades.

REFERÊNCIAS

CAMAGNI, R. Strutture urbane gerarchiche e reticolare: verso una teorizzazione. In: CURTI, F.; DIAPPI, L. (Org.). **Gerarchie e reti di città**: Tendenze e politiche. Milão: Franco Angeli, 1990.

_____. Le reti di città in Lombardia: introduzione e sintesi della ricerca. In: CAMAGNI, R.; DE BLASIO, G. (Org.). **Le reti di città**. Teoria, politiche e analisi nell'area padana. Milão: Franco Angeli, 1993. p. 21-52.

_____. Luoghi e reti nelle politiche di competitività territoriale. In: CAMAGNI, R.; CAPELLO, R. (Org.). **Strategie di competitività territoriale**: Il paradigma a rete. Torino: SEAT, 1997. p. 167-179.

CAMAGNI, R.; SALONE, C. Elementi per una teorizzazione delle reti di città. In: CAMAGNI, R.; DE BLASIO, G. (Org.). **Le reti di città**. Teoria, politiche e analisi nell'area padana. Milão: Franco Angeli, 1993. p. 53-67.

DEMATTEIS, G. Alcuni relazioni tra l'ambito territoriale dei rapporti sociali e i caratteri della casa rurale. **Atti 19º Congresso Geografico Italiano**, Como, v. III, 1964. p. 239-253.

_____. "Rivoluzione quantitativa" e nuova geografia. **Laboratorio di Geografia Economica**, Università degli Studi di Torino, Torino, n. 5, 1970.

_____. **Le metafore della terra**. La geografia umana tra mito e scienza. Milano: Feltrinelli, 1985.

_____. Modelli urbani a rete. Considerazioni preliminari. In: CURTI, F.; DIAPPI, L. (Org.). **Gerarchie e reti di città**: Tendenze e politiche. Milão: Franco Angeli, 1990.

_____. Per una geografia della territorialità attiva e dei valori territoriali. In: BONORA, P. (Org.). **Slot, quaderno 1**. Bologna: Baskerville, 2001. p. 11-30.

GAMBI, L. La costruzione dei piani paesistici. **Rivista Urbanistica**, n. 85, 1986.

INDOVINA, F.; CALABI, D. Sull'uso capitalistico del territorio. In: LUSSO, G. (Org.). **Economia e territorio**. Milano: Angeli, 1974. p. 205-222.

MAGNAGHI, A. Il territorio nella crisi. **Quaderni del territorio**, anno 1, n. 1. Milano: CELUC Libri, 1976. p. 15-29.

_____. La rappresentazione identitaria del patrimonio territoriale. In: DEMATTEIS, G.; FERLAINO, F. (Org.). **Il mondo e i luoghi**: Geografie delle identità e del cambiamento. Torino: IRES, 2003. p. 13-20.

_____. Educare al territorio: conoscere, rappresentare, curare, governare. In: GIORDA, C.; PUTTILLI, M. (Org.). **Educare al territorio, educare il territorio**: Geografia per la formazione. Roma: Carocci, 2011. p. 32-42.

QUAINI, M. **Dopo la geografia**. Roma: L'Espresso Strumenti, 1978.

RAFFESTIN, C. Paysage et territorialité. **Cahiers de géographie du Québec**, v. 21, n. 53-54, p. 123-134, 1977.

_____. Territorializzazione, deterritorializzazione, riterritorializzazione e informazione. In: TURCO, A. (Org.). **Regione e regionalizzazione**. Milano: Angeli, 1984. p. 69-82.

_____. Punti di riferimento per una teoria della territorialità umana. In: COPETA, C. (Org.). **Esistere e dabitare**. Prospettive umanistiche nella geografia francofona. Milano: Angeli, 1986. p. 75-89.

_____. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993 [1980].

_____. Immagini e identità territoriali. In: DEMATTEIS, G.; FERLAINO, F. (Org.). **Il mondo e i luoghi**: Geografie delle identità e del cambiamento. Torino: IRES, 2003. p. 3-11.

_____. **Dalla nostalgia del territorio al desiderio di paesaggio**. Elementi per una teoria del paesaggio. Firenze: Alinea, 2005.

_____. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M.; SPOSITO, E. (Org.). **Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 17-35.

SAQUET, M. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre, RS: EST, 2003 [2001].

_____. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M.; SPOSITO, E. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

_____. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**: Uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras Expressões, 2011a.

_____. Contribuições teórico-metodológicas para uma abordagem territorial multidimensional em geografia agrária. In: SAQUET, M.; SUZUKI, J.; MARAFON, G. (Org.). **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. São Paulo: Expressão Popular, 2011b. p. 209-226.

SERENI, E. **Storia del paesaggio agrario italiano**. Roma; Bari: Laterza, 1979.

TURCO, A. **Verso uma teoria geografica della complessità**. Milano: Unicopli, 1988.

_____. **Configurazioni della territorialità**. Milão: Franco Angeli, 2010.

4) Quais são suas principais influências teóricas para a discussão do Território?

Conforme tenho mencionado nos meus textos, especialmente em 2013, tenho forte influência de autores da literatura italiana, porém, sem negligenciar autores importantes do Brasil, da França e da

Suíça. Inicialmente, cabe evidenciar a influência que tive de autores como Henri Lefebvre, David Harvey, Karl Marx, Friedrich Hegel, Michel Foucault, Milton Santos e Ferdinand Braudel, mais precisamente sobre a relação espaço-tempo. Isso ocorreu na primeira fase da minha formação acadêmica, especialmente durante o mestrado. Depois, durante o doutorado, acabei me direcionando para a discussão do território, e em Veneza encontrei uma gama considerável de autores italianos que decidi estudar detalhadamente, o que fiz durante o pós-doutorado, em 2006 e, posteriormente, no Brasil. Sobre o território, tenho influências significativas de autores como Gilles Deleuze, Félix Guattari, Jean Gottmann e Claude Raffestin, porém, também, dos italianos Arnaldo Bagnasco, Giuseppe Dematteis, Francesco Indovina, Roberto Camagni, Massimo Quaini, Alberto Magnaghi, Enzo Rullani, Angelo Turco, Eugenio Turri, Francesca Governa e Egidio Dansero, em virtude das concepções elaboradas desde a década de 1960, do destaque dado ao território, às redes, às identidades e ao poder e, sobretudo, aos processos de desenvolvimento de base local, tema e processo que tem me interessado diretamente nos últimos 19 anos. Publiquei recentemente (2013) um detalhamento da construção, ao longo do tempo, da concepção com a qual tento trabalhar nas pesquisas empíricas, nas aulas e nos projetos de extensão universitária. Outras informações centrais sobre minhas principais influências podem ser encontradas em Saquet (2007, 2009a, 2011a, 2011b).

REFERÊNCIAS

SAQUET, M. Reflexões sobre o conceito de território e suas relações com os estudos de cultura e identidade. In: HEIDRICH, Á.; COSTA, B.; PIRES, C. (Org.). **Maneiras de ler geografia e cultura**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2013. p. 37-51.

5) Quais são os principais geógrafos brasileiros e estrangeiros na análise do Território? Eles influenciaram sua obra?

Conforme mencionei na pergunta anterior, historicamente, utilizo argumentações de distintos autores, especialmente estrangeiros, geógrafos, sociólogos, arquitetos, economistas e filósofos. Os que mais influenciam a concepção de território com a qual trabalho foram descritos anteriormente.

No Brasil, na análise do território, destacam-se Bertha Becker, Milton Santos, Antonio Carlos Robert Moraes, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Marcelo Lopes de Souza, Rogério Haesbaert, Bernardo Mançano Fernandes, Eliseu Sposito e Álvaro Heidrich, cada qual com seu tema de pesquisa, especialidade e concepção. Há outros colegas, porém, com menor circulação nacional e internacional.

Em nível internacional, além dos autores que mencionei na pergunta anterior, cabe destacar também Robert Sack, Roger Brunet e Edward Soja, este, um dos precursores das discussões sobre a territorialidade (humana) numa perspectiva histórico-crítica, com Giuseppe Dematteis e, especialmente, Claude Raffestin. Esses autores, sem dúvida, destacam-se na análise do território, utilizando-o como um conceito central.

6) Cite as obras fundamentais que aquele que pretende aderir à abordagem geográfico-territorial deve ler.

Veja bem, há muitas obras de autores brasileiros e estrangeiros, porém, destaco as seguintes, justamente por nos fornecerem as bases da renovação teórico-metodológica que ocorreu a partir dos anos 1950:

_____. BAGNASCO, A. Problematiche dello sviluppo e articolazione dell'analisi: un paradigma per l'analisi territoriale. In: BAGNASCO, A.; MESSORI, M.; TRIGILIA, C. (Org.). **Le problematiche dello sviluppo italiano**. Milão: Feltrinelli, 1978. p. 205-251.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O anti-Édipo**. Capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Imago, 1976 [1972].

DEMATTEIS, G. "Rivoluzione quantitativa" e nuova geografia. **Laboratorio di Geografia Economica**, Università degli Studi di Torino, Torino, n. 5, 1970.

_____. **Le metafore della terra**. La geografia umana tra mito e scienza. Milano: Feltrinelli, 1985.

_____. **Progetto implicito**. Il contributo della geografia umana alle scienze del territorio. Milano: Angeli, 1995.

GOTTMANN, J. De la méthode d'analyse en géographie humaine. **Bulletin de la Société de Géographie**, Paris, n. 301, p. 1-12, 1947.

_____. **La politique des États et leur Géographie**. Paris: Armand Colin, 1952.

_____. **The significance of territory**. Charlottesville: University Press of Virginia, 1973.

INDOVINA, F.; CALABI, D. Sull'uso capitalistico del territorio. In: LUSSO, G. (Org.). **Economia e territorio**. Milano: Angeli, 1974. p. 205-222.

MAGNAGHI, A. **Il progetto locale**. Torino: Bollati Boringhieri, 2000.

QUAINI, M. Storia, geografia e territorio. Sulla natura, gli scopi e i metodi della geografia storica. **Miscellanea storica Ligure**, v. 6, n. 7, 1974a.

_____. **Marxismo e geografia**. Firenze: La Nuova Italia, 1974b.

RAFFESTIN, C. Paysage et territorialité. **Cahiers de géographie du Québec**, v. 21, n. 53-54, p. 123-134, 1977.

_____. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993 [1980].

_____. **Dalla nostalgia del territorio al desiderio di paesaggio**. Elementi per una teoria del paesaggio. Firenze: Alinea, 2005.

_____. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M.; SPOSITO, E. (Org.). **Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 17-35.

SACK, R. **Human territoriality: Its theory and history**. Cambridge: Cambridge University, 1986.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SOJA, E. The political organization of space. **Association of American Geographers**, Washington, paper n. 8, p. 1-54, 1971.

7) Qual é sua avaliação sobre a reemergência do Território na explicação dos fenômenos socioespaciais em detrimento de outros conceitos também tradicionais da geografia, como espaço, paisagem e região?

Sinceramente, a partir da retomada mais sistemática do conceito de território no Brasil, no início dos anos 1990, não sei se houve uma desvalorização de outros conceitos basilares da geografia. É uma questão para ser estudada meticulosamente, pois o espaço continua sendo largamente utilizado e o mesmo ocorre com o conceito de lugar, sobretudo a partir dos anos 2000. A região, nos anos 1990, já não era tão utilizada como fora outrora, principalmente entre os anos 1950 e 1970. A paisagem continua importante, sendo utilizada ora com o território, ora com o lugar, ora com o espaço geográfico. É um ótimo tema, sem dúvida, para um longo projeto de pesquisa.

Eu penso que a reemergência do território, conforme você menciona, era necessária e não aconteceu por acaso. Ocorreu justamente porque havia necessidade de se incorporar e/ou fortalecer outros conceitos com outros significados, para tentar explicar de maneira mais adequada mudanças profundas que aconteciam no Brasil e no exterior, tais como fusões econômicas transnacionais, processos específicos de desenvolvimento local e ambiental, articulações políticas que envolviam e eram envolvidas intensas relações de poder, a valorização de características culturais etc. Ocorre, também, uma ampla divulgação do livro do prof. Claude Raffestin, *Por uma geografia do poder* (1993), fato que também favorece a retomada do território como conceito com a difusão desse conceito em estudos de geografia agrária, mais especificamente pelos professores Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Bernardo Mançano Fernandes entre outros.

8) Como é possível aplicar sua abordagem Territorial em estudos de caso? Apresente-nos alguns exemplos.

Olha, felizmente, há muitas pessoas utilizando aspectos da abordagem com a qual trabalho e

tenho socializado por meio de algumas publicações, tais como Saquet (2003 [2001], 2007, 2009a, 2011a, 2011b) entre outras. Penso que didaticamente é possível utilizar da seguinte maneira: a) redes, poderes, territórios, apropriações, tempos, produções, territorialidades, atores, todos são elementos e movimentos sempre presentes historicamente na territorialização, na desterritorialização e na reterritorialização, processos que podem ser apreendidos considerando-se: os atores sociais e todas suas ações e reações múltiplas e cotidianas em forma de redes, efetivadas em diferentes escalas (transescalaridade); b) a apropriação simbólica e material, isto é, econômica, política e cultural do espaço geográfico; as técnicas e tecnologias, o conhecimento e a ciência, o saber popular como mediações entre o homem e o espaço na apropriação e a produção territorial; as relações de poder e trabalho, tais como consumo de energia, conhecimentos, experiências, mercadorias; os objetivos, as metas e as finalidades de cada atividade social ou conjunto de atividades, sejam elas econômicas e/ou políticas e/ou culturais de certos indivíduos e grupos sociais; c) as relações do homem com sua natureza interior e, sobretudo, com sua natureza exterior (inorgânica); d) as continuidades e descontinuidades historicamente condicionadas e como fatores determinantes do movimento perpétuo de reprodução da vida; e) a heterogeneidade e os traços comuns: desigualdades, diferenças e identidades; f) os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR) concomitantes e complementares, isto é, os processos de mobilidade dos indivíduos e as mudanças-permanências sociais e espaciais que estão presentes em qualquer apropriação e arranjo espacial, seja no campo, seja na cidade. Processos que acontecem no mesmo lugar ou entre lugares diferentes, no mesmo período ou entre períodos históricos distintos (SAQUET, 2009a, p. 88-90). Algumas situações específicas de pesquisa empírica e projetos de extensão universitária podem ser verificadas em Saquet (2003 [2001], 2006, 2009b, 2014), Saquet, Dansero e Candiotto (2012), Saquet et al. (2010), Saquet, Souza e Santos (2010) e em Saquet e Sposito (2008). Há, portanto, muitas possibilidades, sobretudo ajustando-se aspectos da abordagem utilizados a cada projeto de pesquisa e/ou de extensão, respeitando-se os objetos de estudos, as problemáticas, os objetivos etc. de cada pesquisador e/ou grupo de estudos.

REFERÊNCIAS

- SAQUET, M. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no Sudoeste paranaense. In: SPOSITO, M. E.; WHITACKER, A. (Org.). **Cidade e campo: Relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 157-186.
- _____. Reterritorialização e identidade. In: MEDEIROS, R.; FALCADE, I. (Org.). **Tradição versus tecnologia: As novas territorialidades do espaço agrário brasileiro**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009b. p. 211-224.
- _____. Territorialidades, relações campo-cidade e ruralidades em processos de transformação territorial e autonomia. **Revista Campo –Território**, Uberlândia, v. 9, n. 18, p. 1-30, 2014.
- SAQUET, M.; DANSERO, E.; CANDIOTTO, L. (Org.). **Geografia da e para a cooperação ao desenvolvimento territorial: Experiências brasileiras e italianas**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- SAQUET, M. et al. A agroecologia como estratégia de inclusão social e desenvolvimento territorial. In: SAQUET, M.; SANTOS, R. (Org.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 237-254.
- SAQUET, M.; SOUZA, P.; SANTOS, R. Agricultura familiar agroecológica em Itapejara d'Oeste (PR). **Revista ANPEGE**, v. 6, p. 43-57, 2010.
- SAQUET, M.; SPOSITO, E. Território, territorialidade e desenvolvimento: diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. In: CANDIOTTO, L.; ALVES, A.; CARRIJO, B. (Org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 15-31.

O processo de verticalização do bairro Jóquei na cidade de Teresina/PI: formação, agentes e produção do espaço

The verticalization process in Bairro do Jóquei, in Teresina, Piauí, Brazil: formation, agents and production of space

DAVID JOSÉ DA SILVA CARVALHO¹

ANTÔNIO CARDOSO FAÇANHA²

1 Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI)

2 Doutor em Geografia e Professor da Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Resumo: Por meio do sistema capitalista e do processo de industrialização e urbanização, as cidades sofreram um processo de mudanças na atualidade, e fatores como aumento populacional e novas formas de produzir espaço passaram a ser regras primordiais das organizações urbanas. No século XX, o Brasil se tornou um país urbano industrial, estimulando investimentos em arquitetura que seguiram padrões modernos e exigiram novas adaptações aos signos urbanos. A urbanização marca profundamente a civilização contemporânea, gerando procura por espaços nas cidades. A nova configuração do espaço urbano de Teresina, com traçados que não seguiam mais a estrutura das antigas ruas paralelas e perpendiculares do antigo planejamento urbano, acarretou um crescimento excessivo do perímetro urbano da cidade de forma descontínua, desigual e desordenada, devido à migração e serviços oferecidos pela capital. Surgiram as construções de edifícios próximos ao Centro e parte da zona Leste que se revelaram como locais completamente privilegiados, como no bairro Jóquei. O processo de verticalização da capital acarretou uma dinâmica de produção espacial; toda cidade em processo de construção se adequa às exigências do sistema capitalista de ocupação em massa de uma população com desejo de progresso e prosperidade urbana. O trabalho visa o despertar científico para o desenvolvimento espacial e econômico existente na cidade de Teresina; o cenário urbano atualmente remete o olhar da cidade a um novo aspecto que não é mais o antigo tradicional e rural, mas uma cidade que carrega traços de evolução urbana com o passar do tempo. O bairro Jóquei tornou-se o espaço mais dinâmico e evidente como produtor do mercado imobiliário no aspecto da verticalização da cidade de Teresina, e nos últimos anos apresentou alterações e influências que estimularam à propagação e expansão de novas construções verticais, reflexo da valorização e investimentos imobiliários, garantindo dessa forma novas estruturas fixas no espaço. O objetivo geral da pesquisa é analisar a produção imobiliária na cidade de Teresina a partir do processo de verticalização, caracterizado como um processo que foi induzido pela produção espacial do bairro Jóquei na zona Leste. A metodologia aplicada está pautada na teoria da produção do espaço, método dialético, levantamento bibliográfico, documentos públicos e particulares, fontes estatísticas, registro fotográfico, questionários e entrevistas e pesquisa de campo. Constatou-se que ocorre uma expansão dos empreendimentos imobiliários do Jóquei em direção a outras localidades, alta especulação imobiliária, vendas e aluguéis de imóveis horizontais para uso de edifícios verticais e forte produção com valorização espacial no bairro e em seu entorno devido à verticalização, carregando consigo diversos processos que contribuem para uma ótima produção espacial na cidade de Teresina.

Palavras-chave: produção imobiliária, verticalização, espaço.

Abstract: Through the capitalist system and the process of industrialization and urbanization, cities have undergone a process of change at the present time, and factors, such as population growth and new ways of producing space, have become primordial rules for urban organizations. In the 20th century, Brazil became an urban industrial country by stimulating investments in architecture, which followed modern standards requiring new adjustments to urban signs. Urbanization deeply marks the contemporary civilization, generating a demand for spaces in cities. The work aims to awaken scientific awareness for the spatial and economic development existing in Teresina; the current urban scenario reminds the city's gaze to a new aspect that is no longer the old traditional and rural, but a city that carries traces of urban evolution with the passing of time. The Jockey neighborhood became the most dynamic and evident space as a producer of the real estate market in the aspect of verticalization in Teresina, and in recent years it has presented changes and influences that stimulated the propagation and expansion of new vertical constructions, a reflection of the valuation and real estate investments, ensuring in this way new fixed structures in space. The general objective of the research is to analyze the real estate production in Teresina from the verticalization process, characterized as a process that was induced by the spatial production of the Jockey neighborhood in the East zone. The methodology applied is based on the theory of space production, dialectical method, bibliographic survey, public and particular documents, statistical sources, photographic records, questionnaires and interviews and field research. It was found that there is an expansion of real estate developments in the Jockey neighborhood towards other localities, high real estate speculation, sales and rentals of horizontal real estate for use of vertical buildings and strong production with spatial valuation in the neighborhood and its surroundings due to verticalization, carrying with it various processes that contribute to a good spatial production in the city of Teresina.

The new configuration of the urban space of Teresina, with layouts that do not follow the structure of ancient streets parallel and perpendicular to the old urban planning anymore, led to an excessive growth of the urban perimeter of the city in a discontinuously, unequal, and cluttered way because of the migration and services offered by the capital. There was the construction of buildings near the Center and part of the East zone, which proved to be completely privileged locals such as Jóquei neighborhood. The process of vertical integration of the capital led to a spatial production dynamic; every city in the building process conforms to the demands of the capitalist system of mass occupation of a population craving for urban progress and prosperity. The study aims at the scientific awakening to the existing economic and spatial development in the city of Teresina; currently, the urban scenario refers to the look of the city to a new aspect that is no longer the old traditional and rural, but as a city carrying traces of urban evolution over time. The Jóquei neighborhood became a space more dynamic and evident as producer of the real estate market regarding the verticalization of the city of Teresina, and in recent years introduced changes and influences that stimulated the spread and expansion of new vertical constructions, a reflection on valuation and real estate investments, thus ensuring new fixed structures in space. The overall objective of the research is to analyze the real estate production in the city of Teresina from the process of vertical integration, characterized as a process that was induced by the spatial production of Jóquei neighborhood on the East zone. The methodology applied is based on the theory of space production, dialectical method, bibliographic survey, public and private documents, statistical sources, photographic record, questionnaires and interviews, and field research. We noted an expansion of real estate projects of Jóquei towards other localities, high real estate speculation, horizontal real estate sales and rentals for the use of vertical buildings, and strong production with spatial valuation in the neighborhood and in its surroundings because of the verticalization, carrying several processes that contribute to a great spatial production in the city of Teresina.

Keywords: real state production, verticalization, space.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo geral analisar a produção imobiliária na cidade de Teresina a partir do processo de verticalização, caracterizado como um processo que foi induzido pela produção espacial do bairro Jóquei na zona Leste. O desenvolvimento da pesquisa foi motivado pelo despertar científico para o desenvolvimento espacial e econômico existente na cidade de Teresina. O espaço urbano³ atualmente remete um olhar de cidade seguindo um aspecto diferente do espaço rural e agrário, ou seja, uma cidade carregada de significados e traços urbanos construídos ao longo do tempo.

Também visa contribuir para a sensibilização acerca da importância da produção imobiliária por meio da verticalização, mostrando sua forma de expansão, características, processos e agentes determinantes para

sua existência na dinâmica espacial. O bairro Jóquei traz um especial interesse por ser o espaço mais dinâmico e evidente como produtor do mercado imobiliário no aspecto da verticalização urbana da cidade de Teresina, pois nos últimos anos apresentou alterações e influências que estimularam a propagação e expansão de novas construções verticais, reflexo da valorização e investimentos imobiliários, garantindo novas estruturas fixas no espaço.

A Geografia como ciência de análise espacial dedicou esforços para os estudos sobre a temática urbana, e essa tendência tem se destacado e crescido ao longo do seu discurso. Existe também o problema do planejamento e adensamento das cidades por meio das construções verticais, o chamado processo de verticalização urbana, garantido pelo processo imobiliário como uma característica das metrópoles, médias e pequenas cidades brasileiras. Perante isso, por meio do crescimento urbano e econômico de uma cidade, no caso de Teresina, modificaram-se os elementos e fatores atuantes da organização espacial da mesma, gerando desafios e questionamentos.

No contexto atual, este trabalho carregou inquietações referentes à ocupação e modificação espacial

3 Durante o trabalho a expressão “espaço urbano” refere-se ao conceito atribuído de acordo com Lefebvre (2006), que é produção do espaço nas cidades, ou seja, a construção e relações de produção humana e social no ambiente natural.

no que se refere ao urbano promovido pela valorização imobiliária⁴, que ocorreu por meio da verticalização e produções de estabelecimentos comerciais e de diversos tipos dotados de infraestrutura articulados pelo Estado, capital e agentes (re)produtores do espaço urbano (CORRÊA, 2000). O trabalho carrega uma análise referente às transformações constantes no espaço, tornando os questionamentos levantados como desafios e metas com objetivos para serem alcançados pelo uso de um método adequado à realidade espacial, pois metodologia se aplica à realidade; conhecimento teórico e método e metodologia são coisas diferentes. A partir disso, os estudos se basearam na teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre (1901-1991). A importância se dá pelo fato de uma integração sistemática das categorias de cidade e espaço em uma única e abrangente teoria social, permitindo melhor compreensão e análise dos processos espaciais em diversos níveis, no qual o espaço é um produto social inserido na realidade de determinada sociedade, ou seja, é produzido.

O objeto de estudo tem como recorte espacial o bairro Jóquei. Por meio de uma escala local e regional, tal recorte serve como análise mais adequada ao objetivo do trabalho, identificando os agentes e manifestação do tema estudado. O estudo da verticalização se adequou justamente a diversos agentes e manifestações empíricas, e as observações assistemáticas e sistemáticas se tornaram imprescindíveis para a compreensão de tal conceito.

Os instrumentais de levantamento dos dados adotados constaram no questionário e entrevistas utilizados para a constatação de algumas afirmações de relevante importância para esta pesquisa, aplicados para os representantes dos órgãos públicos como a Superintendência de Desenvolvimento Urbano (SDU), Prefeitura Municipal de Teresina (PMT), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Piauí (CREA) – PI arquitetos, geógrafos, 26 empresas privadas de empreendimentos imobiliários, 11 de arquitetura e 10 construtoras no bairro Jóquei localizado no município de Teresina – por meio de amostra aleatória simples e por área, abrangendo por completo o espaço pesquisado.

4 Imobiliário é o conjunto de mercadorias para consumo de um ambiente construído sobre um solo urbano (mercadorias imobilizadas no espaço).

A primeira parte intitulada “Geografia urbana, espaço urbano e produção imobiliária”, de cunho mais teórico e conceitual, buscou discutir conceitos gerais de produção e incorporação imobiliária, espaço urbano, verticalização, formas, agentes, valorização da terra e uma análise conceitual. Posteriormente, na segunda parte chamada de “Contextos formadores do processo urbano e produção imobiliária”, compreende-se o processo histórico da construção da verticalização, expansão urbana, produção imobiliária na zona Leste e planejamento urbano em relação à verticalização.

Por último, na terceira parte se tratou do bairro Jóquei, abordando a gênese, ou seja, seu processo histórico de evolução imobiliária no contexto urbano da cidade de Teresina, que ocorreu por meio do crescimento da cidade impulsionado por diversos fatores, intervenções políticas e empresariais no olhar do mercado imobiliário pela ação da verticalização, mostrando os agentes envolvidos e como se comporta o mercado imobiliário nesse espaço e os possíveis inibidores ou indutores nesse processo de verticalização.

GEOGRAFIA URBANA, ESPAÇO URBANO E PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA

Ao longo da sistematização da ciência geográfica, os estudos das cidades sempre desempenharam um papel importante na compreensão da realidade espacial e nas transformações sociais que ocorreram ao longo do tempo, tornando a geografia urbana uma ramificação das ciências humanas. A geografia urbana não era estudada com cunho científico até o início do século XX. Segundo Clark (1991, p. 17), “A cidade tornou-se o foco central da atividade econômica, social e de influência na moderna sociedade urbana”, e nos séculos anteriores algumas cidades não possuíam a importância e dimensão como na atualidade, pois a grande maioria da população residia no rural. Os primeiros estudos urbanos estão associados às lutas por territórios e conflitos pelo uso do solo urbano devido ao aumento significativo recente da industrialização, urbanização e contingente populacional nas grandes cidades.

Um dos conceitos de cidade é baseado pelas formas de ocupação de um território, atividades econômicas apresentadas (comércios, indústrias etc.), estilo de vida cultural de um povo e significados manifestados ao longo da paisagem urbana; portanto, é vista como

espaço vivido e de produção urbana. De acordo com Carlos (2007, p. 157):

A cidade pode ser analisada segundo diferentes visões que se interpenetram. A dimensão cultural é uma delas e para seu intermédio amplia-se a compreensão da sociedade em termos de suas relações sociais, econômicas e políticas, assim como tornam-se inteligíveis as espacialidades e temporalidades que estão associadas a essas dimensões.

Uma cidade concentra os diversos tipos de atividades, promovendo novas relações espaciais e funções articuladas para diferentes usos. Essa construção é dada pela apropriação do solo urbano, que é o principal elemento de configuração urbana, pois contribui para reprodução e construção do mesmo.

A cidade, apesar de ser o lugar das realizações das sociedades, não pode ser analisada apenas como palco de materialização social. Nela não existem apenas formas (construções), mas as mesmas são a própria essência existente na realização da sociedade em um determinado recorte espacial. É moldada pela sociedade na qual lhe atribui funcionalidades, e se caracteriza como espaço de produção não agrícola, possuindo atividades de comércio e serviços. Outra característica é a função de “centro” e “gestão” na dinâmica territorial. A cidade também é local de manifestação social, onde grupos se organizam de acordo com seus interesses, definindo territórios (LEFEBVRE, 2006). Também pode ser definida como um espaço urbanizado, diferente das vilas clássicas. Para se considerar o conceito é necessário estabelecer vários critérios, destacando-se o contingente, a densidade populacional e o regulamento legal em muitos casos; o conceito de cidade é também empregado para delimitar perímetros urbanos próximos entre si.

Portanto, o cenário dos estudos urbanos depende de interferências e mecanismos de ações de diversos agentes como modeladores e reguladores das transformações do espaço urbano; produzir uma cidade indica passar pela lógica do sistema capitalista de produção, no qual o mesmo dita as regras e comanda o jogo de ações puramente de mercado.

A produção e constituição do espaço urbano diante das transformações de ordem econômica remetem à sociedade atual uma submissão pela produção e circulação de mercadorias, contingente populacional e diversas relações sociais, garantindo sua reprodução. Nesse aspecto existe o capital, que impõe uma

composição e uma maneira de produzir, configurando de acordo com seu estilo e modo perante a sociedade, e como afirma Lefebvre (2008), toda sociedade produz seu espaço, ou seja, produz um espaço.

O espaço urbano resulta de uma dinâmica social conjunta de uma sociedade promovida pelas atividades humanas; um produto social construído historicamente, resultado cumulativo de gerações acumulando trabalho e agindo sobre o mesmo, modificando-o e transformando-o em um produto diferente do ambiente ou meio natural. Conforme Corrêa (2000), o espaço urbano é composto por diversos usos da terra, visto de diferentes formas espaciais.

Essas formas não apresentam uma existência única e independente, pois nelas são realizadas diversas atividades como comércio, serviços ou incorporação valorativa e simbólica ligadas às exigências sociais. “O espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através dos tempos, e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço” (CORRÊA, 2000, p. 11).

O sistema capitalista é o responsável pela acomodação, no espaço urbano, dos solos urbanos destinados à venda (mercadoria). Assim, o espaço e capital tornam-se um só no sistema produtivo, e a técnica incorporada ao espaço moderno é dirigida pela instalação de novos meios de modernização como comunicação, transportes e empreendimentos de grandes empresas, sendo que a reprodução do espaço se manifesta pela articulação dos níveis econômicos, políticos e sociais (CARLOS, 2001).

O espaço urbano é um espaço socialmente construído, humano, mas, sobretudo, o espaço da realização do capital uma vez que “no modo de produção atual e na ‘sociedade em ato’ tal como ela é, o espaço tenha assumido, embora de maneira distinta, uma espécie de realidade própria, ao mesmo título e no mesmo processo global que a mercadoria, o dinheiro, o capital” (LEFEBVRE, 2006, p. 36).

A valorização da terra possibilitou um processo de verticalização nos espaços próximos do centro ou em suas proximidades, um “espaço de transição”. Nesse cenário, o processo de especulação imobiliária se consolidou ao longo do espaço urbano. Dessa maneira, o setor imobiliário utilizou-se dos valores diferenciados da terra, significando que a moradia enquanto unidade central de consumo não é apenas definida pelas suas características internas enquanto objeto construído,

seu valor de uso foi também determinado pela sua articulação com o sistema espacial de objetos imobiliários que compõem valores de usos representados pelo espaço urbano. A propriedade privada tornou-se condição para existência da renda da terra, além de produção em diversos setores econômicos.

A renda do solo urbano se constrói por meio de sua localização com condições de infraestrutura e localizações diferenciadas, apresentando preços diferentes. Conforme Villaça (1985), o que determina o preço do lote urbano é a localização com o “capital”. A terra como capital é a base do princípio “terra-localização”, e a terra urbana tem valor como qualquer mercadoria.

O valor de uso da terra urbana depende de como o espaço urbano cumpre suas funções relacionadas à sociedade, economia e localização, ou seja, o preço de um terreno se apresenta de forma diferente tanto no centro como na periferia. De acordo com o autor, a localização é um valor de uso produzido, e existem os componentes do preço da terra, oriundos da renda absoluta, da localização, do valor econômico de tempo de trabalho socialmente produzido e dos preços de monopólio. A sociedade moderna prioriza o valor e troca sobre o valor de uso; a apropriação do solo remete essa dinâmica (CARLOS, 2001).

Os estudos de terras vinculadas ao espaço residencial (imobiliário) das cidades foram crescentes na geografia brasileira, e com a aprovação do Estatuto da Cidade⁵ garantiu-se aos brasileiros o direito à terra urbana dotada de saneamento ambiental, infraestrutura urbana, serviços públicos e transportes. O Estatuto tem como missão garantir o direito à cidade de caráter social para que todos tenham acesso às oportunidades que a mesma oferece.

No espaço urbano a verticalização favoreceu a otimização do uso do solo principalmente no centro e em suas proximidades, no qual o processo de ocupação estimulou forte produção imobiliária. Enquanto mercadoria, o solo adquiriu um preço nas sociedades capitalistas, se constituindo em valor da renda com um mercado imobiliário voltado ao capitalismo como centro dinâmico da economia (SINGER, 1980).

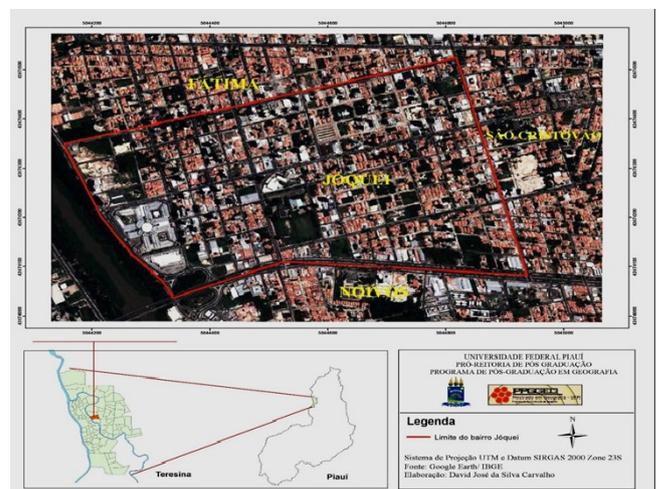
5 Foi elaborado com o objetivo de solucionar os problemas urbanos no que diz respeito às desigualdades provocadas pelo crescimento desordenado. Surgiu no final da década de 1980, e sua transformação ocorreu apenas em 2000 pela **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001** (grifo nosso).

CONTEXTOS FORMADORES DO PROCESSO DE VERTICALIZAÇÃO EM TERESINA

Para compreender o processo de formação da verticalização urbana de Teresina é preciso resgatar pontos importantes que contribuíram para sua formação, levando em consideração alguns fatores históricos tidos como primordiais. A cidade de Teresina foi fundada em 16 de agosto de 1852, conhecida como a primeira capital do país construída de forma planejada⁶. Seu idealizador e criador foi José Saraiva, que estabeleceu um traçado regular das ruas e quadras de forma inicial organizada (Figura 1). Segundo Façanha (1998, p. 47):

Iniciar uma análise do processo de urbanização no Piauí é refletir a partir da metade do século XIX, com a transferência da sede da província do Piauí da cidade de Oeiras para Teresina. Os motivos que levaram a mudança da capital resultaram do quadro decadente em que se encontrava a cidade de Oeiras, como também, das próprias possibilidades favoráveis que esse processo poderia desencadear em prol de um maior desenvolvimento de todo o Estado.

Figura 1. Mapa do bairro Jóquei na zona Leste de Teresina



Fonte: IBGE (2012); Google Earth (2013).
Elaboração e geoprocessamento por Carvalho (2015).

6 A cidade de Teresina durante sua criação seguiu **um planejamento inicial**, mas no decorrer de sua expansão urbana fugiu totalmente do **modelo inicial de planejamento**, e na atualidade demonstra em seu espaço urbano elementos na paisagem que se distancia da intenção inicial de planejamento durante sua criação (grifo nosso).

A partir do processo de modernização do estado piauiense, o perfil urbano da cidade começou a seguir seu curso, adquirindo um formato próximo das demais cidades brasileiras que já possuíam seu processo de produção do espaço urbano consolidado. A cidade de Teresina surgiu com suas próprias formas e maneiras. Entre dois rios ganhou dimensão, um formato desencadeado pela expansão do centro (origem) em direção além do rio Poti, originando novos espaços urbanos ao longo do seu processo de formação.

A forma de planejamento (traçado) inicial realmente tinha a intenção de criar e desenvolver uma cidade de forma planejada, mas o processo de produção do espaço urbano seguiu outros caminhos no que se refere à expansão urbana. Tal projeto de modernização atribuíva valores culturais europeus visando renovações de princípio higienista, tentando deixar para o passado antigos padrões coloniais relacionados às moradias; estas deveriam ser determinadas próximas a um espaço urbano específico aos equipamentos urbanos, onde se concentram serviços e infraestrutura de qualidade.

A cidade demonstrava uma vocação para mudanças, pois seu estilo e traçado urbano despertou interesse na população, que desejava desfrutar dos chamados equipamentos modernos. Por meio dessa expansão urbana surgiu um novo cenário, que foi a expansão além do centro da cidade em busca de locais destinados a absorver moradias e contingentes populacionais, e o espaço além de próximo do rio Poti se tornou alvo dessa expansão.

No início do processo de verticalização existiam poucas edificações, tanto na zona Leste como nas proximidades do rio Poti, como era o caso do bairro Ilhotas, no qual era comum a predominância da vegetação. O que ocorre é que o processo de edificação no entorno da Avenida Frei Serafim e da ponte Juscelino Kubitschek seguiu uma necessidade de planejamento, desafogando as relações produtivas da cidade do Centro para a zona Leste.

Todas as mudanças ocorridas não somente em Teresina, mas também nas demais cidades, ainda se inspiravam no princípio da Carta de Atenas (1933), que aborda quatro funções urbanas fundamentais, que são o trabalho, a habitação, o lazer e a circulação. Foi evocado o conceito de urbanismo como administração dos diversos lugares e espaços urbanos que abrigam o desenvolvimento da vida material, sentimental e simbólico em todas as formas de manifestação, tanto individuais como coletivas com finalidade funcional.

No final da década de 1980, o processo de urbanização e ocupação do perímetro urbano baseou-se na concentração de atividades econômicas no Centro, demonstrando que a cidade se urbanizou por meio das margens dos rios e favoreceu o deslocamento do campo-cidade, tornando a construção de Teresina contínua ao longo desses anos. A verticalização como símbolo de uma geografia dos espaços metropolitanos representa o surgimento de edifícios em determinada área da cidade, implicando alterações na propriedade e no uso do solo urbano (FAÇANHA, 1998, p. 210).

Contudo, o processo de verticalização se tornou realidade, ocorrendo com o crescimento de condomínios e prédios residenciais em todas as zonas da cidade. Teresina começou a mostrar seu forte processo de verticalização na década de 1990, com o setor da construção civil em forte produção investindo mais de 150 milhões em edifícios, gerando um saldo de nove mil empregos em menos de uma década (TROVIT IMÓVEIS, 2014).

Assim como as construções, a população de Teresina cresceu bastante no período entre as décadas de 1990-2010, como demonstrado na Tabela 1. O processo de verticalização ganhou força principalmente na zona Leste, predominando uma tipologia residencial de edifícios acima de 10 andares, atraindo assim os melhores investimentos devido a fatores como a extinção do BNH, e estimulando uma crescente busca por habitações, uma falta grande de obras públicas, construção do aeroporto⁷ em 1967 e uma alteração na legislação junto de uma estabilização econômica ocorrida na década de 1990. Esses eventos fizeram com que os promotores imobiliários buscassem novos mercados, mesmo com a economia da época apresentando forte estagnação.

Tabela 1. Evolução populacional de Teresina – 1992/2008

Ano	Teresina	Piauí	Brasil
1991	599.272	2.582.137	146.825.475
1996	653.427	2.665.787	156.032.944
2000	715.360	2.843.278	169.799.170
2007	779.939	3.032.421	183.987.291
2010	814.230	3.032.421	190.755.799

Fonte: IBGE (2010).

7 A construção do aeroporto foi decisiva para a expansão e consolidação da verticalização na zona Leste.

Diante disso, marcou-se o início do processo da produção verticalizada em Teresina, (re)direcionando o processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano, atendendo uma lógica da produção imobiliária e possibilitando o desdobramento de uma nova dinâmica profundamente marcada pela produção de edifícios comerciais na zona central, iniciando-se a incorporação imobiliária e o adensamento advindo da verticalização por meio de agentes locais.

Na cidade, a verticalização também se apresentou com característica de centralidade, ao mesmo tempo em que contribuiu para a extensão do perímetro urbano, pois concentraram inúmeras atividades em locais com altos valores, contribuindo para um processo de formação do espaço urbano dos mesmos. A verticalização contribuiu para uma maior aglomeração de pessoas em um espaço físico, promovendo redução de custos; esse mecanismo também acentuou a valorização do solo e das locações desses estabelecimentos. Os preços da terra e dos imóveis se tornaram mais elevados, concentrando os maiores preços e apresentando concentração vertical de forma intensiva na paisagem urbana, tanto que na cidade essa manifestação também ocorreu de maneira significativa.

É importante esclarecer que o processo de verticalização não se consolidou próximo ao rio Parnaíba como ocorreu com o Poti, mesmo com a proximidade do Maranhão e com fatores como a descentralização urbana de serviços, construção do aeroporto próximo do mesmo e expansão urbana em outras direções da cidade, justificando a ausência da mesma nesse espaço. Ao longo do tempo, a produção do espaço foi acontecendo mais distante das margens do rio Parnaíba, e o processo de verticalização mais acentuado de fato ocorreu mesmo nas proximidades do rio Poti, mas não seria de estranhar que esse processo poderia ter ocorrido próximo ao rio Parnaíba.

A cidade tem sua gênese ligada às atividades administrativas e comerciais, ajudando a explicar possíveis transformações estruturais em determinado espaço urbano, principalmente relacionadas às construções de avenidas e ruas ligando diversos locais no espaço urbano. A partir desses fatos a produção imobiliária, por meio da verticalização, se instalou e começou a ganhar força, se expandindo fora do Centro. Segundo Viana (2003), o número de edifícios na cidade obteve uma oscilação na produção entre 2000-2004, quando houve um pequeno aumento, além de uma constante queda na produção de edifícios, refletindo uma saturação provável do mercado consumidor de edifícios de luxo.

Essa queda está relacionada nos últimos anos devido ao Comando Aéreo Regional (Comar) limitar⁸ a verticalização próxima ao Centro e zona Norte no limite de 11 andares nos prédios da cidade, ou seja, altura máxima de 45 metros de altura dos mesmos. Isso afetou diretamente as construções de novos edifícios na zona Norte, maior parte da zona Sul e algumas partes da zona Leste.

O processo de urbanização e produção do espaço garantiu as mudanças na cidade, promovendo uma expansão e a busca de novos locais para sua reprodução. A tendência é a busca de novos espaços com a finalidade de expansão desses empreendimentos próximos de toda infraestrutura e mecanismos necessários para sua produção.

Teresina se converteu em uma materialização física por meio de construções ao longo do tempo, acompanhada pela expressão de “modernidade” que trouxe novas características por meio de edificações e mostrando avanços tecnológicos de um novo espaço de produção urbana dotada de recursos modernos.

Em consequência desse processo, se reforça um modelo de ocupação na cidade de Teresina feito pela concentração de atividades com referência na zona central da mesma, com forte atração dentro da cidade, pois a estrutura urbana ainda se baseia na concentração de atividades no centro urbano, assim como as localidades habitadas pela classe alta nas imediações do mesmo e classes baixas na periferia evidenciando segregação espacial.

A verticalização existente na cidade se consolidou devido à descentralização das atividades, mostrando o antigo centro da cidade como limitado para atender toda essa demanda de produção do espaço urbano, como novas estruturas e ocupações do solo, ou seja, a zona Leste se tornou um local que serviu para diminuir a pressão dessas atividades anteriormente ligadas ao Centro, como também aos altos valores e uso do solo urbano. Portanto, o edifício se tornou um reflexo desse processo de transformação, e Teresina desenvolveu parte do seu sistema de produção espacial por meio da verticalização. Enfim, planejar esses novos espaços passam pelos estudos e debates para um planejamento eficaz na atuação da produção espacial existente na cidade.

8 A proposta do Comar ainda está em curso, mas demonstra a relação do aeroporto para investimentos em outras zonas da cidade.

3 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO “MERCADO IMOBILIÁRIO” NO JÓQUEI

Os efeitos da localização envolvidos na apropriação do espaço do Jóquei como representado pela Figura 1 a partir da produção de edifícios e apartamentos pelo mercado formal se deram devido às relações produtivas como um local destinado para obtenção de empregos e melhores equipamentos coletivos, fatores relacionados à produção imobiliária e ao processo de evolução em seus aspectos históricos, sociais e econômicos.

O aumento populacional está relacionado ao processo de formação e aos investimentos por parte dos agentes produtores do espaço urbano no que diz respeito ao processo imobiliário e com a atuação das empresas imobiliárias, Estado, proprietários fundiários, entre outros (CORRÊA, 2000). Esses agentes investiram ativamente nesse espaço, favorecendo o processo de adensamento, concentração populacional e investimentos imobiliários no mesmo.

Tabela 2. Evolução populacional do Jóquei em 1991-2010

Ano	Número absoluto população
1991	3.368
1996	2.889
2000	3.108
2007	4.519
2010	5.967

Fonte: PMT (2013)

O primeiro fator responsável pela dinâmica imobiliária foi o fator populacional. A evolução da população local sempre esteve em constante aumento, remetendo que o critério populacional torna-se importante para garantir um investimento de mercado em um local destinado ao mesmo. De acordo com a Tabela 2, os dados do IBGE (2010) mostram que a população do bairro sofreu um aumento de quase de 3.000 habitantes entre o ano de 1991 e 2010.

Podem-se atribuir três fatores para o surgimento do bairro e também para a ocupação da zona Leste:

a construção da ponte sobre o rio Poti (Juscelino Kubitschek), a criação do Jockey Clube e a elevação da igreja de Fátima à condição de Paróquia; eles contribuíram para o desenvolvimento e ocupação desse espaço, ganhando no decorrer do tempo aspecto de valorização. A imprensa local sempre atuava com suas divulgações decisivas, mostrando o Jóquei como de status ou bairro “nobre”, ideias que ainda persistem nos dias atuais. Essa manifestação influenciou vários agentes, e as imobiliárias incorporaram esse discurso reproduzido de maneira eficaz por meio de propagandas publicitárias, beneficiando muito os agentes produtores do espaço no bairro.

Os agentes atuaram nessa produção por meio de duas ações, a primeira com investimentos do poder público, assim os agentes possuíram maiores possibilidades de obter lucro com a venda e aluguel de casas e terrenos, e a segunda com a atuação dos proprietários de terras que investiram nas construções em locais distantes do Centro tradicional, todas visando possibilidades de desenvolvimento. Um exemplo disso foi a pista de corrida de cavalos que foi construída à margem direita do rio Poti, na confluência da Avenida Frei Serafim e próximo do Centro, evidenciando que a localização da pista de corrida não surgiu por acaso.

Os avanços de infraestrutura no bairro foram fundamentais para atender o desejo de moradia da população, e aliados ao capital transformaram esse espaço ao seu modo e estilo de vida, refletindo-se no estilo das moradias. Essa materialização por meio de moradias contribuiu para aberturas de vias, novas construções e calçamentos, e com a finalidade de atender essa população, academias, shoppings, pizzarias, escolas particulares e agências bancárias foram construídas; com esses estabelecimentos e formas urbanas o bairro se transformou em um espaço completamente independente e de grande produção espacial.

O bairro representa o espaço da cidade com maiores investimentos no setor imobiliário, inserido no processo de produção e atuação no mesmo, a partir das margens do rio Poti e seguindo o curso de produção imobiliária em diante. Devido a uma demanda por moradia em locais privilegiados, por meio de investimentos tornou-se um local de manifestação das relações sociais de produção, gerando em sua valorização uma maior demanda e concentração de capital na cidade. Tornou-se um espaço que acumulou densidades técnicas e informacionais, ou seja, se tornou mais atuante na atração de atividades econômicas, investimentos,

capitais, tecnologia e organização, tornando-se um espaço luminoso (SANTOS, 1999).

Os espaços valorizados com infraestrutura foram destinados para edificação e atuação dos agentes, favorecendo o crescimento e expansão da cidade, buscando novos terrenos para produção, diminuindo os espaços livres ou sem uso para construir novas habitações e impulsionando a verticalização local. A produção imobiliária obedeceu a uma lógica de atendimento a uma classe social⁹ capaz de pagar, buscando intensamente por habitações de luxo com a finalidade de conforto, segurança e lazer, além do capital de imóveis auxiliando na construção das mesmas, se manifestando atualmente devido ao aumento na procura de imóveis no bairro.

O processo de verticalização e produção imobiliária, não somente no Jóquei, mas em toda cidade, acompanhou o processo de implementação, fixação do capital imobiliário e valorização do solo urbano, consequentemente afastando para a periferia os agentes sociais excluídos que não possuíam capacidade de inserir-se nos espaços mais valorizados. O Estado, proprietários fundiários, promotores imobiliários, construtoras, empreendimentos comerciais, empresas de arquitetura e outros atuaram nesse jogo de transformação com o adensamento do espaço urbano que se implementou consideravelmente, sendo o Jóquei o centro desse processo de produção do espaço.

O processo de verticalização tende a ocorrer nos espaços mais valorizados, permitindo a valorização do espaço produzido por meio da dinâmica social, tornando-se uma estratégia para a manutenção e forma de produção capitalista, alterando e modificando a lógica de uma cidade por meio da valorização e criação de novas dinâmicas espaciais.

O processo de verticalização tornou-se mais atuante no sentido oeste, com proximidades do Riverside Shopping, e também nas avenidas Ininga e Jóquei Clube, assim como na parte Nordeste, próximos à Avenida Elias João Tajra. No sentido sudeste encontra-se a maior quantidade de terrenos vazios, próximos à Avenida João XXIII, Senador Arêa Leão, Jóquei Clube e Homero Castelo Branco, ou seja, sem empreendimentos e uso da terra, remetendo à função de especulação imobiliária como representado na Figura 2.

9 Referente à classe alta de maior poder aquisitivo.

Figura 2. Mapa de produção do espaço no bairro Jóquei: empreendimentos verticais e terrenos vazios (uso do solo urbano)



Fonte: IBGE (2012); Google Earth (2013). Elaboração e geoprocessamento por Carvalho (2015).

O marketing imobiliário predomina ao longo de todo espaço com atuação do capital por meio de divulgações, propagandas para as imobiliárias e agências confirmando a presença de agentes produtores imobiliários, principalmente próximos às avenidas Frei Serafim, Raul Lopes e Elias João Tajra. Essa manifestação reforça a ideia de Teresina ser tratada como cidade mercadoria, uma realidade comum das cidades no Brasil.

Existe também um processo de valorização do solo urbano remetendo vendas e aluguéis de residências tradicionais e horizontais ao longo de todo perímetro urbano, evidenciando uma valorização e substituição de residências horizontais por verticais, principalmente nas avenidas Elias João Tajra, Senador Arêa Leão, Jóquei Clube e Homero Castelo Branco.

A verticalização na cidade se tornou um processo típico dos tempos modernos, e o espaço urbano se tornou o locus de concentração de novas formas arquitetônicas com sua descentralização e deslocamento de novos investimentos além do Centro. O Jóquei se transformou em um espaço de produção voltada para construções urbanas, promovendo desigualdade e formas diferenciadas para ocupação do mesmo por meio de uma crescente instalação de equipamentos¹⁰ urbanos.

10 Os equipamentos públicos, a proximidade dos serviços e dos centros administrativos e comerciais tornam o espaço urbano construído mais procurado e valorizado.

CONCLUSÃO

O adensamento urbano em Teresina e especificamente no Jóquei tornou-se uma forma de garantir uma concentração de maior demanda por moradia, melhores serviços, infraestrutura e equipamentos urbanos. Para garantir a busca (demanda) social por habitação, as diretrizes de planejamento urbano multiplicaram-se, mostrando o adensamento como uma forma de atenuar a falta de moradia pela intensificação na ocupação do solo urbano pela verticalização, caracterizando o bairro Jóquei como um exemplo típico de espaço que sofre uma busca por locais privilegiados no mesmo.

Em virtude disso, a verticalização e o adensamento urbano local levaram, em função do alto custo dos terrenos, ao aproveitamento do espaço e valorização da terra em um determinado local privilegiado da cidade. A proximidade do Centro e melhor acesso a outras zonas promoveram uma incorporação valiosa de forma eficiente. Esse fator se manifestou em locais com boa infraestrutura e bem equipados, gerando valor de sobrevalorização pelo qual o processo de edificação se formou tornando-se uma alternativa de otimização, concentração de capital e produção do espaço.

Pode-se estabelecer que a expansão de Teresina ocorreu devido a uma necessidade de descentralização e busca por novos locais para construção, contribuindo para a aglomeração de uma população com necessidade de moradia e sobrevivência na cidade. O caminho do processo se tornou zona Leste, Sul, Norte e Sudeste. Contudo, a verticalização ganhou um espaço de construção beneficiado pela expansão do perímetro urbano no sentido Centro e zona Leste, seguindo uma espécie de padrão que ocorreu também nas demais cidades brasileiras. Uma agregação de valores com ótima infraestrutura, concentração de certas atividades econômicas que contribuíram no processo de construção da cidade.

A cidade necessita de um planejamento urbano que estabeleça limites e fronteiras por meio da identificação e caracterização de locais por tipos de estabelecimentos. Com o passar do tempo, o adensamento e expansão da verticalização proporcionaram elementos significativos carregados de valorização e segregação na paisagem urbana. Tornou-se importante repensar o processo como uma necessidade de autossuficiência da cidade de forma organizada sem carregar os chamados problemas urbanos.

A população de Teresina conseguiu adquirir lucros por muitos anos por meio do mercado imobiliário, um

ótimo investimento no setor, e devido a tudo isso a estratégia se tornou a compra de imóveis bem menores ou por meio da planta devido a maiores percentuais de valorização após a entrega. Além disso, existe a valorização e aumento dos imóveis estimulada pelas rendas das famílias, com destaque para a construção civil com novos empreendimentos lançando novas unidades de imóveis e valorização devido à infraestrutura existente.

O processo de verticalização e produção imobiliária, não somente no Jóquei, mas em toda cidade, acompanhou o processo de implementação, fixação do capital imobiliário e valorização do solo urbano, e consequentemente afastou para a periferia os agentes sociais excluídos que não possuíam capacidade de inserir-se no novo espaço urbano estabelecido. O Estado, os proprietários fundiários e os promotores imobiliários atuaram nesse jogo de transformação, e o adensamento do espaço que se implementou consideravelmente na zona Leste tornou o Jóquei o indutor desse processo de produção imobiliária do espaço em toda cidade.

A atuação de novos empreendimentos valorizou espacialmente o Jóquei, e a valorização da terra favoreceu a venda dos terrenos de posse dos antigos moradores, consolidando uma nova lógica do processo de produção espacial. Dessa forma, a classe de menor poder aquisitivo se deslocou para locais periféricos da cidade, tornando-se menos atuante no mesmo.

O status social associado à localização e aquisição dos imóveis interferiu nos preços, evidenciando na verdade um valor superior à média normal do mercado, realidade do dimensionamento atribuído pela valorização simbólica que o Jóquei representa. Os espaços (terrenos) valorizados tornaram-se existentes pela não imposição do natural como barreira, em que existem condições naturais (entre rios) que favoreceu a construção e expansão das construções verticais.

O planejamento e os possíveis instrumentos de desenvolvimento da cidade não seguiram o plano inicial programado; a valorização fundiária e a falta de uma política eficiente contribuíram para a formação de um espaço desorganizado. A construção do aeroporto é um exemplo disso; sua localização na zona Norte o tornou tímido e menos atuante no processo de verticalização da cidade, e limitou a construção de edifícios em 11 andares/45 metros de altura. Nesse cenário espacial se beneficiaram a zona Leste e consequentemente o Jóquei, pois suas localizações espaciais não entram no raio de ação de voos das aeronaves, fator que favoreceu a construção de edifícios mais altos.

Torna-se necessário realizar um planejamento e deslocamento do aeroporto para um novo local estratégico, isso facilitaria o investimento das imobiliárias, construtoras e agentes nas demais zonas e outros bairros da cidade. Na atualidade, esses agentes não arriscam investimentos de edifícios nos locais que entram no raio de ação dos voos das aeronaves.

Essa autonomia que o bairro adquiriu mostra a descentralização do Centro da cidade que anteriormente detinha todas as principais atividades centralizadas e realizadas nesse espaço. O crescimento, a formação e a chegada da população criou um novo estilo e realidade social, perceptível nas construções modernas e luxuosas, evidenciando na cidade um estilo de segregação espacial evidente, deixando a classe de menor poder aquisitivo mais distante desse espaço luminoso e de valorização espacial.

O Jóquei tornou-se um local de moradia e espaço valorizado, devido a vários investimentos de infraestrutura desencadeados pelo Estado. A partir disso, outros agentes também começaram a atuar no mesmo. Pode-se relacionar esse espaço, como estabelece Corrêa (2000), a um espaço urbano fragmentado resultado de um produto social e de ações acumuladas através do tempo e engendrado por agentes que o consomem e produzem com os promotores imobiliários responsáveis pela configuração e povoamento do local iniciado pela venda de terras para construção de residências e fins comerciais.

Constatou-se que ocorre uma expansão dos empreendimentos imobiliários no Jóquei em direção a outras localidades, uma especulação imobiliária, vendas e aluguéis de imóveis horizontais para uso de edifícios verticais, inúmeras produções e valorização espacial no bairro e em seu entorno devido à verticalização, carregando consigo diversos processos que caracterizam o mesmo com ótima produção espacial que atende as necessidades das áreas urbanas na cidade de Teresina.

Um elemento determinante da urbanização em Teresina tornou-se a presença de condomínios verticais. Estes surgiram com objetivo de garantir moradias adequadas à população utilizando modelos arquitetônicos modernos, aliando a forma racionalista e formalista com apartamentos de grandes dimensões. Percebeu-se o investimento no setor habitacional por meio da verticalização com a finalidade de lucro e visão de mercado, gerando impactos ambientais e tornando as disparidades econômicas entre as classes

sociais mais nítidas, acentuando o processo de segregação espacial.

Portanto, esse cenário atual estabelece Teresina como um caso de produção espacial com diversas manifestações típicas de uma cidade metropolitana no cenário econômico. Ainda possui características e atributos de uma cidade pequena, como demonstrado nas formas das avenidas, ruas e demais manifestações de seu perfil urbano. Também apresenta atributos e características de uma cidade média. A verticalização tornou-se apenas um termômetro para demonstrar e caracterizar o perfil urbano da mesma na lógica da produção do espaço.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J. L. L. **A verticalização como segregação espacial em Teresina**. 3. ed. Teresina: Revista e Espaço – Tempo, UFPI, 1993.

CARLOS, A. F. A. **Espaço e tempo na metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur, 2007.

CARVALHO, D. J. da S. **O crescimento vertical de Teresina-PI**. 2009. 86 f. Monografia (Graduação em Licenciatura Plena em Geografia) – Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2009.

_____. CARVALHO, D. J. da S. **O processo de verticalização do bairro Jóquei na cidade de Teresina: formação, agentes e produção do espaço**. 2015. 179f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Piauí, 2015.

CASTELO BRANCO, F. V. **A ação do Estado e do mercado imobiliário no processo de segregação socioespacial em bairros da zona leste de Teresina**. 2012. 168f. Tese (Doutorado em Geociências e Ciências Exatas) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2012.

CHAVES, J. R. F. **Teresina: subsídios para a história do Piauí**. Teresina: Papelaria Piauiense, 1952.

_____. **Como nasceu Teresina**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1987.

_____. **Cadernos históricos.** Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1993.

CLARK, D. **Introdução à geografia urbana.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 2000.

FAÇANHA, A. C. **A evolução urbana de Teresina:** agentes, processos e formas espaciais. 1998. 233f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998.

LEFEBVRE, H. **A reprodução das relações de produção.** Tradução de R. e M. do Amaral. Porto, Portugal: Publicações Escorpião – Cadernos o Homem e a sociedade, 1973.

_____. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. **A cidade do capital.** Tradução de M. H. Ramos e M. Jamur. Rio de Janeiro: Dp&a, 2001.

_____. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **A produção do espaço.** Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. **Espaço e política.** Belo Horizonte: UFMG, 2008.

_____. **Marxismo.** [S. l.]: L&PM Pocket, 2009.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1999.

SINGER, P. **Economia política da urbanização.** São Paulo: Brasiliense, 1980.

TROVIT IMÓVEIS. **Imóveis no Jóquei.** Disponível em: <<http://imoveis.trovit.com.br/fotos-bairro-joquei-teresina-pi>>. Acesso em: 8 ago. 2014.

VIANA, B. A. da S. **A verticalização em Teresina:** sonho de muitos e realidade de poucos. 2003. Monografia (Especialização em Ensino de Geografia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2003.

VILLAÇA, F. A terra como capital. São Paulo: **Revista Espaço & Debates**, 1985.

As escolas rurais na mesorregião oeste do Paraná (1950-2013)

Rural schools in the west mesoregion of Paraná (1950-2013)

ANDERSON BEM¹

MARIA DAS GRAÇAS DE LIMA²

1 Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá.

E-mail: anderson_bem@yahoo.com.br

2 Professora adjunta do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: mglima@uem.br

Resumo: Como em outras regiões do Paraná, a criação de escolas nas zonas rurais da mesorregião oeste do Paraná esteve ligada ao processo de colonização realizado por empresas privadas mediante a comercialização de lotes para pequenos agricultores. Os pequenos agricultores de origem sulista reivindicaram e também construíram as primeiras escolas rurais nas décadas de 1950 e 1960 e estas tiveram um enorme crescimento até a década de 1970, momento em que a grande parcela da população da mesorregião se concentrava no espaço rural. Esse período também foi marcado pelo processo de mecanização do solo gerando uma crise na agricultura colonial pela inviabilização de pequenas propriedades em se inserir nos monocultivos para exportação. Como consequência, o êxodo rural foi intenso durante as décadas de 1970 e 1980, produzindo uma crise na educação rural, materializada no processo de desativação das escolas rurais. As políticas educacionais também atuaram em geral para inviabilizar a manutenção da escola no espaço rural, dirigindo os investimentos em infraestrutura para as escolas urbanas. Nesta pesquisa levantamos alguns dados empíricos referentes às escolas rurais na mesorregião oeste do Paraná e procuramos localizá-los no contexto das transformações socioeconômicas.

Palavras-chave: escola rural, mesorregião oeste do Paraná, população rural, políticas educacionais.

Abstract: As in other regions of Paraná, the establishment of schools in rural areas of the west mesoregion of Paraná was linked to the process of colonization performed by private companies by the marketing of lands for small farmers. The smallholders of southern origin have claimed and also built the first rural schools in the 1950s and 1960s, and these had an enormous growth until in the 1970s, moment in which a great portion of the population from the mesoregion was concentrated in the rural space. This period was also marked by the mechanization process of soil, creating a crisis in colonial farming by the impracticability of small properties in inserting themselves into monocultures for exportation. As a result, the rural exodus was intense during the 1970s and 1980s, arising a crisis in the rural education materialized in the deactivation process of rural schools. The educational policies, in general, also acted to make impracticable the maintenance of schools in rural areas, directing the investments in infrastructure for urban schools. In this research, we surveyed some empirical data on rural schools in the west mesoregion of Paraná and sought to locate them in the context of socioeconomic changes.

Keywords: rural school, west mesoregion of Paraná, rural population, educational policies.

INTRODUÇÃO

A expansão das escolas rurais no Paraná teve relação direta com as frentes de ocupação do território (BAREIRO, 2007). Na medida em que avançava a colonização particular mediante a venda de pequenos lotes de terras destinados às famílias de agricultores, a reivindicação da escola pelas comunidades aumentava; também o Estado até a década de 1970 procurou atender as demandas para a construção da escola rural, tratando-a como uma estratégia para a promoção do desenvolvimento e crescimento da economia paranaense, baseada na agricultura.

O rápido processo de urbanização da sociedade paranaense nas décadas de 1970 e 1980, impulsionado pela modernização da agricultura brasileira, foi determinante para a consolidação de políticas educacionais voltadas para a educação e escola urbanas.

A mesorregião oeste do Paraná, considerada a mais recente formação socioespacial do Estado, também passou pelo processo de criação, expansão e desativação das escolas rurais. Tendo isso em consideração o objetivo deste artigo, no primeiro momento, é fazer uma breve reflexão sobre a história da escola rural no Paraná. No segundo momento, apresentaremos alguns dados empíricos coletados junto às secretarias municipais de educação, de alguns municípios da mesorregião, referentes à evolução e involução da escola rural, buscando realizar uma análise a respeito desse processo.

AS FRENTES DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO PARANAENSE E A ESCOLA RURAL

As frentes de ocupação do território paranaense direcionaram uma ocupação mais intensa do espaço rural, sobretudo no século XX, contexto histórico marcado por constantes debates sobre a expansão da escola na zona urbana e rural.

A grande propriedade foi uma característica da formação espacial³ do Paraná tradicional, onde se

desenvolveu a pecuária extensiva. Já no norte e no sudoeste do estado houve uma fragmentação dos latifúndios mediante a comercialização de terras por companhias colonizadoras, embora, na época, a grande propriedade se manteve no campo, só que em número menor.

No final do século XIX ocorreu a expansão da escola pública nas áreas urbanas do Paraná⁴, estas instaladas na época na capital, cidades, vilas e povoados (OLIVEIRA, 2001, p. 148). A criação das escolas em zonas rurais ocorreu em 1920. De acordo com Schelbauer (2014), haviam 1.288 escolas rurais isoladas no Paraná na década de 1930. A mesma autora salienta a preocupação dos governos do Paraná da época em construir escolas em zonas rurais para atender as frentes de colonização.

O debate nacional do período de 1920 e 1930 a respeito da política educacional a ser gestada para as zonas rurais, envolvendo o Ruralismo Pedagógico e a Escola Nova, também repercutiu nas políticas educacionais do Estado do Paraná. No período de 1934 a 1953 foram criadas as Escolas de Trabalhadores Rurais, tendo por finalidade a disseminação do ensino voltado para a capacitação profissional dos filhos de pequenos agricultores, mediante o estudo de técnicas e práticas agrícolas, capazes de proporcionar o aumento da produção agrícola e a integração do homem rural à vida moderna.

Nas Escolas de Trabalhadores Rurais, além do conteúdo de língua portuguesa e matemática, aprendiam-se noções gerais de: contabilidade agrícola, botânica, química, técnicas de cultivos de solos, zootecnia etc. Essa oferta curricular contribuía para a formação de técnicos agrícolas, que associada a um contexto rural possibilitava a oferta de mão de obra qualificada para as grandes propriedades de terras do Paraná.

A proliferação das escolas primárias no campo também era uma política do Estado paranaense para fixação do homem no campo e a integração do mundo rural à economia do Estado, já que a agricultura era sua principal fonte de geração de riqueza.

3 A noção de formação socioespacial se refere à produção social do espaço ao longo do tempo histórico. Foi Santos (1982) que primeiro trouxe essa compreensão para a geografia, tendo como referencial a conceitualização de formações socioeconômicas estudadas por Lênin e Lefebvre.

4 A oferta de escolarização pública estava atrelada ao espaço urbano. “A estratégia de fixar o número de escolas pautou-se pela demanda urbana, com base na média de frequência escolar de alunos das escolas das diferentes categorias de localidades” (OLIVEIRA, 2001, p. 148)

a escola primária rural foi pensada com uma política estadual, por dois fatores: primeiro relaciona-se à demanda criada, à formação das novas gerações que pudesse garantir a riqueza do estado associada ao rural; segundo, civilizar a população que habitava no meio rural, ensinar não só a ler, escrever e contar, mas hábitos de higiene e valorização da vida no campo (SCHELBAUER; GONÇALVES NETO, 2013, p. 88).

Embora houvesse preocupação dos governantes do Paraná em promover a expansão da escola no meio rural, as políticas públicas para esse segmento da educação se mostraram seletivas e insuficientes. Bareiro (2007) destaca que as Escolas de Trabalhadores Rurais criadas na década de 1940 se concentraram na região do Paraná Tradicional e que as regiões recém-ocupadas não foram contempladas pelas políticas públicas.

[as] escolas foram implantadas em regiões de pouca agricultura e áreas maiores para a pecuária. Neste contexto o Norte do Paraná vivia o auge de sua colonização e seus sítios, chácaras e fazendas possuíam escolas. Além disso, essas escolas estavam localizadas nos municípios próximos das grandes cidades como Curitiba, Ponta Grossa, Paranaguá e Castro e que possuíam maiores contingentes populacionais na época. As políticas do Estado voltadas para as escolas rurais não atendem as regiões norte e sudoeste do Paraná naquele período e sim às regiões de colonização mais antiga como o litoral e a região colonizada pelo tropeirismo e extração da erva-mate e que já possuía um maior contingente populacional (p. 48).

Relegadas a um segundo plano, as populações rurais das regiões norte e o sudoeste tiveram que encontrar soluções práticas para a resolução dos problemas relacionados à educação nas zonas rurais. Assim, foi comum o surgimento de escolas no campo por iniciativas de fazendeiros, de comunidades de pequenos agricultores e também por parte de empresas colonizadoras.

Na região norte do Paraná as primeiras escolas primárias rurais próximas a Londrina foram construídas por estrangeiros, em geral europeus e japoneses, recém-chegados, durante as décadas de 1920 e 1930. Essas escolas foram fechadas no final da década de 1930 e substituídas por escolas públicas. O avanço da cafeicultura de 1920 até 1950 proporcionou uma ocupação efetiva do território, condicionando a expansão das escolas nas zonas rurais por iniciativa particular ou pela iniciativa pública.

à medida que a colonização foi ocorrendo no Norte do Paraná também foram sendo implantadas escolas para oferecer um mínimo de qualificação e educação para a população, e como esta estava em sua maioria no campo a criação e a construção de escolas rurais foi em grande escala (BAREIRO, 2007, p. 54).

O surgimento das escolas rurais do Paraná esteve diretamente relacionado ao avanço das frentes de ocupação do território, intensas até a década de 1960. “As escolas rurais estiveram ligadas às frentes colonizadoras no Estado, à medida que essas frentes evoluíam as escolas também aumentavam na mesma proporção da produção agrícola e da estrutura fundiária das regiões” (Ibidem, p. 70).

As políticas educacionais implantadas pelo Estado do Paraná entre 1920 até 1960, para a zona rural, priorizaram a expansão das escolas rurais primárias unidocentes e multisseriadas, colocando a escolarização no espaço rural em um patamar inferior a escolarização no espaço urbano. Esse fator mais tarde colocaria em questionamento a sobrevivência da escola na zona rural. A Figura 1 a seguir refere-se a uma escola rural unidocente, tipo de construção que predominou no espaço rural paranaense até a década de 1970.

Figura 1. Escola Rural Municipal construída na década de 1960 em Missal – PR.



Fonte: Arquivo da Secretaria Municipal de Educação de Missal.

CRIAÇÃO E EXPANSÃO DAS ESCOLAS RURAIS NA MESORREGIÃO OESTE DO PARANÁ

a primeira escola rural criada na mesorregião oeste do Paraná data de 1934 e funcionava junto a uma

capela da igreja católica em Cascavel (SANTANA, 2006). Em geral, as escolas rurais foram surgindo na década de 1950 por iniciativa de colonos⁵ sulistas, visto que a escola já fazia parte da sua cultura no local de origem, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, já nas décadas de 1930 e 1940. As primeiras escolas rurais foram construídas por meio de mutirão de pequenos agricultores.

Emer (2012) destaca que o processo de escolarização era valorizado pelas comunidades dos descendentes de europeus. As primeiras famílias sulistas que chegaram a Santa Helena, nas décadas de 1920 e 1930, ensinavam seus filhos a ler e escrever e também as operações matemáticas básicas. O material didático utilizado era o carvão e uma tábua de madeira. Usava-se o carvão para escrever letras e números em tábuas de madeira.

Em algumas localidades, como foi o caso de Toledo e Marechal Cândido Rondon, a Companhia Colonizadora construiu escolas em zonas rurais para facilitar a comercialização de pequenos lotes agrícolas: “A Companhia MARIPÁ teve a preocupação de estruturar as atividades educacionais junto aos núcleos de colonização, responsabilizando-se da remuneração dos professores e construção de escolas nas vilas recém-organizadas” (SAATKAMP, 1984, p. 176).

A existência de escola na zona rural tranquilizava a família dos migrantes sulistas. Havia uma preocupação da população vinculada à tradição religiosa das igrejas luterana e católica para a criação e viabilização de escolas nas vilas e zonas rurais.

Colodel (1998), ao analisar a colonização do oeste do Paraná, em especial de Santa Helena, observou que uma das características da colonização de origem italiana é a organização da comunidade rural em volta da capela/igreja, algo comum nas zonas rurais italianas no final do século XIX. A escola era construída posteriormente ao lado da igreja.

A capela sempre constituiu-se em um fenômeno bastante típico e intenso da imigração italiana e os descendentes desses imigrantes lograram prosseguir, mesmo migrando para outras regiões como foi o caso de Santa Helena, na

valorização de sua importância cultural e social dentro dos quadros constitutivos da comunidade (p. 246).

A valorização cultural da escola pelos colonos descendentes de germânicos e italianos foi o principal fator para criação de escolas em áreas rurais recém-povoadas e ainda precárias. Assim, nasciam escolas nas linhas e travessões. Linha é o nome dado a uma porção territorial geralmente constituída por um conjunto de pequenas e médias propriedades. Até hoje, nos municípios do oeste do Paraná é comum a denominação “linha” para as áreas rurais. Já travessão é o ponto em que duas estradas rurais se cruzam.

Após emancipação do município, as Escolas dos Colonos se transformavam em escolas rurais municipais, nas quais, em geral, o município aproveitava-se da estrutura física já construída e arcava com os custos de manutenção e o salário do professor.

A expansão da escola se processou de forma intensa em toda a região oeste do Paraná na medida em que aumentava a população rural. De acordo com dados levantados nas secretarias municipais de educação da mesorregião, as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pela construção de escolas isoladas nas zonas rurais. Nesse período somente no município de Cascavel foram construídas 186 escolas. Nos demais municípios também foi comum a expansão das escolas rurais nessa época.

O PROCESSO DE DESATIVAÇÃO DAS ESCOLAS RURAIS NA MESORREGIÃO OESTE DO PARANÁ

A nova conjuntura econômica alterou as relações socioeconômicas da mesorregião. George (1982) chama atenção para dois aspectos fundamentais da organização do espaço agrícola: questão dos métodos aplicados para se deixar o espaço agrícola em condições de produzir⁶; e a questão das conjunturas que vão modificando as paisagens rurais⁷.

5 É a denominação dada ao pequeno agricultor na região oeste do Paraná. No plano de colonização das terras no espaço regional, uma colônia de terra era equivalente a 25 hectares.

6 “Os elementos constituintes da paisagem rural provêm, em grande parte, dos métodos aplicados para deixar o espaço agrícola em condições de produzir” (GEORGE, 1982, p. 75)

7 “A paisagem rural não é imutável, nem mesmo onde parece ser muito antiga. A conjuntura a modifica, embora ela resista durante muito tempo às pressões circunstâncias.” (idem, p. 79)

A conjuntura econômica pós-1945 possibilitou uma ocupação intensa do território mediante a comercialização de lotes agrícolas por Companhias colonizadoras de capital originário do Rio Grande do Sul.

Os pequenos agricultores viram a migração para o oeste do Paraná como possibilidade de reprodução da unidade familiar agrícola, caracterizada pela prática da policultura comercial.

As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pela conquista do solo agrícola, fato que justifica a grande população rural no período, como se nota na Tabela 1. As transformações econômicas brasileiras repercutiram na reconfiguração do espaço regional, as cooperativas agrícolas na região oeste do Paraná se fortaleceram mediante a aquisição de empréstimos com o Estado a juros subsidiados (DELGADO, 1985) e agiram no sentido de viabilizar o processo de modernização agrícola, atuando como principal mecanismo de articulação da agricultura regional com o sistema capitalista internacional.

A transformação da agricultura mediante o processo de mecanização do solo e de modernização agrícola apoiada no sistema de monocultivos para a exportação produziu uma crise na agricultura tradicional praticada pelos colonos.

A mecanização do solo inviabilizou a maioria das propriedades agrícolas com menos de 20 hectares, gerando um grande excedente populacional que passou a migrar para as maiores cidades da região da época: Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu ou para os estados de Mato Grosso e Rondônia.

O ápice da população rural na mesorregião foi o final de 1960 e início de 1970, registrando no referido ano 611 mil habitantes. População que diminuiu em mais de 160 mil pessoas em apenas 10 anos, intervalo entre 1970-1980, e 170 mil no intervalo entre 1980-1991. Esse decréscimo populacional foi um dos fatores decisivos para a desativação das escolas nas zonas rurais.

As zonas rurais deixaram de ser o foco principal das políticas públicas, algo comum nas décadas anteriores, momento de intensificação do povoamento do território. Nesse contexto, Pereira (2002) corrobora que: “A rápida urbanização no Estado do Paraná transformou a sociedade de predominantemente rural para urbana. Essa mudança causou sérios problemas sociais nos setores de habitação, saneamento básico, abastecimento de água, serviços de saúde e educação” (p. 46). Diante desse novo cenário, as políticas educacionais desse estado passaram a se concentrar nas áreas urbanas, onde passaram a ser construídas novas escolas e equipadas e reformadas as antigas instalações escolares.

Nessa época as escolas rurais paranaenses eram extremamente precárias e carentes. Em geral, eram escolas de uma sala de aula, unidocente e multisseriada. O professor tinha pouca instrução, variava do 1º ao 2º grau completo. Esses estabelecimentos de ensino eram mantidos pelas prefeituras.

A Figura 2 a seguir mostra informações referentes ao processo de desativação de escolas rurais municipais de quatro cidades: Cascavel, Marechal Cândido Rondon, Palotina e Toledo.

Tabela 1. Evolução demográfica e criação de municípios na mesorregião oeste do Paraná (1950-2010).

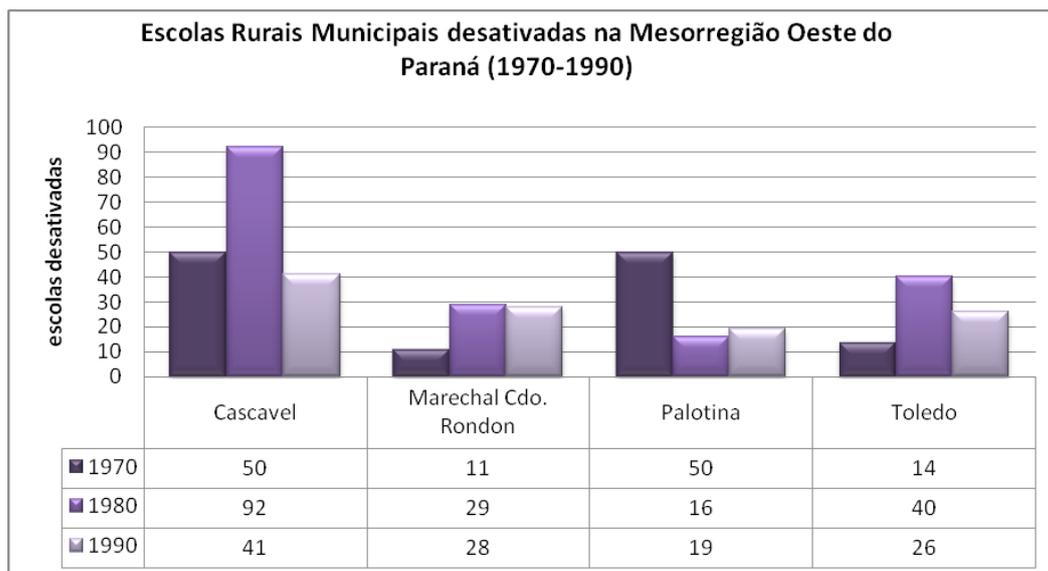
Censo	Número de Municípios	População Total	População urbana	População rural	Grau de urbanização (%)
1950	1	16.421	3.104	13.017	20.73
1960	4	113.752	29.843	84.412	26.24
1970	19	763.723	152.354	611.948	19.95
1980	20	953.364	490.662	452.902	51.47
1991	35	1.017.300	738.136	279.164	72.56
2000	49	1.140.315	937.484	202.831	82.21
2010	50	1.219.558	1.044.091	175.467	85.62

Fonte: Ipardes (2003); IBGE.

A maior parte das escolas rurais da mesorregião foi desativada na década de 1980, que foi uma década caracterizada pelo aumento do êxodo rural a nível regional. Palotina chama atenção por registrar alto índice de fechamento de escolas rurais desde a década de 1970. A população rural do município registrada em 1970 em 37.753 habitantes diminuiu

para 15.875 em 1980. Além do desmembramento ocorrido em 1977 com a criação do município de Nova Santa Rosa, a mecanização agrícola e a política agrícola adotada foram as principais causas do esvaziamento demográfico do espaço rural. Reginato (1979) observa que no final da década de 1970, a política educacional municipal optou pelo transporte

Figura 2. Escolas rurais municipais desativadas: municípios selecionados da mesorregião oeste do Paraná (1970-1990).



Fonte: Levantamento realizado pelos autores nas Secretarias Municipais de Educação.

dos alunos das zonas rurais e a construção de novas escolas nas cidades.

Já os municípios de Cascavel, Toledo e Marechal Cândido Rondon apresentaram maior frequência de desativação de escolas rurais na década de 1980. Destes municípios onde foram levantadas as informações, só Marechal Cândido Rondon e Cascavel mantêm em funcionamento escolas em zonas rurais.

A política educacional de descentralização da educação já vinha se desenhando no Brasil desde a publicação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1961, provocando uma crise na educação rural, devido à precariedade financeira dos municípios brasileiros na época.

A Lei nº 5.692 de 1971 ampliou a gratuidade do Ensino Primário de 4 para 8 anos, transferindo para os municípios a sua implementação. No nível estadual foi lançado em 1975 o Plano Estadual de Educação e Cultura para o período de 1976 a 1979, tendo como uma de suas metas a transferência das

responsabilidades do Ensino Fundamental para os municípios.

Transferir, progressivamente, a responsabilidade municipal, os encargos e serviços educacionais com a Rede Física e Administração e Manutenção do Ensino, especialmente de 1º grau, que passam a ser realizados mais satisfatoriamente pelas administrações locais, após estruturação administrativa do Setor de Educação do Município (PARANÁ, 1975, p. 234).

A educação rural primária foi relegada a um segundo plano pela política educacional brasileira. A municipalização acentuou a deterioração da já precária escola no meio rural.

Diante dessa situação de debilidade e marginalidade da escola rural é criado em 1975 o Promunicípio (Projeto de Cooperação Técnica e Financeira Estado/Município), com intuito de revitalizar a educação nas áreas rurais. A ideia principal consistia na nucleação

das escolas como forma de ampliar o espaço físico, melhorar a qualidade do ensino, facilitar a qualificação do professor e retirá-lo do seu isolamento, possibilitar a oferta de material didático, construção de bibliotecas entre outros. A nuclearização das escolas rurais já havia sido pensada nos Estados Unidos no final do século XIX como forma de melhorar o ensino nas áreas de comunidades rurais distantes das cidades. Esse modelo também foi implantado por outros países no decorrer do século XX, como a Nova Zelândia, Costa Rica, Líbano entre outros. Assim, define-se a nuclearização:

Trata-se de um procedimento político-administrativo que consiste na reunião de várias escolas isoladas em uma só, desativando ou demolindo as demais. O princípio fundamental é a superação do isolamento e abandono, ao qual as escolas rurais isoladas experimentam e vivenciam em seu cotidiano e oferecer aos alunos rurais uma escola de melhor qualidade (SILVA; MORAIS; BOF, 2006, p. 116).

O Paraná foi o primeiro estado a adotar o Promunicípio, fato que aconteceu em 1976 e ficou conhecido como Movimento das Escolas Consolidadas. Anos mais tarde, 1979, foi criado o Prorural (Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural). De acordo com Pereira (2002), a meta inicial do Governo do Paraná em 1980 era construir, manter e equipar 39 Escolas Consolidadas em 28 municípios. Todavia, mais uma vez, as políticas públicas eram destinadas à região antiga do estado, o centro-sul, o sul e o sudeste, só que agora, observando as áreas rurais de pequenos agricultores e de influência de descendentes de imigrantes europeus. Alguns anos mais, alguns municípios do oeste e sudoeste do estado também se beneficiaram com a construção de escolas nucleadas nas zonas rurais.

Todavia, essa política de revitalização das escolas no meio rural não teve continuidade:

Em 1983, apesar do apoio dado para a continuação do projeto das escolas consolidadas pela Secretaria de Educação do Paraná, por meio do Grupo de Planejamento Setorial/GPS/SEED, uma divisão dessa Secretaria considerou a experiência de consolidação de escolas rurais pequenas como sendo altamente negativa, segundo declarações de alguns grupos (Assembleia Legislativa do Estado do Paraná) (PEREIRA, 2002, p. 77).

As políticas públicas destinadas à escola rural foram desaparecendo à medida que a modernização agrícola

aumentava o contingente populacional expropriado do campo. A escola multisseriada e unidocente passaria a ser a única política educacional do Paraná para a população rural, salvo algumas iniciativas municipais pontuais. Com ampliação e modernização das escolas urbanas, a precária escola rural, unidocente e multisseriada, passou a ser vista pela própria comunidade como inviável do ponto de vista didático e pedagógico, já que representava o atraso do sistema escolar brasileiro.

Atualmente, nos 50 municípios da mesorregião oeste do Paraná restam apenas 66 escolas rurais municipais, como se observa na Tabela 2. Até mesmo os municípios com alta taxa de população rural, demonstrados na Figura 3, optaram por fechar as escolas rurais como forma de racionalizar os custos com manutenção do sistema educacional.

Na metade dos municípios da mesorregião, a população rural é superior a 30%. Esse dado é significativo para o planejamento de políticas públicas voltadas para as zonas rurais.

Um dos dados que chama atenção é que a escola saiu antes que as pessoas. Zanin (2010), ao analisar a desativação de escolas no espaço rural de Guaraniaçu, observou essa questão:

O fechamento das escolas foi ao mesmo tempo causa e consequência do esvaziamento do campo. Pois ao mesmo tempo em que as escolas eram fechadas por falta de alunos no campo, devido ao esvaziamento das comunidades/localidades, as poucas famílias que sobreviviam no campo, mudaram para a cidade, para que seus filhos tivessem acesso a uma escola e pudessem estudar (p. 92).

As políticas educacionais anteciparam a saída da escola das zonas rurais, o que, por sua vez, aumentou o êxodo rural. Os municípios que mantiveram as escolas no espaço rural foram aqueles que adotaram políticas educacionais voltadas para atender os anseios das comunidades rurais, geralmente compostas por famílias de pequenos proprietários de terras.

Além da desigualdade de investimentos públicos, as escolas rurais vêm sendo desativadas no Brasil. De acordo com dados recentes do censo escolar, tabulados pelo jornal *Folha de S. Paulo*, entre 2003 a 2013, no país foram fechadas 32.500 escolas, registrando uma média de 8 escolas rurais fechadas por dia e um decréscimo de 31,4% em 10 anos (CANCIAN, 2014).

Figura 3. Mapa de população rural dos municípios da mesorregião oeste do Paraná.

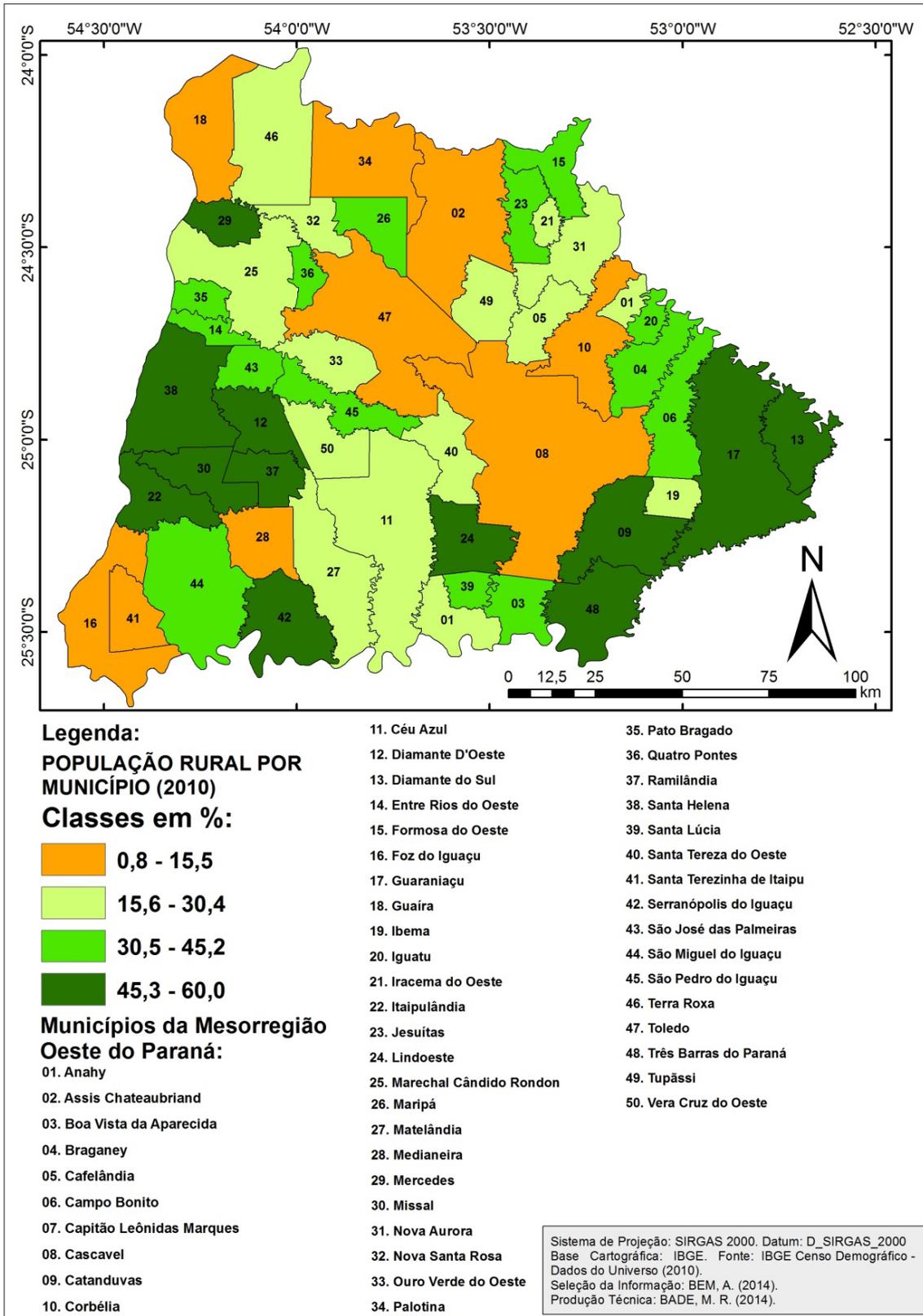


Tabela 2. Número de escolas municipais na mesorregião oeste do Paraná (2013).

n°	Município	Escola urbana	Escola rural	Total
1	Anahy	1	0	1
2	Assis Chateaubriand	12	2	14
3	Boa Vista da Aparecida	2	3	5
4	Braganey	1	3	4
5	Cafelândia	3	1	4
6	Campo Bonito	1	4	5
7	Capitão Leônidas Marques	4	1	5
8	Cascavel	50	9	59
9	Catanduvas	3	2	5
10	Céu Azul	4	1	5
11	Corbélia	7	0	7
12	Diamante do Oeste	1	0	1
13	Diamante do Sul	2	1	3
14	Entre Rios do Oeste	1	0	1
15	Formosa do oeste	1	1	2
16	Foz do Iguaçu	48	3	51
17	Guaíra	12	2	14
18	Guaraniaçu	6	4	10
19	Ibema	2	0	2
20	Iguatu	1	0	1
21	Itaipulândia	3	2	5
22	Iracema do Oeste	1	0	1
23	Jesuítas	4	1	5
24	Lindoeste	2	2	4
25	Marechal Cândido Rondon	16	1	17
26	Maripá	3	0	3
27	Matelândia	6	1	7
28	Medianeira	13	0	13
29	Mercedes	3	0	3
30	Missal	2	4	6
31	Nova Aurora	5	0	5
32	Nova Santa Rosa	4	0	4
33	Ouro Verde do Oeste	2	0	2
34	Palotina	9	0	9
35	Pato Bragado	1	0	1
36	Quatro Pontes	1	0	1
37	Ramilândia	1	0	1
38	Santa Helena	9	1	10
39	Santa Lúcia	1	1	2
40	Santa Tereza do Oeste	2	2	4
41	Santa Terezinha de Itaipu	5	0	5
42	São José das Palmeiras	1	0	1
43	São Miguel do Iguaçu	8	6	14
44	São Pedro do Iguaçu	2	1	3
45	Serranópolis do Iguaçu	1	0	1
46	Terra Roxa	4	3	7
47	Três Barras do Paraná	1	3	4
48	Toledo	36	0	36
49	Tupãssi	3	0	3
50	Vera Cruz do Oeste	3	1	4
51	Total	318	66	384

Fonte: Inep (2013); BEM (2014).

A falta de políticas públicas dirigidas à população rural já havia sido analisada na década de 1930 por Mennucci (2006): “As zonas rurais, colocadas fora do círculo de ressonância geral, longe do bulício das cidades, ignaras de sua força e de suas próprias necessidades, continuam relegadas ao desamparo e ao esquecimento” (p. 152).

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O surgimento e expansão da escola rural no século XX estiveram atrelados às frentes de ocupação do território paranaense. Na mesorregião oeste do Paraná, a escola rural surgiu e teve seu ápice com o processo de colonização, momento em que a maior parte da população se concentrava no espaço rural. A modernização agrícola intensificada nas décadas de 1970 e 1980 alterou a configuração do espaço agrário regional, gerando um grande contingente populacional expropriado do campo e, em consequência, inviabilizou boa parte das escolas rurais.

Apesar de a política agrícola brasileira ter sido um fator determinante para a crise da escola rural, as políticas educacionais aceleraram o processo de desativação das escolas no espaço rural, ao transferirem para os municípios o encargo e manutenção do Ensino Fundamental. Atualmente, a maioria dos estudantes residentes nas zonas rurais é transportada diariamente para as escolas urbanas. Como consequência desse processo, muitos alunos residentes no espaço rural acordam de madrugada e passam horas do dia dentro dos ônibus escolares, fato que coloca o rural uma posição inferior em relação ao urbano.

REFERÊNCIAS

- BAREIRO, E. **Políticas educacionais e escolas rurais no Paraná 1930-2005**. 2007. 106p. Dissertação (Mestrado em Educação para Ciência) – Programa de Pós-Graduação em Educação para a Pesquisa e o Ensino de Matemática, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.
- CANCIAN, N. Brasil fecha, em média, oito escolas por dia na zona rural. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 3 mar. 2014. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2014/03/1420332-pais-fecha-oito-escolas-por-dia-na-zona-rural.shtml>>. Acesso em: 28 abr. 2014.
- COLODEL, J. A. **Obrages e companhias colonizadoras**: Santa Helena na história do oeste paranaense até 1960. Cascavel: Assoeste, 1988. 292p.
- DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**: 1965-1985. Campinas, SP: Unicamp, 1985. 240p.
- EMER, I. O. Um pouco da história da educação no Oeste do Paraná. **Revista HISTEDBR on-line**, Campinas, n. esp., p. 34-48, mai. 2012.
- GEORGE, P. **Geografia rural**. Tradução Elza Trassi Mariano et al. São Paulo: Difel, 1982. 252p.
- GREGORY, V. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial**: Migrações no oeste do Paraná (1940-70). Cascavel: Unioeste, 2002. 266p.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos demográficos**. Disponível em: <www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 28 abr. 2014.
- INEP – Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Data Brasil**. Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso em: 28 abr. 2014.
- IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Leituras regionais**: Mesorregião oeste do Paraná. Curitiba: IparDES, 2003. 143p.
- LEITE, S. C. **Escola rural**: Urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999. 119p.
- MENNUCCI, S. **A crise da educação brasileira**. São Paulo: Piratininga, 2006. 260p.
- OLIVEIRA, M. C. M. de. Organização escolar no início do século XX: O caso do Paraná. **Educare**, Curitiba, n. 18, p. 143-153, 2001.
- PARANÁ. Secretaria de Educação do Paraná. **Plano Estadual de Educação e Cultura do Estado do Paraná 1976-1979**. Curitiba: Secretaria de Educação do Paraná, 1975.

PEREIRA, R. E. **A consolidação de escolas unidocentes como política de educação para a zona rural do Paraná.** São Paulo: Annablume, 2002. 158p.

REGINATO, P. **História de Palotina (1954-1979).** Santa Maria, RS: Palloti, 1979. 237p.

SAATKAMP, V. **Desafios, lutas e conquistas:** História de Marechal Cândido Rondon. Cascavel: Assoeste, 1984. 232p.

SANTANA, E. **Escolas rurais de Cascavel:** Ascensão e declínio. 2006. 75p. Monografia (Especialização em História da Educação Brasileira) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2006.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

SCHELBAUER, A. R. Da roça para escola: Institucionalização e expansão das escolas primárias rurais no Paraná (1930-1960). **Hist. Educ.**, Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 71-91, maio/ago. 2014.

SCHELBAUER, A. R.; GONÇALVES NETO, W. Ensino primário no meio rural paranaense: Em foco as escolas de trabalhadores rurais e de pescadores entre as décadas de 1930 e 1950 do século XX. **Cadernos de história da educação**, v. 12, n. 1, p. 83-107, jan./jun. 2013.

SILVA, H. L.; MORAIS, T. C.; BOF, A. M. A educação no meio rural no Brasil: Revisão de literatura. In: BOF, A. M.; SAMPAIO, C. E. M. et al. (Orgs.). **Educação no Brasil rural.** Brasília: Inep, 2006.

ZANIN, T. **A história da escolarização de Guaraniaçu:** Da colonização aos nossos dias. 2010. 152p. Monografia (Especialização em História do Brasil) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2010.

As fronteiras da diferença em *Amélia*, de Ana Carolina

The borders of difference in Amélia, directed by Ana Carolina

GABRIELA LAURITO BOER¹

¹ Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: gabiboer@gmail.com

Resumo: Este trabalho visa discutir o conceito de fronteira a partir do filme *Amélia* (2000), de Ana Carolina. Seu objetivo é entender os diferentes sentidos e significados que esse conceito assume na obra cinematográfica e como podem contribuir para a linguagem geográfica. Para tal, ultrapassamos o entendimento inicial do termo, como usualmente é abordado na ciência geográfica, enquanto limite político e administrativo entre dois ou mais lugares, e empregamos os referenciais de textos oriundos de outras áreas das ciências humanas e dos parâmetros teóricos apontados por Doreen Massey. Como resultado de nossa análise esperamos desvendar as diferentes dimensões que a fronteira assume em algumas cenas do filme, principalmente mediante a trama que apresenta as diferenças entre as personagens Sarah Bernhardt e as irmãs de sua auxiliar Amélia, complexificando as cisões dualistas entre o civilizado (europeu) e o selvagem (brasileiro); entre a naturalização de uma identidade do “nós” em anteposição a dos “outros”.

Palavras-chave: Amélia, fronteira, linguagem geográfica, linguagem cinematográfica.

Abstract: This study aims to discuss the concept of border from the film “Amélia” (2000), directed by Ana Carolina. The objective is to understand the different senses and meanings the concept assumes in the film and how they can contribute to the geographic language. Therefore, we surpassed the initial understanding of the term, since it is usually addressed in geographical science as a political and administrative boundary between two or more places, and we used texts from other areas of the humanities and theoretical parameters pointed by Doreen Massey. As a result of our analysis, we hope to unravel the different dimensions that the boundary assumes in some of the movie scenes, mainly through the plot, which shows the differences between the characters Sarah Bernhardt and the sisters of her assistant Amélia, complexifying the dualistic division between the civilized (European) and the wild (Brazil); between the naturalization of an identity of “we” in opposition of “others”.

Keywords: Amélia, border, geographic language, cinematic language.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é exercitar uma leitura sobre o conceito de fronteira a partir da experimentação da linguagem científica da geografia em contato com a linguagem artística do cinema. Sendo assim, discutiremos o conceito de fronteira apresentado pelo filme *Amélia* (2000), de Ana Carolina.

O filme narra a história da atriz francesa Sarah Bernhardt em sua última visita ao Brasil, em 1905. A trama mistura cenas baseadas em acontecimentos reais e muita ficção ao colocar na mesma tela a atriz europeia e três mulheres que vivem em Cambuquira, interior de Minas Gerais. Francisca, Osvalda e Maria Luísa

vivem em um sítio no interior mineiro, quando recebem de Amélia, irmã de Francisca e Osvalda e camareira de Sarah Bernhardt, uma carta dizendo que ela venderá as terras onde moram as irmãs e Maria Luísa, uma agregada, e que conseguiu trabalho para elas como costureiras da temporada de Sarah no Rio de Janeiro. Inconformadas por perderem as terras, as irmãs viajam para a então capital brasileira para tentar permanecer na propriedade e trabalharem temporariamente para a atriz. Ao chegarem ao Rio, ficam sabendo que a irmã morreu de febre amarela ao desembarcar no Brasil e já está enterrada. A partir daí as três brasileiras veem-se em meio à companhia de Sarah, onde ninguém fala português, sendo constantes os desentendimentos e desencontros.

A proposta que discorreremos neste texto entrelinha então a ciência geográfica com a arte cinematográfica para abordar a questão da fronteira, não aquela física e cartografável, mas a da relação entre “nós” e o “outro” – as leis, hábitos, concepções e culturas que se encontram nesse espaço. Desse modo, mergulharemos nas questões fronteiriças que extrapolam o econômico, o político e o cartográfico, procurando outros sentidos que o filme, textos e autores escolhidos que discutem o tema nos colocam no sentido de apontar outras possibilidades de leitura geográfica desse conceito.

Procuramos encontrar elementos que constituem o entendimento de fronteira que discorreremos em algumas cenas do filme. Para alcançar este objetivo nos prenderemos à análise das relações entre a trama, a narrativa do filme e as concepções de fronteira. Nesse momento não trabalharemos com a linguagem cinematográfica propriamente. O filme é rico em análises, porém, nos prenderemos somente a algumas cenas para desenvolver nossa discussão.

Para traçar um caminho até nossas considerações sobre o filme e o conceito que almejamos abordar, faremos uso dos referenciais teóricos de geógrafos brasileiros como Ferraz (2013) e Oliveira Jr. (2005, 2009). Para discutirmos sobre a ideia de fronteira e de seus atuais desdobramentos utilizaremos textos de estudiosos como Hissa (2002) e Martins (1997).

Como nossa discussão é pautada em análise bibliográfica, os resultados advindos dessa análise e do filme se confundem. Desse modo, objetivamos chegar aos resultados e considerações deste trabalho pensando a análise imagética dos filmes e das palavras e conceitos da bibliografia em conjunto.

SOBRE CINEMA E GEOGRAFIA

A relação entre geografia e cinema pode ser pensada a partir da produção de interpretações, sentidos e entendimentos possíveis (FERRAZ, 2013). Este é o modo pelo qual pretendemos analisar a fronteira apresentada em *Amélia*. A imagem em movimento cria sentidos e entendimentos dos fenômenos por outras perspectivas, diferentes da lógica discursiva científica.

O cinema é hoje utilizado pelos vários segmentos da ciência como ferramenta de ilustração, exemplificação de conceitos e fenômenos, para reforçar pontos de vista ou desfazê-los, até mesmo como evidência científica (OLIVEIRA, 2006). Nossa pretensão neste artigo

segue o caminho oposto dessa acepção de uso da linguagem cinematográfica na ciência. Não queremos ilustrar o conceito de fronteira, sintetizá-lo em uma imagem ou em um filme, pelo contrário, queremos, a partir das imagens, a partir do filme, construir uma ideia do que é a fronteira.

A diretora desse filme, Ana Carolina, deixa claro que o intuito do filme não é ser biográfico nem histórico:

Esse filme não é um filme biográfico da Sarah Bernhardt, eu não prestei a menor atenção, em nenhum momento, e não vou prestar atenção para fazer um filme sobre a vida da Sara Bernhardt em 1905. [...] o Rio de Janeiro em 1905, as roupas de 1905, o bigodinho, a cartola, a bengala, a reprodução de época – a tudo isso tenho verdadeiro horror. Na verdade, esse filme é uma licença imaginária, uma especulação poética de um momento na vida da Sarah Bernhardt (RODA VIVA, 1994).

Se *Amélia* é uma licença imaginária da vida de Sarah Bernhardt e da cidade do Rio de Janeiro em 1905, não queremos compará-lo à “realidade” que ele representa, pois assim como afirmou a diretora, ela não se apega ao que entendemos por “realidade”. Desse modo, podemos interpretar a narrativa fílmica de maneira ampla, sem restrições quanto à veracidade do roteiro ou dos cenários.

Entendemos que tudo que está no filme é uma realidade nova que se cria a partir da linguagem cinematográfica e no encontro com o espectador (OLIVEIRA JR., 2005). Em nosso encontro com o cinema e apoiados em nossos referenciais teóricos pretendemos discutir as fronteiras que se erguem na conturbada relação das diferenças e que são cotidianamente vivenciadas por aqueles que moram em zonas fronteiriças, como é o caso de Dourados – MS, ou mesmo aqueles que deparam com a diferença onde quer que estejam (na escola, no trabalho, no shopping etc.), fazendo aparecer e instalar as fronteiras e barreiras (de pensamento, dos corpos etc.).

A filosofia, a ciência e a arte tentam ordenar de algum modo o caos da cotidianidade em que vivemos. Elas não se confundem, mas se tocam para que possamos, a partir delas, tirar significados para nos orientarmos em meio à multiplicidade da vida (GALLO, 2008).

Cada uma de seu modo, contribuem, portanto, para que a multiplicidade seja possível, para que as singularidades

possam brotar e para que não sejamos sujeitados a viver sob a ditadura do Mesmo (Ibidem, p. 50).

O Mesmo é a imposição do pensamento único, muito difundido pela ciência de tradição metafísica que acredita ser possível encontrar a verdade do mundo, criando conceitos absolutos e abstratos que explicam e desvelam a essência última e definitiva do mundo. No entanto, entendemos que a vida, ao contrário do que a concepção hegemonicamente praticada de ciência procura fazer, não possui uma verdade absoluta incrustada sob as ilusões da superficialidade dos fenômenos, ela é múltipla e acontece contingencialmente, sem essências puras e únicas, sendo assim o sentido de algo não se encerra em definições fixadoras que encerrem identidades puras (COMRIE, 2010; GALLO, 2008; WAINWRIGHT, 2010). Portanto, para nós, não faz sentido nos apegarmos a um conceito de fronteira universal, academicamente aceito, mas que não serve para todos. Daremos sentido ao que se chama de fronteira a partir da narrativa fílmica *Amélia*, onde as personagens se encontram em uma situação fronteiriça; onde se encontram e desencontram a atriz e as três mulheres de Cambuquira.

O cinema, como expressão artística, traz sentido às nossas relações e a partir daí podemos derivar sentidos geográficos. Ele pode assim ser entendido:

Gilles Deleuze e Félix Guattari (1992) afirmam que **a obra de arte é um ser de sensações**, ou seja, ela estabelece um plano de composição que instiga, via suas figuras estéticas, afetos e perceptos que nos localizam e nos orientam em relação ao caos infinito da vida (FERRAZ, 2013, p. 113, grifo do autor).

Logo, é mais significativo utilizar o cinema, seus personagens e narrativas para dele retirar significações e elementos para entendermos melhor a fronteira, nos orientarmos e relacionarmos melhor com as diferenças, do que fecharmos todas as fronteiras em um mesmo conceito, que não será útil para muitos entenderem a fronteiridade que vivenciam.

Com essas questões em mente, analisar a fronteira por meio de filmes constitui uma das formas de se estudar a complexidade da realidade, estabelecendo intercessores entre a linguagem geográfica no encontro com a linguagem artística. Não queremos abandonar a linguagem científica, ao contrário, queremos contribuir para a linguagem geográfica a partir de outra

linguagem, não muito usual na academia, mas que lança outros olhares sobre questões, temas e conceitos centrais para o discurso científico da geografia, como é o caso da ideia de fronteira a partir do cinema.

AMÉLIA: A FRONTEIRA

A fronteira não é um conceito a priori geográfico. Aliás, nenhum conceito é. Adotando uma perspectiva nietzschiana, podemos estabelecer uma crítica à concepção de realidade do mundo usualmente adotada pela geografia, qual seja, o “mundo real” é aquele em que a geografia descobre a essência ideal da constituição dos fenômenos por meio do uso rigoroso e não contraditório das categorias com que delimita seu discurso sobre o mundo. Dessa forma, o mundo daí oriundo é apenas o mundo forjado enquanto linguagem que se sobrepõe à realidade, sendo esta a multiplicidade contingencial de forças e fenômenos em constante fuga e nomadismo. Portanto, o mundo não é o que conseguimos ilusoriamente fixar, por pensamentos travestidos em palavras, o reino da razão, mas aquilo que podemos estabelecer de perspectiva de sentidos a se transformar e mover em um constante movimentar de forças, fenômenos e corpos, de afirmação da vida.

A geografia tende a ler o mundo que se vive dentro da tradição metafísica, que o toma pelos sentidos que enganam o verdadeiro entendimento da realidade. Assim, o mundo real é compreendido como aparente e busca-se a verdade do mesmo numa essência idealizada que não se encontra no mundo vivido, mas no reino da razão em si (WAINWRIGHT, 2010, nota de rodapé 12).

Dessa maneira, para nós, a fronteira não deve ser entendida somente como a fronteira política traçada cartograficamente a dividir dois estados nacionais, definição comumente utilizada para designar o que é fronteira. Em *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade* (2002), Hissa aponta que “na natureza, o limite é um elemento intruso, idealizado” (p. 20). Para o autor, os limites², em especial os “naturais”,

2 Hissa (2002) define e diferencia fronteira e limite: “o limite: ele parece consistir de uma linha abstrata, fina o suficiente para ser incorporada pela fronteira. A fronteira, por sua vez, parece ser feita de um espaço abstrato, areal, por onde

são construções humanas, que somente o homem e sua cultura podem significar, já que na natureza, tais limites não existem. Eles são abstrações do olhar. A geografia e seus conceitos, como o de fronteira, pretende conceituar, ordenar, sobrepor abstrações do pensamento à multiplicidade da realidade. O que se tem é o endurecimento das perspectivas que ao invés de se abrirem aos múltiplos acontecimentos da vida, se fecham em conceitos totalizantes restritos às atividades de pesquisas acadêmicas.

O conceito de fronteira, na geografia e em outras ciências sociais, aparece usualmente dividida, ora comandada pelo Estado como linha divisória, ora transgredida pela vivência dos sujeitos. Max e Oliveira (2009) delineiam essas concepções:

Pode-se entender que o termo “fronteira” (na concepção anglo-saxônica) revela uma particularidade distinta, sob dois ângulos, em que a geografia trata o assunto: o primeiro é o termo “*boundary*”, cuja significação é a linha limítrofe e o segundo, “*frontier*”, cuja noção é a de zona de fronteira (JEANNERET, 1984). Dessa diferenciação pode-se afirmar que a partir da abstração da primeira desenvolvem-se trabalhos por uma variável técnica da fronteira, que indica delimitação e demarcação territorial que substancia os estudos dos conflitos interestados da geografia política. A zonalidade presente na segunda noção, diferentemente, permite ampliar e integrar os diversos aportes das disciplinas sociais, cujo objeto é de estudar os efeitos da fronteira (processos políticos, sociais, econômicos, culturais, entre outros) sobre os grupos e suas relações entre si (p. 15-16).

Assim, temos na bibliografia das ciências humanas a distinção da abordagem da fronteira como *boundary* ou *frontier*. A *boundary* se refere à fronteira como a linha divisória entre Estados, onde há a presença do governo nacional para garantir a segurança daquele terreno. Já a concepção de fronteira como *frontier*, isto é, a zona de fronteira onde acontecem as relações de separação e encontro das diversas instâncias que fazem parte dessa

realidade (economia, cultura, política e sociedade). Essa dicotomia da fronteira como separação e encontro é a concepção majoritariamente utilizada pela geografia e pelas ciências humanas para abordar tal conceito.

José de Souza Martins (1997) em *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano* analisa as “frentes de expansão”³ dos brancos⁴ sobre grupos indígenas. Essas “frentes” constituem-se como fronteiras de expansão de elementos do modo de produção capitalista, do modo de vida autodenominado “civilizado” por aqueles que consideram como pertencentes a essa ideia de civilização, mas o autor vai além das questões materiais e políticas:

A fronteira de modo algum se reduz e se resume à fronteira geográfica. Ela é a fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização [...], fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da História e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano (p. 13).

Nessa afirmação de Martins destacam-se dois aspectos. O primeiro é a crítica ao sentido de “fronteira geográfica” por considerá-la reducionista de sentidos e generalizante enquanto aplicação, pois tende a eclipsar os demais sentidos em prol do que delimita como separação entre territórios físicos. O segundo aspecto é o que define como “fronteira do humano”, isto é, a fronteira entre “Nós” e os “Outros”. O “Outro” é entendido como aquele que “não se confunde conosco nem é reconhecido pelos diferentes grupos sociais como constitutivo do **Nós**” (p. 12, grifo do autor).

Perante as observações desses dois intelectuais que buscam e apontam outras possibilidades de sentido para a fronteira, o primeiro vasculhando na própria prática da tradição científica da geografia a necessidade de se ampliar o entendimento desse conceito; o segundo, ao identificar que o conceito reducionista de fronteira se materializa no pensamento e discurso científico da geografia, daí busca outros sentidos por meio de outras áreas do conhecimento. Entre um e o outro,

passa o limite” (p. 34). E continua: “a fronteira coloca-se à frente (*front*), como se ousasse representar o começo de tudo onde exatamente parece terminar; o limite, de outra parte, parece significar o fim do que estabelece a coesão do território. O limite, visto do território, está **voltado para dentro**, enquanto a fronteira, imaginada do mesmo lugar, está **voltada para fora** como se pretendesse a expansão daquilo que lhe deu origem” (p. 34, grifos do autor).

3 As “frentes de expansão” segundo Martins (1997) são definidas como: “deslocamento da população civilizada e das atividades econômicas de algum modo reguladas pelo mercado” (p. 152).

4 Martins (1997) chama de “brancos” todos aqueles que não são indígenas e que participam das frentes de expansão, constituindo o “civilizado”, o pioneiro capitalista.

entendemos que a geografia não se restringe ao que a academia, os centros de pesquisas e planejamento majoritariamente praticam, nem ao que o Estado faz uso dela. Ela é um conhecimento, uma forma de pensar o mundo em sua dinâmica espacial, dessa forma, apresenta a potência das multiplicidades enquanto trama dos fenômenos, suas formas e processos de territorialização em acordo com a dinâmica das escalas espaciais, o que agencia a divisão política e administrativa, provocando derivas minoritárias nessa concepção fixa e ampla em prol da contingencialidade das forças e linhas que escapam do controle e da ordenação do Estado-nação ou do que o discurso científico majoritariamente praticado almeja.

Em *Amélia* temos claramente que a artista Sarah Bernhardt é a expressão corpórea de um território que se localiza além da fronteira política e administrativa do Estado brasileiro. Contudo, se todas as diferenças que ocorrem fossem mero desdobramento desse fato, tudo se explicaria com muita facilidade, assim como se resolveria todos os problemas, pois tudo seria uma questão de identidade territorial já dada por cada um dos corpos que se encontram no Brasil. Esse filme, como já apontado anteriormente, não visa representar fatos de uma realidade dada, mas instigar para o acontecimento de outras realidades a partir dos sentidos de fronteira que vão se desdobrando em diferentes linhas de fuga. A princípio temos o estabelecimento de uma fronteira cultural, que não é aquela que se dá somente na divisa de dois países, mas acontece sempre que nos deparamos com o diferente, com o outro, com a alteridade.

Em *Grupos étnicos e suas fronteiras*, Fredrik Barth (1998) entende que as trocas culturais entre grupos e a consequente sobreposição ou substituição de traços identitários não acontecem porque simplesmente esses grupos entram em contato, mas existem mecanismos mais complexos que podem definir trocas específicas, manter ou associar padrões exteriores sem que o grupo perca sua identidade. O antropólogo define que essas mediações são feitas através das **fronteiras étnicas**.

Aquele que se encontra do lado de dentro da fronteira é incluído no discurso do grupo como pertencente ao “nós”:

A identificação de outra pessoa como pertencente a um grupo étnico implica compartilhamento de critérios de avaliação e julgamento. Logo, isso leva à aceitação de que os dois estão fundamentalmente “jogando o mesmo jogo” (BARTH, 1998, p. 196).

Enquanto o “outro” é percebido como alheio aos valores construídos dentro da fronteira do nós:

De outro modo, uma dicotomização dos outros como estrangeiros, como membros de outro grupo étnico, implica que se reconheçam limitações na compreensão comum, diferenças de critérios de julgamento, de valor e de ação, e uma restrição da interação em setores de compreensão comum assumida e de interesse mútuo (Ibidem, p. 196).

Em *Amélia*, temos entre os dois lados da narrativa: a rasura da dicotomia entre a visão unilateral, ora o “nós” é territorializado na figura cosmopolita, que encarna o sentido de civilidade e progresso por parte de Sarah Bernhardt, o que delimita e classifica o “outro” como bárbaro, incivilizado e atrasado, o qual se encarna na imagem das mulheres de Cambuquira; ora existe a inversão e a unilateralidade do “nós” expressada pelas ironias e críticas à ignorância da artista europeia, assim fixada como o “outro” devido ao estranhamento em relação às práticas culturais locais.

Sodré (2006) discursa sobre diversidade e diferença cultural e aponta que essa dicotomização entre nós e os outros é uma situação de comparação:

Quando o termo “comparante” sobrevaloriza a si mesmo por se julgar o detentor de uma verdade absoluta, o termo “comparado” é automaticamente rebaixado e discriminado (p. 53).

Essa comparação, diz o antropólogo, é descabida, pois “a pura e simples comparação não nos diz nada de essencial sobre um e outro” (p. 53). Entretanto, seguimos fazendo comparações, taxando alguns como iguais e outros como diferentes, e fazemos isso para “exercer poder, para dominar” (p. 54).

No filme de Ana Carolina, quando o “nós” é a artista, o sentido de progresso e alteridade que incorpora, de força inovadora, acaba se configurando em expressão conservadora a fixar em uma hierarquia a concepção de superioridade cultural em relação aos brasileiros. Quando o “nós” se coloca entre as mulheres mineiras, a reação crítica tende a fixar em um conservadorismo de locais de resistência às forças de inovação. Até aí vamos identificando certa linearidade das posturas, como forças dicotomicamente mecânicas, em que cada lado repete o mesmo entendimento, ou desentendimento, do outro, reafirmando sua territorialidade enquanto fixação e valorização conservadora de

aspectos idealmente tidos como superiores. Ambas as defesas, assim como as respectivas críticas, se atêm a um padrão racional lógico de, por dedução simples, se autovalorizar para desvalorizar o outro. Ou seja, aquilo que entendem como as diferenças que as separam, é o que mais as tornam próximas, pois assim são forçadas a se reconhecer na tensão dos encontros.

Esse encontro fronteiro para Martins (1997) é o próprio local da afirmação das diferenças, “**o lugar da alteridade**” (p. 150, grifo do autor). Esse espaço define uma **situação de fronteira**, que é fundamentalmente uma situação de conflito, “mas o conflito faz que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e do desencontro” (p. 150). Esse desencontro “é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História” (p. 151), porém, ele não se refere a períodos diferentes de desenvolvimento econômico e social, mas sim de contemporaneidade de pensamentos divergentes, de diferentes mentalidades que constituem a individualidade dos sujeitos e a identidade dos grupos (MARTINS, 1997).

Tais temporalidades históricas diferentes, segundo o sociólogo, não são entendidas como autônomas dentro da lógica do modo de produção capitalista, que prevê um único destino para todos, não respeitando a trajetória de cada um desses grupos. Martins discursa sobre temporalidades, tempo histórico e História, mas deixa de lado a espacialidade dessa concepção. Para agenciarmos o sentido espacial nessa direção, Doreen Massey (2012) propõe uma forma alternativa de abordagem da categoria de espaço, em uma perspectiva semelhante à de Martins (1997), mas colocando em foco o espaço, que não exclui, de forma alguma, a temporalidade. Uma das proposições indicadas por ela é entender o espaço como uma multiplicidade, onde a heterogeneidade e diferentes trajetórias coexistem. Assim como Martins, Massey (2012) entende que:

As estruturas do Progresso, do Desenvolvimento e da Modernização, e a sucessão de modos de produção elaboradas dentro do marxismo, todas elas propõem cenários nos quais as direções gerais da história, inclusive o futuro, já são conhecidas (p. 32).

Desse modo, nega-se outras histórias que não a “do macho branco, heterossexual” (p. 31), a história do Ocidente. “A imaginação da globalização como uma sequência histórica não reconhece a coexistência

simultânea de outras histórias com características que sejam distintas [...] e futuros que, potencialmente, também possam sê-lo” (p. 31). Nega-se a “simultaneidade de estórias-até-agora” (p. 33).

Sodré (2006) aponta em seu texto que a questão espacial é crucial para entendermos o problema da alteridade:

Na pretensão de “civilizar” o não-ocidental, está implícita a exigência de conhecê-lo e resgatá-lo para a temporalidade europeia (o cronocentrismo) dentro de princípios do racionalismo iluminista que contemplam aspectos militares, políticos, tecnológicos, institucionais, educacionais e religiosos, a serem transmitidos como “universais” humanos. Concebido como mera diferença cultural a partir de comparações lógicas, o Outro é uma entidade a ser submetida pela razão causal. Sem maiores considerações por tudo aquilo que possa indicar uma positividade para seu espaço próprio, sua territorialização (p. 53).

Ao entender-se superior, aquele que diminui o Outro e nega seu espaço e sua história não o entende como digno de traçar, de forma diversa, seus próprios caminhos. Retira-se, daquele julgado diferente, a importância de sua voz e de suas ações, deixando-o submetido ao julgo daquele que se entende superior.

Essas histórias negadas pelo destino único imposto pelo pensamento maior, hegemônico, o qual tende a uniformizar e padronizar a multiplicidade para minimizar tensões e viabilizar o controle (prática esta tão necessária e usual das forças ordenadoras do território, e que se adequam aos processos de exploração e acumulação da sociedade pautada na lógica da mercadorização capitalista do mundo), podem ser, por exemplo, as histórias das três mulheres mineiras que tentam entender e fazer-se entender por Sarah, porém a atriz francesa as compara constantemente à Amélia, sua camareira que sabia comer com garfo e faca, tomar champanhe e falar francês, o que as mulheres de Cambuquira não sabem e são, portanto, selvagens aos olhos da atriz. Sarah também as nega diversas vezes no filme, quando, por exemplo, no primeiro contato entre elas, chora a morte de Amélia em francês e ignora que as três mulheres de Cambuquira não a compreendem.

Esse aspecto do filme abre para o sentido de uma figura estética central na temática do filme, a questão da fala como elemento capaz de comunicar, mas que paradoxalmente serve para construir linhas de fuga em relação a qualquer comunicação racional, ou seja,

escapa das formas entendidas como normais, convencionalmente tidas como corretas de comunicar.

Os encontros entre elas são cacofônicos e conturbados, principalmente por falarem línguas diferentes. Sarah sempre fala com seu francês rebuscado e está sempre dramatizando a vida, como se esta própria fosse seu palco. Ao passo que as três brasileiras tentam se comunicar com seu português do interior, nenhuma entendendo a outra, mas fazendo-se, ou fingindo um entendimento, como ordenou a irmã Amélia na carta que enviou antes de sua chegada, impedida pelo seu falecimento ainda na Argentina. Ela escreve: “não se assustem com a qualidade dos tecidos: são franceses. Finjam que os conhecem muito bem. Aliás, finjam que conhecem tudo muito bem, não é difícil. É só ficarem caladas” (AMÉLIA, 2000). Ficarem caladas, porém, é o que as três mulheres menos fazem. Expõem suas diferenças principalmente pela língua.

Para Sodré (2006),

O respeito à liberdade do outro passa pelo reconhecimento – não apenas intelectual, mas principalmente sensível – de sua liberdade de se interrogar singular e diversamente sobre o seu próprio destino (p. 58).

A imposição de Amélia às suas irmãs, dizendo para elas fingirem que conhecem tudo muito bem e para ficarem caladas, demonstra como a irmã que vive no estrangeiro incorporou o discurso do colonizador europeu e reproduz as ações deste de não reconhecimento do outro, de subjugar a voz (fiquem caladas), a história e o espaço das mulheres de Cambuquira (finjam que conhecem tudo muito bem), impedindo que as irmãs tenham a liberdade de seguirem seus próprios desígnios.

Amélia, não por acaso, é o personagem-título do filme. Apesar de ser um personagem que não toma uma forma corporal orgânica, ou seja, não aparece continuamente nas imagens apresentadas, apesar de estar fora do enquadramento imagético, é inerente ao desdobrar da narrativa, permeando seu silêncio ensurdecido durante todo o filme. É o grande vetor espacial das histórias que na obra são agenciadas. As mulheres se deslocam até ela, Sarah a tem como a referência de civilização nos trópicos selvagens. Ela é o corpo sem órgãos que territorializa outros sentidos de fronteira, pois não são somente as diferenças que ali se tensionam, mas a força que coloca em deriva os sentidos já estabelecidos de civilização e barbárie, de progresso e atraso,

de inovação e conservadorismo. É Amélia, com sua força de virtualidade, ao estar majoritariamente no *off-screen*, quem vai quebrar o esquema de fronteira como separação (*boundary*) ou encontro (*frontier*) comumente trabalhado pela geografia e reafirmado pelo encontro/separação das protagonistas (mineiras e Sarah) na obra, adicionando a essa narrativa um terceiro elemento: a fronteira como aquilo que está fora, aquilo que é silenciado, não pensado, não percebido, mas que se coloca, se impõe como virtualidades nas relações fronteiriças.

Seu pedido para que as mulheres do interior de Minas fiquem caladas e finjam que sabem é o conselho que ao mesmo tempo prega a subserviência à ordem estabelecida, sem expressar críticas e dúvidas à hierarquia cultural e civilizatória, é o aviso que, como seu corpo ausente de quase todo enquadramento imagético, mas inerentemente ali acontecendo em cada cena, instaura as condições do grande barulho, do ruído como força subversiva da ordem, da racionalidade comunicativa e informativa de verdades já dadas como certas, únicas e eternas. As mulheres reagem em sua algaravia de vozes, impossibilitando qualquer entendimento lógico racional das partes, mas exatamente por isso a paisagem que daí se expressa é de uma fronteiridade em devir aberto, de construção de outros sentidos, pois força o encontro entre esses desconhecidos a se reconhecerem como participando de uma mesma territorialidade em processo e instiga novas formas de relações em meio aos preconceitos e estranhamentos.

É recorrente em *Amélia* Sarah monologar sobre sua crise dramática para as três mineiras, mais uma vez ignorando a diferença da língua. Sarah está perdida por não acreditar mais em seu talento, o que é agravado pela morte de Amélia, seu sustentáculo e sua orientação, além de estar no Rio de Janeiro e conviver com as irmãs da camareira morta. Entretanto, era orientação que fixava referenciais, territorializando uma situação de idealização de segurança ao evitar que a atriz se abra para a caoticidade da vida, o que de fato ocorreu quando teve que se relacionar com a periferia “selvagem” do mundo sem a fronteira moral e ideológica que Amélia representava. Sem essa barreira física de Amélia, a fronteira toma o contorno de suas relações estabelecidas com as mulheres até então negadas como pertencentes à mesma territorialidade.

A sua crise profissional é a crise do modelo de civilização que se pauta na mútua ignorância, que nega a multiplicidade espacial e idealiza uma linearidade histórica de evolução espacial, como apontado por

Massey (2012), evolução que se pauta na ideia de uma essência da verdade única, a qual separa os “outros” e isola o “nós” no território de suposta segurança e imutabilidade.

As tentativas de superação de sua crise, de orientar-se, aparecem continuamente na narrativa da obra, através dos monólogos da atriz, que parece encenar suas dúvidas e angústias reais como se estivesse no palco – o mesmo que teme – como se fosse intérprete de sua própria vida, utilizando as personagens que representa para superar seus conflitos. Em certo momento, a atriz quer que Francisca repita em francês, “Até o talento tem um fim!” (Ibidem), mas a mineira em suas tentativas de repeti-la em francês cria novas frases, novos sentidos como: “o talento tem fome!” A repetição só acaba quando a mulher de Cambuquira a repete fielmente, ao que Sarah exclama: “Como você é autêntica!” (Ibidem). Novamente, Sarah ignora que as mulheres de Cambuquira não a entendem, insistindo que Francisca repita em francês que até o talento tem um fim, e quando ela finalmente o faz, a atriz ironiza a autenticidade da mineira, talvez porque ela entenda que somente com a imitação estas três mulheres (que representariam os povos colonizados) assemelhem-se ao ideal da educação, que é europeia (representada por Sarah). Em seguida, Sarah trava um duelo de esgrima com Francisca, dizendo que a verdadeira luta é a do autoconhecimento, aquele que a atriz francesa tenta alcançar. O duelo travado para se chegar ao autoconhecimento, na verdade, não é só da atriz. Francisca também se questiona: “por que passar por tudo isso?” “Somente pela herança de Amélia?” Ambas, em luta, tentam se entender, se localizarem e se orientarem no mundo que agora é apresentado sem o território de segurança e identidade fixa que Amélia significava. Elas estão vivendo uma situação fronteira, seus próprios corpos são esses novos territórios a se construírem, frutos de múltiplas histórias que elas mesmas terão que agenciar e articular.

A multiplicidade de histórias possíveis não busca a formação de identidades encerradas em si próprias, puras. Ela ressalta as diferenças e caminhos diferentes que não são caminhos errados, mas possibilidades outras. Que isso é uma luta, muitas vezes batalhas em terreno desconhecido, por não saber onde se encontra, nem exatamente para onde vai, mas busca-se meios de tentar se localizar, de dar sentido ao que até então é desconhecido ou ignorado. Entretanto, a colonização do mundo pelos países capitalistas europeus instituiu

uma única narrativa aos diferentes povos do planeta, onde todos devem seguir um processo de evolução e desenvolvimento para chegar à civilidade (daí ter que repetir, mesmo sem saber o porquê, a frase, os gestos, as posturas e pensamentos colonizadores).

Barth (1998) aponta outros mecanismos de incorporação das diferenças, principalmente em sociedades industriais. Uma dessas estratégias seria:

[Os indivíduos que buscam se incorporar] podem aceitar um estatuto de “minoría”, acomodar-se e procurar reduzir suas inabilidades de minoría, engavetando todas as diferenças culturais em setores de não articulação, participando do sistema geral do grupo industrializado nos outros setores de atividade (p. 220).

Foi esse mecanismo que Amélia, aparentemente adotou: incorporou e repetiu os gestos e posturas dos europeus para ser aceita por Sarah e ela deu o mesmo conselho às irmãs, porém elas não acataram a ordem não entendendo a si mesmas como “minoría” perante a civilidade de Sarah.

Assim, para Sarah e Amélia – que fala para as irmãs não se assustarem com o tecido francês, já que provavelmente é superior aos tecidos que elas estão costumadas a cozer e utilizar – as mulheres mineiras são menos civilizadas que elas, são bárbaras. Amélia, apesar de não ser europeia, enquanto era um corpo organicamente dado, aprendeu a imitar, sem questionar calando-se. No entanto, por ser exatamente o modelo de como sobreviver por submissão, Amélia, quando deixa de ser um corpo orgânico, estabelece a grande força que catapulta outras formas de resistências territoriais ante o poder econômico e cultural do corpo estrangeiro.

ENTRE-LUGAR: A POROROCA CULTURAL DE AMÉLIA

diante das observações até agora traçadas, podemos caminhar para algumas considerações na abordagem dessa obra cinematográfica pela linguagem geográfica. É importante ressaltar que Amélia como fronteira que incorpora a separação entre diferentes territórios, ao morrer, estabelece linhas de fuga para as mulheres em cena construírem suas fronteiras, não só como separação e mútua ignorância, mas como

processo de contato, de tensões, de reconhecimento de suas diferenças e possibilidades de novas relações.

Raffestin (2005) diz que “a fronteira não é uma linha, a fronteira é um elemento de comunicação biossocial que assume uma função reguladora” (p. 13). Sobre isso, Terenciani (2011) comenta:

Entendemos que a concepção de fronteira como **um elemento de comunicação biossocial**, proposto por Raffestin (2005), se aproxima da concepção de “entre-lugar” utilizada por Bhabha (2010), ou seja, lugares de (re) criação, onde novas formas de pensar e agir podem se fazer através do contato entre sujeitos distintos. Entretanto, nem sempre esta ocorre de forma harmoniosa, havendo tensões e conflitos em torno desta proximidade, que corroboram a complexidade existente em torno das fronteiras, sejam elas de caráter político-administrativo ou culturais (p. 17).

Para Homi Bhabha (1998) é exatamente esse o **local da cultura** ao qual seu livro faz referência. É o “nem um nem outro” (p. 195), o “entre-lugar” (FERRAZ, 2010), que fica entre duas identidades que a princípio seriam fixas, mas na fronteira tornam-se maleáveis e podem enlaçar-se, dando origem a novas identidades híbridas. O estabelecimento da diferença é sempre revogado e reafirmado no filme, criando uma alternância dessas identidades, ora conflituosas, ora pacíficas. A própria diretora fala sobre o interesse de expor tais diferenças, chamando de “pororoca cultural”:

Me interessa a pororoca cultural entre uma mulher daquela espécie, daquele pedigree, vis-à-vis três mulheres do interior de Minas Gerais, três brucutus que, como brucutus ou não, elas têm lá suas culturas, suas decisões, suas vontades. Não se comunicam com essa atriz, que fala só em francês no filme e é isso que me interessa (RODA VIVA, 1994).

As três mulheres de Cambuquira, durante todo o filme, após saberem que Amélia morreu e que seus pertences e dinheiro estão em posse de Sarah, procuram receber a quantia, que como Amélia, perpassa toda a narrativa, mas nunca se faz presente. Em certo momento, Francisca, Osvolda e Maria Luísa confrontam Sarah para pedir o dinheiro da irmã falecida. Nessa cena, podemos reconhecer a pororoca cultural que a diretora quer criar. A atriz francesa irrompe em ira e expõe o que era velado, ou o que tentava não ser anunciado: a ideia de superioridade em relação às mulheres

mineiras. Aí a fronteira se instaura como expressão visível de suas forças antagônicas. Francisca diz a Sarah que esta as desrespeitou, ou seja, não as tratou como iguais, não as pagando pelos serviços que fizeram e pergunta: “E o dinheiro? E o dinheiro?” (Ibidem), referindo-se ao dinheiro da irmã, prometido a elas. E reafirma que mais do que nunca ela é agora uma desgraçada e que sua vida perdeu o rastro por culpa da atriz. Mais uma vez, temos a figura de Amélia, a irmã morta, a atualizar-se nas relações entre as protagonistas, trazendo para o enquadramento da narrativa o que estava fora: o dinheiro de Amélia, que causa uma tensão entre os corpos e uma situação fronteiriça.

Nesse momento do filme, Francisca fala em português e Sarah em francês, mas ambas se entendem. Sarah diz que Amélia as chamava de “belas selvagens”, mas que estas “belas selvagens” não existem, ao que Francisca responde: “Existimos sim, madame!” (Ibidem). Aceitar a diferença entre Sarah e as irmãs de Amélia, entre a mulher com “pedigree” e as “brucutus” é melhor do que apagá-las por completo, ignorá-las, dizer que não existem. Se aceitarmos que existe um diferente, poderemos construir outras possibilidades do que queremos por “nós”, mas agora não mais isolando e negando, mas tendo que recriar conjuntamente o sentido do “outro”; mas ignorá-lo é calar sua voz, é não concebermos que qualquer elemento vindo do outro possa estabelecer um parâmetro de como nós nos orientamos e nos percebemos. Como até então o filme apresentava os encontros entre as mulheres, de vezes que não se reconheciam.

Sarah substitui a ideia de “belas selvagens” por “porcas imundas”, chamando-as assim. Desse modo, ela estabelece que as três mulheres de Cambuquira não são humanas se comparadas a ela. Podemos voltar à ideia de fronteira do humano estabelecida por Martins (1997), a fronteira entre o que é humano e o que não é. A fronteira em que o outro é rebaixado e degradado para afirmar a humanidade e superioridade de quem o diminui, mas assim procedendo quem discrimina desumaniza a si mesmo.

Ao estudar a relação entre grupos de uma cidade industrial na Inglaterra, Elias e Scotson (2000) definem que eles podem ser os estabelecidos, aqueles que se consideram superiores, ou os *outsiders*, aqueles que são diminuídos perante as qualidades do grupo estabelecido. Podemos perceber semelhanças nas relações dos grupos dessa cidade com aquelas que se passam entre as mulheres deste estudo:

Afixar o rótulo de “valor humano inferior” a outro grupo é uma das armas usadas pelos grupos superiores nas disputas de poder, como meio de manter sua superioridade social (p. 24).

Em *Amélia*, Sarah se considera pertencente a um grupo superior, principalmente por ser francesa e, para ela, aqueles que não seguiam os padrões europeus seriam considerados inferiores, como as mulheres mineiras. Estas últimas, ao começarem a confrontar Sarah, esboçam uma ameaça à atriz que lhes afixa um rótulo de inferioridade para continuar a se sentir superior.

Sarah acusa as três mineiras de quererem devorá-la para talvez assim adquirirem sua grandeza, saber, força, arte, suas rendas, perfume e dinheiro, mas afirma que isso é inútil, que elas a vão engolir toda crua e que elas não se alimentarão jamais da civilização da qual ela é testemunha viva. Ela faz referência à antropofagia que alguns grupos indígenas empregam, para que, se alimentando do outro, incorporem suas características (MARTINS, 1997), que para Sarah seriam sua sabedoria, inteligência, o dom da ação, o sentido das palavras como representação precisa dos fatos, o valor do pensamento logicamente articulado com clareza e exatidão. Em seguida, Sarah sentencia as mineiras ao porão, lugar que imagina ser originalmente delas, para que durmam sob seus cobertores podres e comam as porcarias às quais estão acostumadas, que não são nem um pouco parecidas com a cama e comidas as quais a atriz está habituada. Francisca, no primeiro embate com Sarah, exclama: “Olha só, onde é que ela vive! Cheia de coisa, de bicho, de pano. Pra que tudo isso?” (AMÉLIA, 2000), deixando claro que os aparatos para viver, ou sobreviver, na concepção de ambas é bem distinto. Para Sarah, essas mulheres vivem em meio à sujeira e com o mínimo para a sobrevivência; já as mineiras não entendem para que tanta suntuosidade.

Ao fim de sua fala, Sarah diz: “olhem para mim. E olhem para vocês! Vocês são inação, preguiça e destruição!” (Ibidem)⁵. Apesar do que Sarah diz, as três mulheres de Cambuquira são representadas sempre

trabalhando, seja em seu sítio, seja no Rio de Janeiro; já Sarah está sempre a beber e ir a festas, gritando ordens para seus empregados. Essas generalizações e a consequente tentativa de desconstruí-la, contrapondo a fala de Sarah às ações das mulheres, reduzem os entendimentos dessa situação a duas conclusões: que as mulheres de Cambuquira, apesar do que Sarah diz, estão sempre trabalhando e que Sarah falseia sua realidade ao acusá-las. A contraposição entre preguiça/trabalho é tomada com superficialidade e simplificação nessa situação. Aqueles a quem chamamos “preguiçosos”, ou a quem vemos como preguiçosos, nem sempre atendem às condições que impomos como o que é trabalho.

Elias e Scotson (2000) perceberam nos grupos que estudaram que a atribuição de qualidades ou defeitos àquele que é diferente não responde a uma lógica. O intuito é apenas inferiorizar a diferença:

Como indica o estudo de Winston Parva, o grupo estabelecido tende a atribuir ao conjunto do grupo *outsider* as características “ruins” de sua porção “pior” – de sua minoria anômica. Em contraste, a autoimagem do grupo estabelecido tende a se modelar em seu setor exemplar, mais “nômico” ou normativo – na minoria de seus “melhores” membros. Essa distorção *pars pro toto*, em direções opostas, faculta ao grupo estabelecido provar suas afirmações sobre si mesmo e aos outros; há sempre algum fato para provar que o próprio grupo é “bom” e que o outro é “ruim” (p. 23).

Sarah usa sua suposta civilidade superior para apontar características nas mulheres de Cambuquira que podem não ser verdadeiras, somente para se afirmar. Ao contrário do que esperávamos as mulheres não se calaram como orientou Amélia em sua carta. Francisca responde a atriz francesa, ao que Elias e Scotson (2000) refletem: “quando eles [os grupos *outsiders*] começam a ser insultuosos, é sinal de que a relação de forças está mudando” (p. 27).

No fim da cena desse confronto, Francisca, ao contrário do que seria esperado, confronta Sarah com lirismo e erudição, parâmetros estabelecidos de “cultura” e civilidade, declamando versos do poema “I – Juca Pirama” de Gonçalves Dias.

Meu canto de morte,
Guerreiros, ouvi:
Sou filho das selvas,
Nas selvas cresci;

5 Estes são aforismos comuns que os portugueses que aqui chegaram deram aos índios, que ainda hoje podem ser ouvidos em relação, por exemplo, aos paraguaios na fronteira entre Brasil e Paraguai, da qual Dourados faz parte, ou em relação aos indígenas e camponeses que trabalham a terra de forma diferente das grandes unidades de produção capitalistas.

Guerreiros, descendo
 Da tribo tupi.
 Da tribo pujante,
 Que agora anda errante
 Por fado inconstante,
 Guerreiros, nasci:
 Sou bravo, sou forte,
 Sou filho do Norte;
 Meu canto de morte,
 Guerreiros, ouvi.

Ao assumir-se como “filho das selvas”, de origem indígena, mas heroica, corajosa e trabalhadora, Francisca afirma outro sentido de selvagem, não aquele inferior ao civilizado, mas diferente. Contudo, mais que um indígena selvagem, o ser brasileiro é a mistura de raças, daí o resgate dos negros africanos no caldeirão de nossa cultura. Francisca termina sua declamação deste trecho de *Navio Negreiro*, de Castro Alves: “Colombo! fecha a porta dos teus mares!” (apud AMÉLIA, 2000).

Se Sarah se vangloria de sua educação europeia, Francisca se vangloria de sua descendência indígena e africana, mais uma vez entendendo que o contraponto à raiz europeia de Sarah é a essência de alguma etnia, que ao se misturar no Brasil, dá origem ao povo brasileiro, descendente dos corajosos índios e dos negros que sobreviveram ao tráfico, mas que também a essas se misturaram os colonizadores brancos. A frase que declama, “Colombo! Fecha a porta dos teus mares!”, é a crítica ao sentido de civilidade representada pelo europeu, pois o que eles trouxeram para a América foram sofrimentos aos diferentes povos que vieram compor o que seria o Brasil e os que já se encontravam povoando a América. Assim, o silêncio proposto por Amélia como forma de imitação do considerado superior se subverte quando as algaravias dos ruídos se articulam em uma capacidade lógica de expressão que os civilizados conseguem entender, pois a comunicação se dá em conformidade com seus parâmetros lógicos de pensar e falar. Quando isso se dá, uma nova territorialidade se estabelece, uma fronteira aí se consolida, aquela em que ambos os lados se reconhecem fazendo parte desse mesmo território.

No final do filme, vemos uma peça sendo encenada em Paris em 1915. Atores com figurinos que representam índios, cenário que remete às florestas tropicais e animais selvagens. Sarah declama outro trecho do canto de morte do guerreiro tupi que ouviu primeiramente de Francisca. Esta, aliás, com Osvalda e Maria

Luísa podem ser vistas no palco com fantasias de índio, encenando “I – Juca Pirama” nos palcos parisienses. As três então tomam o lugar de Amélia e até superam-na, já que se encontram no palco dos teatros europeus com uma grande atriz, não estando somente por detrás das cortinas, apoiando e servindo Sarah, como fez Amélia. Agora, quem declama os versos de Gonçalves Dias é Sarah, a famosa atriz francesa, que mostra para o mundo a “essência” do povo brasileiro e quão belo e exótico ele pode ser. Podemos entender então que as diferenças entre as mulheres de Cambuquira e Sarah se extinguiram? Que Francisca e Osvalda desistiram de reaver suas terras⁶ (que provavelmente foram vendidas pelo homem que Amélia deixou encarregado de cuidar da transação)? As três mulheres se deixaram devorar pela cultura e civilidade europeia de Sarah, ou estão com ela porque esta as respeitou e reconheceu suas diferenças? Ou foi Sarah quem se deixou ser engolida pela “selvageria” das mineiras e agora declama os versos que aprendeu, para mostrar a seus conterrâneos que a América foi bem instruída nas lições europeias, e faz isso reforçando a tropicalidade, exuberância e exotismo das terras do “novo mundo”?

As indagações em torno do que aconteceu depois das mulheres de Cambuquira se encontrarem com Sarah podem ser associadas ao que Bhabha (2003) chama de “hibridismo” ou “tradução cultural”. Ao estudar a sociedade indiana colonizada pelos ingleses, esse autor tece considerações acerca dos conceitos de identidade e cultura que, para ele, nunca estão acabados: “a identidade nunca é um a priori, nem um produto acabado; ela é apenas e sempre o processo problemático de acesso a uma imagem da totalidade” (BHABHA, 2003, p. 85).

É como uma constante repetição dos gestos e palavras que o colonizado tenta imitar do colonizador, mas essa imitação nunca sai completa e perfeita, o colonizado não atinge a imagem da totalidade que o colonizador representa, repetindo-o de forma canhestre como o faz Francisca ao repetir o francês de Sarah: “até o talento tem um fim!” Esse deslocamento do significante cria um espaço novo, cindido e ambíguo que Bhabha (2003) vai chamar de “entre-lugar” ou “terceiro espaço”:

6 A relação das irmãs com a terra que possuíam era dupla, ora amando-a, com medo de perdê-la e muita determinação em continuar com elas, ora queixando-se da vida que levavam lá.

O reconhecimento teórico do espaço-cisão da enunciação é capaz de abrir o caminho à conceitualização de uma cultura **internacional**, baseada não no exotismo do multiculturalismo ou na **diversidade** de culturas, mas na inscrição e articulação do **hibridismo** da cultura. Para esse fim deveríamos lembrar que é o “inter” – o fio cortante da tradução e da negociação, o **entre-lugar** – que carrega o fardo do significado da cultura. Ele permite que se comecem a vislumbrar as histórias nacionais, antinacionalistas, do “povo”. E, ao explorar esse terceiro espaço temos a possibilidade de evitar a política da polaridade e emergir como os outros de nós mesmos (p. 69, grifos do autor).

O encontro de culturas diferentes cria um espaço novo, onde não se encontra nem esta nem aquela cultura, identidade ou hábitos, há, no entanto, uma “reescrita” (BHABHA, 2003) da cultura, espaço no qual a tentativa de chegar à imagem da totalidade tem como consequência uma cultura híbrida, própria de um entre-lugar que chega ao nonsense quando não há a completude da tradução como Francisca, mais uma vez a repetir Sarah: “o talento tem fome!” ou a atriz a declamar versos de exaltação de características romantizadas do Brasil em francês.

O entre-lugar, para Bhabha (2003), é o próprio lugar da cultura: “é o “inter” – o fio cortante da tradução e da negociação, o **entre-lugar** – que carrega o fardo do significado da cultura” (p. 69). É o **nem um, nem outro** (Ibidem) – nem colonizado, nem colonizador, nem Eu, nem Outro – que vai além dos binarismos de supostas identidades nacionais puras.

A encenação de “I-Juca Pirama” nos palcos franceses é esse entre-lugar onde a tradução das culturas não se completa, nem para cá, nem para lá, criando uma situação fronteiriça e híbrida que para Bhabha (2003) surge do encontro de diferentes culturas: “A margem do hibridismo, onde as diferenças culturais se tocam de forma ‘contingente’ e conflituosa, torna-se o momento de pânico que revela a experiência fronteiriça” (p. 286).

A fronteira, ou os encontros fronteiriços podem ser cacofônicos e conturbados como expressam as mulheres de Cambuquira ao expressarem suas diferenças na fala, ou mudos e silenciosos, quando aceitam uma suposta superioridade que faz que o Outro se cale, como o fez Amélia. Entretanto, aquele que se cala e aceita uma sobrescrição de sua identidade e cultura, nunca será aquele que pretende imitar, sempre há uma parte de si que continua a emergir, uma parte de sua cultura e identidade que resguarda para não deixar seu

Eu desvanecer, reaparecendo constantemente como Amélia no filme, não se calando por completo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As possibilidades de entendimentos e significações geográficas nas mais variadas formas de expressão artística são inúmeras. Como já dissemos, este texto traz somente algumas delas atreladas à narrativa filmica de *Amélia*. Para destacarmos estas análises partimos de um entendimento rizomático das ciências, inclusive da geográfica, para conectar o conceito de fronteira da geografia às proposições filosóficas que ampliam nosso leque de entendimentos do conceito trabalhado através da linguagem cinematográfica.

O cinema nos dá a perspectiva de construir novos entendimentos, novos pensamentos sobre aquilo que propomos analisar. Ele constrói realidades, lugares, geografias em sua libertação de seus limites ficcionais. Alguns autores (AITKEN; ZONN, 2009; COSTA, 2009, 2010; HOPKINS, 2009; NEVES; FERRAZ, 2007; OLIVEIRA JR., 2005, 2009; QUEIROZ FILHO, 2009) falam, de algum modo, sobre uma geografia que acontece no momento em entramos em contato com um filme, criando uma **geografia filmica** (COSTA, 2009) ou uma **geografia do filme** (HOPKINS, 2009).

No prefácio do livro *Filmando em Mato Grosso do Sul: o cinema popular e a formação da identidade regional*, Oliveira Jr. (2012) nos dá uma perspectiva interessante sobre a geografia dos filmes:

Mas também podemos pensar os tempos e lugares que compõem um filme como locais narrativos que só existem ali, tendo sua existência vinculada à sequência de imagens e sons que acompanhamos sentados nas cadeiras da gruta escura que é uma sala de projeção cinematográfica. Não estamos naqueles tempos e lugares. E também estamos. [...] não são os lugares geográficos que temos diante de nós, mas é a eles que as imagens aludem, remetem, pontuam, trazendo-nos estes lugares em (outros) ângulos e temporalidades, em (outros) enquadramentos e significados, ratificando ou ampliando sentidos para eles. Cabe a pergunta: os lugares geográficos existem fora das narrativas ditas deles? Não seriam eles exatamente o conjunto complexo de tudo aquilo que alude a eles, que a eles se remete em palavras e imagens que, enfim, dizem deles nas mais variadas linguagens? (p. 11).

As imagens constituem parte importante de nossa imaginação geográfica. É através delas que muitas vezes criamos nossos referenciais de orientação e localização, mesmo que o espaço retratado no filme não seja uma representação fiel dele. Ao nos aproximarmos de outras construções espaciais nos filmes é que podemos questionar ou ratificar entendimentos que temos das fronteiras de nossos conhecimentos.

Em *Amélia* a discussão sobre o conceito de fronteira se dá a partir do encontro de Sarah Bernhardt, Francisca, Osvalda e Maria Luísa. São estes encontros – das mulheres de Cambuquira com Sarah, do espectador com o filme, do cinema com a geografia – que nos ajudam a entender melhor a zona de encontros (conflituosos ou não) que é a fronteira. Esta, geralmente, entendida como a separação de dois estados-nações, separação também de histórias, diferenças e semelhanças, caminhos diversos que, ao se encontrarem, seja onde estiverem, precisam se arranjar e se orientar de alguma forma, podendo ser as mais variadas como vimos nesse filme.

Em nosso encontro cotidiano com a diferença também nos orientamos e negociamos para lidar com ela. Essas ações transparecem na espacialidade e territorialidades que operamos a partir dessas relações. Lidamos com as fronteiras do mundo de nosso próprio local, transformando-o, transformando a nós mesmos e a quem nos cerca. Não é só Sarah e as três mulheres de Cambuquira que mudaram seus pensamentos e ações em relação à outra no final do filme. Nossas experiências assemelham-se à das personagens. Ao depararmos com uma situação nova, podemos travar um duelo de esgrima, repetir frases, gritá-las, nos desentendermos em nossas falas e na dos outros. Atingimos então um ponto, onde não sabemos se fomos devorados ou se devoramos; se declamamos “I-Juca Pirama” ou perdemos nossas terras e vamos nos fantasiar de índios em palcos de teatros europeus.

Lidar com a fronteira da diferença é sempre uma vivência singular e cotidiana. Não há respostas ou receitas de como devemos proceder. Talvez entendê-las como diferenças e não como uma gradação entre melhor e pior ajude os estudos geográficos a contribuir para a orientação daqueles que estão a vivenciar as várias fronteiras que envolvem as relações humanas. *Amélia* nos aponta essas possibilidades, pois do silêncio da aceitação do dominante, entendido como civilizadamente superior; passando pelos ruídos da incomunicabilidade das partes, que aponta para outras perspectivas de fronteira, chegando ao processo de comunicação

a partir da redefinição do outro, segundo, porém, os parâmetros racionais da civilidade ocidental, a fronteira representada apontou para a sua multiplicidade de experiências e narrativas. A questão é saber que as respostas nunca estão prontas, mas são sempre processos em construção no contexto da espacialidade em que a vida acontece.

Em *Amélia*, a metrópole europeia civilizada se coloca no corpo de Sarah, e o interior caipira e sertanejo brasileiro se coloca nos corpos das irmãs, que forçam o corpo ausente de Amélia a se redobrar no sentido de Brasil. Aqui, podemos entender rizomaticamente o filme, pois não cabe pensá-lo linearmente, buscando causa e efeito, mas abrir-se para o múltiplo que tensiona.

Esse filme reforça os entendimentos de fronteira comumente discutidos na geografia quando discursa sobre o encontro e a divisão das mulheres, mas vai além quando aponta que a fronteira estabelecida aqui é o fora, são as culturas redobrando-se sobre as personagens, é a personagem morta de Amélia, impondo sua vontade às irmãs, ou estas a cobrar atitudes de Sarah pelo que Amélia deixou.

Por fim, é importante ressaltar que vivemos na fronteira, no meio ou no meio da fronteira. Vivemos constantemente a construir referenciais, buscando alcançar um lado, uma verdade, um ponto fixo de referência. Acontece que os referenciais humanos são movediços e quando achamos que estamos seguros em um patamar sólido, caímos novamente no abismo do entre, nem nesta borda nem naquela, sempre em um limite que se apresenta em um meio, a própria fronteira. Definimos este lado, ou aquele, aquela borda, o outro limite, mas vivemos sempre no meio, no meio de nossas vidas, no meio de nossos tempos, espaços e fronteiras.

REFERÊNCIAS

ADORO CINEMA. **Amélia**. Disponível em: <<http://www.adorocinema.com/filmes/filme-32367/>>. Acesso em: 8 jul. 2013.

AITKEN, S. C.; ZONN, L. E. (Re)apresentando o Lugar Pastiche. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Cinema, música e espaço**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2009. p. 14-58.

AMÉLIA. Direção: Ana Carolina. Produção de Tuinho Schwartz. Brasil: Riofilme, 2000, (130 min), color.

- BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade**. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução Elcio Fernandes. São Paulo: Editora da Unesp, 1998. 2. reimp.
- BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Tradução Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998. 2. reimpressão.
- COMRIE, A. C. Desafio Nietzsche à geografia física. **ACME: An international e-journal for critical geographies**, v. 9, n. 1, p. 34-46, 2010.
- COSTA, M. H. B. V. Construções culturais – Representações fílmicas do espaço e da identidade. **Entre-lugar**, Dourados, ano 1, n. 2, p. 17-32, 2. sem. 2010.
- _____. Espaços de subjetividade e transgressão nas paisagens fílmicas. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 3, p. 109-119, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v20n3/v20n3a08.pdf>>. Acesso em: 3 out. 2012.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. **Os estabelecidos e os outsiders**: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FERRAZ, C. B. O. Entre-lugar: Apresentação. **Entre-lugar**, Dourados, ano 1, n. 1, p. 15-31. 1. sem. 2010.
- _____. O capital no cinema: As diferenças entre linguagens e as possibilidades geográficas. In: CAZETTA, V.; OLIVEIRA JR., W. M. (Orgs.) **Grafias do espaço**: Imagens da educação geográfica contemporânea. Campinas: Alínea, 2013. p. 109-142.
- GALLO, S. **Deleuze & educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- HISSA, C. E. V. **A mobilidade das fronteiras**: Inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2002.
- HOPKINS, J. Um mapeamento de lugares cinemáticos: Ícones, ideologia e o poder da representação enganosa. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Cinema, música e espaço**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2009. p. 59-94.
- MARTINS, J. S. **Fronteira**: A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MASSEY, D. **Pelo espaço**: Por uma nova política da espacialidade. Tradução Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- MAX, C. Z.; OLIVEIRA, T. C. M. As relações de troca em região de fronteira: uma proposta metodológica sob a ótica convencionalista. **Geosul**, Florianópolis, v. 24, n. 47, p. 7-27, jan./jun. 2009.
- NEVES, A. A.; FERRAZ, C. B. O. Cinema e geografia: Em busca de aproximações. **Espaço Plural**, Marechal Rondon, ano VIII, n. 16, p. 75-78, 1. sem. 2007.
- OLIVEIRA JR., W. M. O que seriam as geografias de cinema? **Txt – leituras transdisciplinares de telas e textos**, Belo Horizonte, n. 2, sem paginação, dez. 2005. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/atelaetexto/revistatxt2/wenceslao.htm>>. Acesso em: 4 out. 2012.
- _____. Grafar o espaço, educar os olhos. Rumo a geografias menores. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 3, p. 1-7, set./dez., 2009. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73072009000300002&script=sci_arttext>. Acesso em: 3 out. 2012.
- _____. Prefácio: Des(a)fiando um lugar em palavras e imagens. In: FERRAZ, C. B. O.; NEVES, A. A. (Orgs.). **Filmando em Mato Grosso do Sul – O cinema popular e a formação da identidade regional**. Dourados, MS: Ed. da UFGD, 2012.
- OLIVEIRA, B. J. Cinema e imaginário científico. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, v. 13, suplemento, p. 133-50, out. 2006.
- QUEIROZ FILHO, A. C. Sobre política e território no espaço da narrativa fílmica. **Terra Livre**, São Paulo, ano 25, v. 1, n. 32, p. 47-61, jan./jun. 2009.
- RAFFESTIN, C. A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira. In: OLIVEIRA, T. C. M. (Org.).

Território sem limites: Estudos sobre fronteiras. Campo Grande, MS: Ed. da UFMS, 2005.

RODA VIVA. **Ana Carolina.** 1994. Disponível em: <http://www.rodaviva.fapesp.br/materia_busca/332/Ana%20Carolina/entrevistados/ana_carolina_1994.htm>. Acesso em: 8 jul. 2013.

SOARES, L. F. Fratura cultural: *Amélia*, de Ana Carolina. **Cadernos de Semiótica Aplicada (CASA)**, v. 10, n. 2, dez. 2012. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/casa/article/view/5583>>. Acesso em: 8 jul. 2013.

SODRÉ, M. Diferença e diversidade. In: SCHULER, F.; SILVA, J. M. (Orgs.). **Metamorfoses da cultura contemporânea.** Porto Alegre: Sulina, 2006.

TERENCIANI, C. **Interculturalidade e ensino de geografia em escolas na fronteira Brasil-Paraguai em Mato Grosso do Sul.** 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade da Federal da Grande Dourados, Dourados, 2011.

WAINWRIGHT, J. Nietzsche contra o mundo real. **ACME: An international e-journal for critical geographies**, v. 9, n. 1, p. 21-33, 2010.

WEBCINE. **Amélia.** Disponível em: <<http://www.webcine.com.br/filmessi/amelia.htm>>. Acesso em: 8 jul. 2013.

Indústria e desenvolvimento regional: o caso do polo industrial de calçados de São João Batista/SC

*Industry and regional development: the case of the footwear
industrial center of São João Batista/SC*

HELTON ROGÉRIO DA ROSA¹

¹ Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: heltonrosa.geo@gmail.com

Resumo: No presente ensaio buscar-se-á fazer uma breve análise do setor calçadista de São João Batista, capital catarinense do calçado, à luz do paradigma de formação socioespacial. A eleição da análise busca elucidar fatores de primeira ordem que dizem respeito à localização espacial da produção, bem como da especialização produtiva daquele aglomerado industrial. Tais questões, quando vistas a partir do cabedal teórico-metodológico elencado pela ciência geográfica, resultam num melhor entendimento do processo histórico desdobrado a partir de condicionantes naturais e sociais, possibilitando uma alocação dos recursos, tanto materiais quanto imateriais, numa dada fração do espaço geográfico. De outro modo, a possibilidade em desvendar os condicionantes genéticos da produção permite uma análise mais fiel à realidade atual daquele polo produtivo.

Palavras-chave: formação socioespacial, indústria, São João Batista, calçados, polo industrial.

Abstract: In the present study we sought to make a brief analysis of the footwear industry of São João Batista, Brazil, footwear capital of Santa Catarina, according to the paradigm of socio-spatial formation. The election of analysis seeks to elucidate primary factors regarding the spatial location of the production as well as the productive specialization of that industrial cluster. Such questions, when analyzed from the theoretical and methodological point of view listed by geographic science, result in a better understanding of the historical process developed from natural and social determinants, enabling allocation of resources, both material and immaterial, in a given fraction of the geographic space. Otherwise, the possibility to unravel the genetic determinants of production allows a more accurate analysis of the current reality of that productive center.

Keywords: socio-spatial formation, industry, São João Batista, footwear, industry center.

INTRODUÇÃO

A indústria de calçados no Brasil se destaca pela marcante pulverização da produção, já que está alocada geograficamente por distintos pontos do território nacional em conformações produtivas polarizadas e produtivamente especializadas, resquício do processo histórico de construção deste setor industrial que ter-se-ia iniciado antes mesmo da industrialização do país na década de 1930. Segundo dados mais atualizados, de acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Calçados (2014), o país ocupa o terceiro posto mundial na produção com montante superior aos 800 milhões

de pares produzidos ao ano e é o 15º maior exportador mundial, posição na qual vem gradativamente perdendo espaço, sobretudo, aos produtores asiáticos.

Participa do que se convencionou chamar de grupo de indústrias tradicionais, o setor de calçados revela sua importância no cômputo geral da indústria nacional pela magnitude que assume na geração de empregos, onde detém mais de 300 mil postos de trabalho, costumando representar, como observado no polo produtor de São João Batista, o carro-chefe da economia regional (ROSA, 2014).

Posto nesses termos, o objetivo principal do presente ensaio é apontar um esboço geral, evidenciando

a dinâmica da produção de calçados desenvolvida no polo industrial de São João Batista, capital catarinense dos calçados, especializada na produção de calçados femininos com marcante ligação às demandas da moda. Para tanto, ressalta-se que o estudo lançará mão do marco teórico balizador, enfocando a categoria de Formação Socioespacial (FSE) na busca por compreender as particularidades da produção ali desenvolvida.

A escolha do aporte teórico encerrado na categoria de Formação Socioespacial visa elencar os condicionantes que gabaritaram o desenvolvimento da produção desde sua gênese, já que a partir de tal estudo, segundo Santos, nos é permitido “o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, mas sempre como um conhecimento específico, percebido num dado momento de sua evolução” (SANTOS, 2012, p. 25).

De pronto, a adoção dessa categoria teórica de análise busca rechaçar qualquer tentativa de homogeneidade acerca do fenômeno de desenvolvimento, sobretudo, porque parte das “múltiplas determinações” (MARX, 2011) constituintes e emanadas da própria região em estudo, pois, ela, a formação socioespacial, “é indissociável do concreto representado por uma sociedade historicamente determinada” (SANTOS, 2012, p. 27).

Não quer isso dizer que forças, ou como se preferir, determinações exógenas, não causem efeito sobre o desenvolvimento do local, mas tais determinações se fazem sentir por acomodações dadas a partir das “combinações geográficas” (CHOLLEY, 1964), possibilitadas por e a partir de condicionantes que interagem de forma dialética entre as várias escalas de atuação, passando do local ao regional, nacional e, nalguns casos, mundial.

Sob tal perspectiva busca-se fugir da confusão em tratar o local como parte subordinada do mundial, assim como insistem em pôr na pauta as equivocadas análises feitas a partir da perspectiva do “sistema-mundo” que, encabeçada por Wallerstein², ordinariamente tratam as formações e funções dos lugares como mera expressão do modo de produção dominante. Em tom semelhante, Jabbour desferiu cortante crítica às análises partidas do “sistema-mundo”, dizendo serem elas feitas de modo superficial, sobretudo porque “a lógica da

ênfase ao “externo” desloca a necessária concentração nas condições internas de cada unidade de análise (formação social), tendo consequência direta na impossibilidade de análise da transição e suas fases” (JABBOUR, 2012, p. 89).

No seu quadro oposto, as análises balizadas pela categoria de formação socioespacial, ou formações sociais, já que são sinônimos, entendem que as especificidades dos lugares atuam em dialética com as forças exógenas, segundo a qual

a localização dos homens, das atividades e das coisas no espaço explica-se tanto pelas necessidades “externas”, aquelas do modo de produção “puro”, quanto pelas necessidades internas, representadas essencialmente pela estrutura de todas as procuras e a estrutura das classes, isto é, a formação social propriamente dita (SANTOS, 2012, p. 28).

Dito de outra forma, as formações sociais apresentam-se como a forma concreta da realização do modo de produção dominante mediante sua própria condicionalidade, emprestando o corpo (espaço geográfico) ao espírito do modo de produção. Aqui se revela o ponto de contato entre a categoria em destaque e o arcabouço maior do materialismo histórico, pois, ao ladear com outras importantes categorias tais como modo de produção, forças produtivas e relações de produção, a formação social torna-se uma categoria-chave da visão marxista do mundo.

Nesses termos, enquanto o modo de produção atua sob a sociedade geral, as formações sociais, ou sócio-espaciais, se assentam e partem do concreto, inclusive podendo-se dizer que elas seriam a única forma do modo de produção se fazer presente em dada porção do espaço geográfico. Dito de outra forma, enquanto o modo de produção representa a possibilidade de realização, a formação social é a própria realização territorialmente espacializada.

Como se sugere, outro ponto importante nos estudos que partem das formações sociais é aquele atrelado à condição espacial, por oras potencializando ou dificultando a materialização da produção, tornando-se assim, ela mesma, um fator de produção (SANTOS, 2012). Dessa forma, primeiramente os objetos geográficos dispõem-se em suas respectivas localizações como expressões objetivas da produção; depois, pelo fato de sua própria presença, passam a influenciar a própria produção, objetivando-se numa determinação.

² A crítica é feita a partir do texto “A análise dos ‘sistema-mundo’ como movimento do saber” de Wallerstein (2012).

Como se percebe, na sua contribuição geográfica ao amadurecimento da categoria, Santos (2012) inclui a localização dos homens naquelas determinações que podem e devem ser abarcadas pela categoria analítica de formação social, tornando-a, segundo suas palavras, formação socioespacial, pois, “o uso produtivo de um segmento de espaço num momento é, em grande parte, função das condições existentes no momento inicial. De fato, o espaço não é uma simples tela de fundo inerte e neutro” (SANTOS, 2012, p. 31). De forma objetiva, conforme afirma Mamigonian (1996), Milton Santos tocou no ponto coincidente entre as formações sociais e a ciência geográfica quando tratou da localização dos fenômenos, algo muitas vezes deixado de lado nos estudos geográficos.

Aliás, convém registrar a valorosa contribuição cedida tanto à geografia brasileira quanto ao amadurecimento da própria categoria de formação socioespacial pelo eminente mestre Mamigonian. Ao avançar sobre a concepção miltoniana na qual o estado-nação é a “unidade geográfica ou espacial de estudo” (SANTOS, 2012, p. 43), nosso ilustre geógrafo buscou sua aplicação como teoria e como método nos estudos geográficos de abrangência regional (SANTOS, 1960, 1965), demonstrando que mesmo sendo a região uma “subunidade”, como afirmava Santos (2012, p. 43), a formação socioespacial configurar-se-ia como instrumento fundamental para a leitura das realidades regionais a partir de uma visão de processo histórico. Sem qualquer tipo de exageros, Mamigonian fez inaugurar nova aplicação à categoria de formação socioespacial, proporcionando o desvendar das complexas realidades regionais formadoras do estado-nação brasileiro.

É nesse sentido que, assumindo que a categoria de formação socioespacial dá conta de responder a questões ligadas ao fenômeno de desenvolvimento regionalizado, no presente artigo buscar-se-á responder algumas indagações acerca do processo de industrialização ocorrido no município de São João Batista objetivado na produção de calçados. A base teórica da qual partimos é que nos proporciona elencar os condicionantes que, atuando dialeticamente no tempo e no espaço (formação social), forneceram a base para o *start* da produção.

Acreditamos que, dentre a multiplicidade de perguntas cabíveis acerca do processo de industrialização regionalmente localizado, destacam-se duas mais gerais que abarcam grande complexidade, as quais envolvem de um lado a sociedade e de outro a natureza. Cabe, então, indagar: i) que tipo de sociedade se estruturou

naquela porção espacial do estado de Santa Catarina; e ii) porque a indústria calçadista desenvolveu-se justamente naquela localização territorial do estado?

Para tanto, além dessa parte introdutória, antessala que buscou apresentar a categoria de formação socioespacial, e das considerações finais que encerram o debate, o ensaio contará com mais duas seções. A que segue tratará de elucidar os condicionantes que proporcionaram a gênese e o desenvolvimento da produção de calçados em São João Batista, levantamento feito a partir da categoria de análise norteadora do trabalho. Na terceira parte, tratar-se-á do desdobramento da produção e suas características atuais, bem como seu enquadramento produtivo e comercial na atual dinâmica nacional.

A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL COMO TEORIA E COMO MÉTODO: LOCALIZAÇÃO, SOCIEDADE E NATUREZA COMO CONDICIONANTES DA PRODUÇÃO DE CALÇADOS EM SÃO JOÃO BATISTA

É possível afirmar que toda a história da humanidade se realiza sobre uma base territorial delimitada, daí a afirmação de Mamigonian ao dizer que “todo estudo de formação social deve cuidar de localizações e espacializações” (MAMIGONIAN, 1996), da forma como o fizeram importantes figuras como Lênin, Trotsky, Gramsci e Rangel.

Assim parece ter sido o desenvolvimento da indústria de calçados em São João Batista, pois trata-se de um fenômeno que nasce a partir de condicionantes de ordem natural e social que, em atuação conjunta, vão dar suporte a realização prática de um dado momento da produção realizada no espaço.

Nesse sentido, é justamente nessa justaposição entre condicionantes naturais e sociais que nasce, espacial e temporalmente delimitada, a formação social, pois, como nos lembra Santos, “esta sociedade e ‘sua’ natureza, isto é, a porção da ‘natureza’ da qual extrai sua produção, são indivisíveis e, conjuntamente, chamam-se ‘formação social’” (SANTOS, 2012, p. 29).

Descendo ao caso específico e buscando os nexos genéticos entre a formação social regional e seu processo de industrialização, cabe ao pesquisador, sujeito da análise, buscar o lampejo desatador das forças produtivas associadas aos condicionantes endógenos e exógenos do local. Nesses termos, parecem assumir

papel preponderante na análise três elementos condicionantes que, em ação combinada, foram capazes de guiar o processo de produção que mais tarde veio a desembocar na industrialização dos calçados em São João Batista, sendo eles: i) o papel locacional de assentamento da colônia; ii) o quadro físico natural dos terrenos; e iii) o tipo de estrutura social que se estabeleceu na região.

No seu quadro locacional, que cederá contornos balizadores à função produtiva futura, ressalta-se que São João Batista está inserida numa microrregião entre vales litorâneos com ligação direta entre o Planalto Catarinense e o Oceano Atlântico, trajeto naturalmente seguido pelo rio que empresta o nome ao Vale do Tijucas, localidade pertencente a macrorregião da Grande Florianópolis e que dista cerca de 70 km da capital do estado de Santa Catarina.

Por sua vez, o sentido natural entre a serra e o mar findou em favorecer a abertura de rotas terrestres na mesma orientação do curso do rio, onde desde sua fundação São João Batista desempenhou importante papel como “nó de passagem” regional entre as regiões do planalto lagoon e as colônias europeias estabelecidas nos vales litorâneos dos rios Itajaí-Açú e Itajaí-Mirim, configurando-se importante rota de comércio regional durante meados do século XIX e XX, já que tanto Brusque quanto Blumenau, conforme Mamigonian (1960, 1965), não dispunham de acesso direto àquela região serrana.

Essa importante rota geográfica intensificou, além do contato comercial efetivado pelas tropas de gado, o estabelecimento de pequenas consertarias de arreamentos animais anexas às casas comerciais e pousos de paragem, estalagens onde os viajantes tropeiros descansavam e realizavam os consertos das selarias, arreios e botas de couro (MAURICI, 2008). Eis um condicionante de primeira ordem que influenciou de maneira decisiva a gênese artesanal da futura indústria de calçados na região, condição que parece destoar daquela colocada por Seabra, Lins e Cario (2008, p. 115) que, ao não levarem em consideração o fator artesanal no processo genético da produção, afirmam ser o *know-how* empresarial “adquirido pela experiência de tecidos” o condicionante fundamental da competitividade do setor, nítida referência ao setor produtivo desenvolvido no vale vizinho na cidade de Brusque.

No seu quadro natural, é interessante dizer que a colônia desenvolvida à beira do rio, base natural sobre o qual se assentam os primeiros colonizadores chegados

em 1836, caracteriza-se por terrenos sedimentares formadores de vasta planície quaternária em constante deposição orgânica fornecida pela significativa rede hidrográfica (PELUSO JÚNIOR, 1991). Assim, a condição físico/química dos terrenos foram fundamentais condicionadores do estabelecimento de atividades agrícolas que desempenharam importante papel na alavancagem econômica do município, caso evidenciado, por exemplo, pela cultura da cana-de-açúcar³.

Posto dessa forma, interessa-nos dizer que em seu quadro humano a região foi receptáculo de uma complexidade de casos imigrantes, cabendo destaque para os italianos, chegados em 1836 e onde estabeleceram a colônia Nova Itália⁴, açorianos vindos de colônias estabelecidas ao longo do litoral, os quais tiveram participação elementar no processo de avanço sobre a mata fechada e, por fim, mas não menos importante, as levas de imigrantes alemães, primeiramente chegados em Blumenau e Brusque que, dado o exaurimento das poucas terras disponíveis nos encaixados vales vizinhos, trataram de migrar em busca das terras férteis depositadas ao longo do rio Tijuca Grande.

De posse desse complexo quadro humano e natural, a sociedade que ali se desenvolveu buscou sua organização produtiva baseada no que Mamigonian chamou de “pequena produção mercantil”. Desse tipo de organização, transplantada da Europa e muito mais democrática do que sua congênere latifundiária instalada nas áreas de campos no Sul do Brasil, resultaram as condições favoráveis à formação de um excedente comercializável, bem como na formação de um dinâmico mercado consumidor local/regional, exigência fundamental para realização de uma economia do tipo capitalista que serviria de base para o futuro desenvolvimento da indústria local.

Nota-se aqui uma condição análoga que se estabelece nas duas principais regiões brasileiras produtoras

3 A cultura da cana-de-açúcar foi, posteriormente, a primeira atividade manufatureira regional dinamizadora da economia. O senhor Benjamim Duarte, importante comerciante da região, organizou em 1944 uma sociedade que contava com a participação de capitais oriundos de Tijucas (Valério Gomes), São João Batista, Florianópolis, Rio de Janeiro e investidores de Pernambuco/PE, notadamente representantes de usinas nordestinas que ofereceram a mão de obra qualificada à instalação da USATI, Usina de Açúcar de Tijucas/SC (Usina Dona Francisca).

4 A colônia Nova Itália é considerada a primeira colônia italiana no Brasil.

de calçados, vale dizer que tanto o Vale do Sinos, no Rio Grande do Sul, como Franca, interior de São Paulo, caracterizam-se pelo mesmo tipo de estrutura econômica baseada na produção de excedentes comercializáveis fruto de pequenas propriedades policultoras, muito mais dinâmicas em termos de trocas e geração de demanda interna, já que, ao contrário das zonas latifundiárias, comportam contingente humano muito mais elevado e propício ao desenvolvimento de uma frutífera divisão do trabalho.

Desse modo, ressalta-se que São João Batista tornou-se não apenas um importante ponto de passagem regional, mas também um ofertante de mercadorias agrícolas e artesanais que iriam ser comercializadas inclusive fora da sua hinterlândia. Essa condição comercial desenvolvida pela cidade foi um marco importante no desenvolvimento econômico, já que prolongou as atividades ligadas à agricultura e ao artesanato regional.

Para que esses condicionantes assumam importância na análise que se expôs, é interessante levar em conta que, em contraposição a essa realidade, Mamigonian (1960) já havia assinalado que em Brusque os pequenos comerciantes, em virtude da queda dos rendimentos da agricultura (que geraram entraves à continuidade do sistema “colônia-venda”), buscaram a reprodução dos capitais noutras atividades, inclusive industriais, como o caso Renaux e Schlosser⁵.

Entretantes, é interessante ressaltar que o processo de industrialização ocorrido nas regiões vizinhas, introduzindo relações capitalistas de assalariamento, resultou num gradativo abandono daquelas atividades direcionadas para o autoconsumo ou, como se preferir, romperam com o complexo rural (PAIM, 1957), gerando especialização da produção e, conseqüentemente, favorecendo a divisão social do trabalho.

Como essas regiões enveredaram por setores nos quais a mecanização nasceu aliada ao trabalho fabril⁶, caso das indústrias têxteis e vestuaristas de Brusque e Blumenau, onde a produtividade marcava o ritmo dos investimentos, não tardou para que as demandas por calçados, que outrora se realizavam dentro da própria unidade produtora familiar, fossem direcionadas à região de São João Batista, na qual a atividade artesanal de se produzir calçados ainda se fazia presente graças ao retardamento da introdução de relações capitalistas de assalariamento, futuramente trazidas no bojo da industrialização.

Eis o papel endógeno marcando presença na gênese da industrialização calçadista de São João Batista, pois a industrialização dessas cidades vizinhas forçou o abandono daquelas atividades ligadas ao consumo próprio, como é sabidamente o caso dos calçados, abrindo, por sua vez, um grande mercado consumidor para fora dos marcos local, condição denunciada por Lênin no qual “constitui o elemento fundamental no processo de formação de um mercado interno” (LÊNIN, 1982, p. 13).

Nesse sentido, destacamos que assim como observado por Costa e Passos (2004) na gênese da manufatura de calçados do Rio Grande do Sul, também em São João Batista “o dinamismo do setor assentava-se no mercado interno, dependendo, então, do crescimento da população e da renda per capita”, condição que figurou até meados do século XX.

A que se destacar que o início da Primeira Guerra Mundial foi condicionante, de fundamental importância, à dinamização e desenvolvimento da manufatura de calçados em São João Batista, à época marcadamente artesanal. Movimento bastante favorável às indústrias nacionais e catarinenses (MAMIGONIAN, 1986),

5 Em estudo geográfico sobre a cidade de Brusque, Mamigonian (1960) ressaltou que os baixos rendimentos agrícolas, condição primeira no processo de acumulação dos vendedores, foi a mola propulsora da industrialização. Destaca o referido geógrafo que os comerciantes que atentaram para queda na produção agrícola pioneiramente trataram de inverter seus investimentos em atividade industriais, resultando nas primeiras indústrias têxteis da região (Renaux, Schlosser); já os comerciantes que insistiram na acumulação proveniente do sistema colônia – venda, em nítido declínio – foram gradativamente perdendo prestígio econômico (Krieger e Bauer). Para maiores esclarecimento, convém consultar Mamigonian (1960).

6 Conforme destacado por Mamigonian (1960, 1965), a empresa Hering, de Blumenau, fundada em 1880, iniciou seus trabalhos com um tear circular de produção de malhas. Em 1892 adquiriu mais quatro teares circulares, algumas máquinas de costura e de tricotagem, uma retorcedeira de fio e uma bobinadora. Em 1890, o número de teares circulares e máquinas de costura já haviam aumentado para 10 de cada tipo; em 1905, para 30. Por sua vez, a empresa Karsten adquiriu na Alemanha, em 1882, seis teares e uma pequena fição de 300 fusos. A empresa Renaux, de Brusque, além de ser a primeira fábrica de tecidos em Santa Catarina, em 1900 fez encomendas de máquinas de fição na firma Platt Brothers & CO., de Oldham, Inglaterra. Era uma fição de 1000 fusos, exigindo um técnico especializado que veio da Alemanha para a instalação.

a deflagração do conflito serviu como barreiras às trocas mercantis realizadas principalmente com a Europa, condição que impulsionou a produção interna de bens de consumo, detonando um verdadeiro processo de substituição de importações.

Longe de coincidências, interessa-nos ressaltar que os primeiros empreendimentos voltados exclusivamente à fabricação e manutenção de sapatos, desligados, portanto, das antigas consertarias de arreios, surgiram exatamente entre os anos de 1913 e 1914 pela iniciativa de Eleotério Vargas e dos irmãos Nazário (ROSA, 2014). Assim, a produção que resultava como subproduto da manufatura do couro voltada ao atendimento local passou a atender outras regiões do estado, como o planalto serrano e as importantes cidades localizadas nos vales vizinhos e sua hinterlândia, condição que gerou um mercado consumidor favorável à produção calçadista.

Com desenvolvimento lento, mas continuado, a produção de calçados se desenvolveu a partir da multiplicação das chamadas fabriquetas, atendendo à demanda local/regional, chegando aos anos de 1960 com mais de 20 pequenas manufaturas artesanais e de fundo de quintal instaladas na região (MAURICI, 2008).

Na década seguinte, por limitações estruturais, a indústria de calçados de São João Batista não conseguiu acessar os mercados internacionais abertos com a reorganização mundial da produção desencadeada pela crise de 1973, condição que tornou o atendimento ao mercado interno, agora tornado nacional graças ao desvio de foco dos principais produtores nacionais voltadas à exportação, como aquele único possível.

Já na segunda metade da década de 1980, sobretudo com o impulso gerado pelo Plano Cruzado de 1986, a região assistiu a um crescimento considerável em sua estrutura industrial com a pulverização de micro e pequenas firmas, condição propiciada pela inicial estabilização monetária gerada no bojo do plano que fez aumentar a demanda interna de bens não duráveis de consumo, época conhecida na cidade como aquela em que, graças à dinamização do mercado nacional, assistiu-se a entrada de inúmeros aventureiros na produção.

Paradoxalmente, e na contramão do ambiente forjado na década de 1990, a indústria de calçados de São João Batista comprovadamente seguiu em trajetória oposta à observada no âmbito nacional. Isso porque a inviabilidade de acesso ao mercado externo na década de 1970, que tornou a região fornecedora

especializada na produção direcionada ao mercado interno, revelou-se condicionante de primeira ordem do amortecimento dos efeitos da crise neoliberal que se abateu sob a economia brasileira, sobretudo porque atingiu com maior agressividade aquelas atividades com maior ênfase às exportações, subitamente tornadas inviáveis graças à sobrevalorização cambial levada a cabo em 1994.

Desse modo, Rosa (2014) constatou que, contrariamente às principais regiões produtoras brasileiras (que sofreram grandes retrocessos no período neoliberal), foi justamente nessa época que a indústria de calçados de São João Batista viu emergir uma potente estrutura produtiva, inclusive com o nascimento das principais firmas do setor, todas especializadas na produção de calçados femininos e com direcionamento exclusivo ao mercado nacional.

O POLO CALÇADISTA DE SÃO JOÃO BATISTA: DESENVOLVIMENTO PÓS-DÉCADA DE 1990 — O ESTÁGIO ATUAL DA PRODUÇÃO.

Na sua fase atual, não é exagero dizer que a estrutura produtiva desenvolvida na região tem na década de 1990 seu principal impulso dinamizador à formação de um polo industrial aos moldes do que definiu Perroux (1977). Conforme denuncia o Quadro 1, foi justamente nos anos da década em questão que a indústria de calçados de São João Batista viu nascer suas principais firmas compositoras, tornando a estrutura industrial, por definitivo, a força motriz do desenvolvimento regional.

Nesses termos, observou-se que foi a partir da década de 1990 que da indústria de calçados desenvolveu-se assumindo “formas que são as da grande indústria moderna; separação dos fatores de produção entre si, concentração de capitais sob o mesmo poder, decomposição técnica de tarefas e mecanização” (PERROUX, 1977, p. 101).

De pronto ressalta-se que o quadro tende a contrastar diametralmente aquele esposado por Costa e Passos (2004, p. 19), no qual, segundo os autores, “a crise atingiu as empresas a partir do mesmo ano e mesma direção, tanto para as empresas localizadas no cluster do Vale dos Sinos quanto para as demais regiões brasileiras”, mostrando, portanto, que o polo calçadista de São João Batista fugia à regra durante o

período assinalado. Eis a flagrante contribuição trazida à análise pela categoria de formação socioespacial, pois, ao analisarmos a produção de calçados com base na dinâmica das combinações geográficas da região, evitou-se a homogeneização dos resultados verificados no nível nacional.

Quadro 1. Principais firmas produtoras da estrutura industrial de São João Batista

Empresa	Cidade	Fundação	Produção/ dia	Funcionários
Raphalla Booz	São João Batista	1966	3700	370
Ana Paula	São João Batista	1976	1700	250
Giovana Pash	São João Batista	1980	400	35
ALA	São João Batista	1986	10000	411
Século XXX	São João Batista	1986	2500	260
Parô	São João Batista	1987	1800	140
Via Scarpa	São João Batista	1992	17000	550
Lia LIne	Nova Trento	1993	4000	1000
Contramão	São João Batista	1993	2000	110
Suzana Santos	São João Batista	1995	13000	360
Aye Aye	São João Batista	1996	1000	46
Villamonn	São João Batista	1997	300	40
Bárbara Kras	São João Batista	1998	7500	475
C&M Ind. Calc. LTDA	São João Batista	1998	2500	90
Um terço	Nova Trento	2002	200	15
Menina Rio	São João Batista	2004	1800	N/d
Letícia Costa	São João Batista	2004	2400	52
Di Valentini	São João Batista	2007	4000	224
Carmelita Diniz	São João Batista	2011	300	18

Fonte: Rosa (2014)

Por seu turno, a explicação para o fenômeno reside na capacidade de especialização produtiva do polo industrial em questão, atendendo exclusivamente à demanda do mercado interno, e não pelo ambiente gerado pela abertura comercial como querem fazer pensar Bonelli e Pinheiro (2008), entusiastas da abertura. De fato, Costa e Passos (2004) demonstraram que o ambiente de abertura causou grandes transtornos, principalmente às principais firmas brasileiras, por impedir que as exportações, mediante a agudeza da sobrevalorização cambial, encontrassem demanda nos mercados externos.

Interessa-nos ressaltar que, em análise ao Quadro 2, é possível observar um movimento de expansão do polo com a abertura de inúmeras firmas correlatas, ou “movidas”, conforme denominou Perroux (1977). No andamento dos seus processos produtivos, as firmas motrizes tendem a gerar os chamados *spillovers*⁷, movimento que faz crescer a demanda de insumos e serviços que atuam como incentivos à formação de um segundo grupo de firmas geograficamente localizadas e encarregadas de suprir a expansão da demanda requerida pelas firmas motrizes.

Quadro 2. Principais firmas correlatas da indústria de calçados de São João Batista

Empresa	Ramo de atuação	Ano de fundação
Cartonagem Batistense	Embalagens	1969
Cartonagem Puel	Embalagens	1986
Vgessele Embalagens	Embalagens	1991
Plastsetti	Solados injetados	1996
Polisola	Solados injetados	1997
Ind. e Com. de Papel	Embalagens de papel	1998
SJB Solados	Solados Injetados	1999
Formatt embalagens	Embalagens	2011
Company Embalagens	Embalagens	2002
J3D/Hipper	Solados injetados	2002
Quimicola	Materiais químicos	2005
Solabelle	Solados injetados	2005

Fonte: Rosa (2014)

7 Os chamados *spillovers* são movimentos de transbordamentos que emanam a partir de uma indústria motriz e se fazem sentir noutros setores industriais, comerciais e de distribuição.

De posse do quadro acima, destacamos que na sua concepção estrutural geral a produção está assentada sob aproximadamente 406 firmas ligadas à fabricação de calçados, o que quer dizer que a região sedia nada menos que 66% das forças produtivas catarinenses responsáveis pela produção de calçados, condição que a coloca como a principal aglomeração geográfica da produção desse produto no estado de Santa Catarina.

Desse quadro total, estimativas apontam para um total de 325 firmas ligadas diretamente à produção propriamente dita, destacando-se a significativa participação das micro e pequenas empresas que atingem 97% do total; o restante é completo por firmas de médio porte (ROSA, 2014).

No seu entorno estão sediadas aquelas firmas correlatas à atividade principal, que perfazem cerca de 80 empresas, das quais se destacam as prestadoras de serviços (limpeza, mecânicos industriais, transporte de funcionários), comércio (atacados, lojas de aviamentos e sintéticos), cartonagem (caixas e embalagens), insumos químicos (colas, corantes e vernizes) e fornecedoras de saltos e solados que, excedendo a oferta da demanda local, buscam ligações comerciais para fora da região produtora da qual fazem parte, configurando-se na segunda maior carreadora de prestígio regional.

Na sua expressão geográfica, a região é reconhecidamente uma produtora de calçados direcionada ao público feminino. Seus produtos são desenvolvidos com marcantes ligações às tendências da moda, o que se convencionou chamar de “calçados tipo modinha” (ROSA, 2014) ou *fast fashion*, essa última acepção veio de empréstimo do setor de vestuário.

É de suma importância assinalar que nesse nicho específico de mercado ligado à moda, a produção limita-se a pequenos lotes e tem duração de produção entre dois e três meses, já que sofre constantes modificações incrementais visando, sobretudo, a mudar a aparência dos calçados com a renovação de materiais e adornos. Daí o porquê de a produção regional não sofrer com as tão propaladas importações asiáticas, pois esse tipo de coleção tende a permanecer em vigor exatamente no tempo médio de traslado das mercadorias de outros sítios mundiais (cerca de três meses), o que acaba por incapacitar as investidas de produtos importados.

Como reflexo dessa especificidade produtiva, a região tem no mercado nacional seu principal palco de atuação comercial, já que direciona 89% de sua produção a este nicho de mercado específico. Por conseguinte, Rosa (2014) constatou em seu estudo que, no

mercado nacional, a região Nordeste é também aquela de maior importância para o escoamento da produção regional, situação que à primeira vista parece apresentar-se como um paradoxo, já que é naquela porção do território nacional em que estão instaladas unidades de produção de importantes firmas de envergadura nacional. Vale lembrar que essa é a principal característica da reestruturação da indústria nacional de calçados pós-década de 1990.

No entanto, ainda conforme nosso autor, essa especificidade distributiva dá-se pelas características geográficas daquela região, o que torna o Nordeste do país num sedutor atrativo ao escoamento produtivo por pelo menos dois quesitos básicos. O primeiro deles está ligado ao condicionante geográfico da invariabilidade climática, condição que proporciona aos empresários uma produção de “tocada continuada” de calçados do tipo sandálias abertas, que como se sabe, consiste num produto com poucas variações de etapas produtivas, baixa quantidade de insumos, de baixo custo e grande aceitabilidade, já que se moldam às características de uso da região com altas temperaturas.

O segundo grande atrativo está atrelado à inexistência de paradas da produção. Por ser de tocada continuada, as firmas não precisam adequar a produção às típicas trocas de coleções ligadas às diferentes estações do ano. Por sua vez, essa condição evita gastos com máquinas e equipamentos específicos para a produção das coleções de inverno, além de evitar treinamento dos trabalhadores em adequações às novas habilidades requeridas pelas variadas linhas de produtos.

No que diz respeito aos produtos, salvo iniciativas bastante isoladas ligadas à confecção de calçados com marcas próprias, no geral ainda é muito presente na região a prática do sistema *private label*, sistema no qual as fábricas atuam como produtoras contratadas ligadas a clientes detentores de marcas próprias. Esse quadro é potencializado pela crescente tendência varejista que vem se colocando como importante estratégia nos mais diversos segmentos econômicos do país, notadamente encontrando no concorrido mercado calçadista uma vasta área a explorar.

Outro pressuposto bastante marcante na região diz respeito à flexibilização da produção, enquadramento típico de terceirização produtiva. Nesse sentido, a terceirização destina-se a partes do processo produtivo como costuras, colagens de saltos, forros etc. e toma mais forma nos chamados ateliês familiares, firmas caracterizadas pela reduzida estrutura fabril que está, na

quase totalidade, empregando unicamente mão-de-obra familiar infantil e feminina.

Importa-nos dizer que tais estruturas passaram a ganhar mais espaço no quadro estrutural regional pós-década de 1990, resultando num dos principais mecanismos da reestruturação produtiva do setor calçadista de São João Batista, movimento entronizado, sobretudo, pela busca de mão-de-obra a preços mais baixos e enxugamento das estruturas de produção, movimento de reestruturação defensiva se comparado ao da década de 1970.

Normalmente surgidos dos quadros de ex-funcionários das firmas da região, os ateliês significaram um fôlego novo à indústria regional de calçados por possibilitarem a externalização de setores produtivos inteiros (corte, costura, colagem etc.), em boa medida, desafogando as firmas por possibilitar corte de custos com o quadro de trabalhadores sem acarretar perdas na produção, processo que, ao cabo, visa maior retorno do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como proposto em colocações iniciais, o presente ensaio buscou fazer uma análise do setor calçadista desenvolvido em São João Batista com base nos pressupostos teórico-metodológicos respaldados pela categoria de formação socioespacial. A partir disso foi possível elencar os condicionantes que, em atuação dialética, forneceram as bases para a futura industrialização voltada à produção calçadista na região em questão.

Desse modo, com base no setor calçadista, ressaltamos a seminal importância da localização geográfica de assentamento da colônia, as características físicas e químicas das terras bem como a organização produtiva fundamentada na pequena produção mercantil, condição primeira para a formação de um mercado consumidor propiciado pela função de “nó de passagem regional” desempenhado pela cidade, condições dadas que favoreceram o desenvolvimento de atividades artesanais ligadas ao trabalho com o couro, nomeadamente estopim para a manufatura dos calçados.

Outrossim, a formação de uma região produtora aos moldes de um “polo de crescimento” se deu pela singularidade da produção desenvolvida na formação socioespacial regional. A inviabilidade de atuação internacional provocada pelo baixo desempenho estrutural das pequenas fábricas da região findou em forçar o direcionamento da produção ao atendimento do

mercado nacional, condição que, futuramente, mostrar-se-ia requisito imprescindível para driblar a crise observada no cenário nacional pós-abertura comercial da década de 1990.

De outro modo, a especialização produtiva como condicionante geográfico da produção resultou numa região voltada exclusivamente para a confecção de calçados femininos ligados às variações da moda, marcante característica que atua como blindagem ao embate direto com produtos fabricados noutras regiões brasileiras e aqueles importados a preços mais convidativos.

Por fim, quando vista à luz da categoria de formação socioespacial, a indústria de calçados de São João Batista mostra-se uma singularidade geograficamente localizada que foge a qualquer homogeneidade de análise.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CALÇADOS (Ed.). Inteligência. 2014. Disponível em: <<http://www.abicalcados.com.br/site/inteligencia.php?cat=2>>. Acesso em: 1 jan. 2015.

BONELLI, R.; PINHEIRO, A. C. Abertura e crescimento econômico no Brasil. In: BARROS, O.; GIAMBIAGI, F. (Org.). **Brasil globalizado**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. p. 86-123.

CHOLLEY, A. Observações sobre alguns pontos de vista geográficos. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, n. 179, p. 139-145, 1964.

COSTA, A. B.; PASSOS, M. C. **A indústria calçadista no Rio Grande do Sul**. Rio Grande do Sul: Unisinos, 2004.

JABBOUR, E. **China hoje: projeto nacional, desenvolvimento e socialismo de mercado**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril, 1982.

MAMIGONIAN, A. A indústria em Brusque (Santa Catarina) e suas consequências na vida urbana. **Boletim Carioca de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3/4, p. 46-82, 1960.

_____. Estudo geográfico das indústrias de Blumenau. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 387-481, 1965.

_____. Indústria. In: _____. **Atlas Geográfico de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1986.

_____. A geografia e a formação social como teoria e como método. In: SOUZA, M. A. A. (Org.). **Mundo do cidadão, um cidadão do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 198-206.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

MAURICI, D. B. **São João Baptista do Alto Tijucas Grande**. Blumenau: Odorizzi, 2008.

PAIM, G. **Industrialização e economia natural**. Rio de Janeiro: ISEB, 1957.

PELUSO JÚNIOR, V. A. **Aspectos geográficos de Santa Catarina**. Florianópolis: FCC; UFSC, 1991.

PERROUX, F. O conceito de polo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, J. **Economia regional**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977. p. 145-156.

ROSA, H. R. **Gênese, desenvolvimento e re-estruturação da indústria calçadista de São João Batista**. 2014. 289 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: _____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2012. p. 21-32.

SEABRA, F.; LINS, H. N.; CARIO, S. A. F. Arranjo produtivo de calçados da região do vale do Tijucas. In: CARIO, S. A. F. et al. (Org.). **Economia de Santa Catarina: inserção industrial e dinâmica competitiva**. Blumenau: Nova Terra, 2008. p. 115-148.

WALLERSTEIN, I. A análise dos “sistema-mundo” como movimento do saber. In: VIEIRA, P. A.; VIEIRA, R. L.; FILOMENO, F. A. (Org.). **O Brasil e o capitalismo histórico**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 17-28.

Territorialidade cultural em tempos de globalização: uma análise da atuação do estado e de centros culturais

Cultural territoriality in times of globalization: an analysis of the operation of the state and cultural centers

JADSON ALBUQUERQUE¹

ANTÔNIO ARTHUR CRUZ DO NASCIMENTO²

1 Graduado em Geografia – Universidade do Estado do Pará.
E-mail: albuquerqueson@gmail.com

2 Graduado em Geografia – Universidade do Estado do Pará.
E-mail: aarthurcdn@hotmail.com

Resumo: O território, dentro de uma abordagem de geografia política, faz referência a um fragmento do espaço submetido a relações de poder, sejam elas em âmbitos econômicos, sociais e/ou políticos. Nessa perspectiva, o território comporta uma gama de fenômenos humanos, ricos alvos de análise científica. Neste estudo, é verificável um ensaio explicativo do desempenho do espaço territorializado culturalmente em relação à globalização e à atuação do Estado nesse processo: inter-relações entre o capital, território cultural e Estado.

Palavras-chave: território, cultura, globalização.

Abstract: The territory within an approach to political geography refers to a fragment of space subjected to power relations, whether in economic, social and/or political areas. In this perspective, the territory includes a range of human phenomena, rich targets for scientific analysis. In the present study, we analyzed an essay explaining the performance of the space culturally territorialized regarding Globalization and the State action in this process: inter-relationships between capital, cultural territory, and State.

Keywords: territory, culture, globalization.

INTRODUÇÃO

Os grupos sociais vivem uma crise de identidade? Esta questão é cerne de alguns estudos e debates científicos em todo o mundo na tentativa de esclarecer como os grupos de indivíduos mantêm seu território cultural na atual fase de globalização. Neste ensaio, o território é tido como a base em que se manifestam a cultura e o imaginário de determinado grupo social historicamente constituído, sendo esse território cultural(ista) na conceituação de Haesbaert (2007).

A pretensão deste estudo é dar continuidade ao debate sobre o assunto abordado, utilizando uma revisão bibliográfica, buscando argumentar o processo

de mesclagem cultural ou sociedade-mundo característica do atual momento. O ensaio segue tratando de algumas concepções sobre território, especificamente sobre o território tido como cultural, apropriado simbolicamente. Em seguida, trata do processo de globalização numa perspectiva histórica e atual, sua ação homogeneizadora e ao mesmo tempo fragmentadora sobre os territórios e principalmente sobre o território cultural. Em seguida propõe-se discorrer sobre o papel do Estado diante da conjuntura global que se segue em tempos atuais; qual seria, afinal, a função do Estado nesses tempos? Finalmente, aborda a globalização e seus imperativos em território nacional brasileiro, ou seja, reflexos do processo global no Brasil.

CULTURA E IMAGINÁRIO, A IDENTIDADE NA FORMAÇÃO DE UM TERRITÓRIO

O território, assim como outras categorias de análise da geografia, não é apreciado e analisado apenas dentro da abordagem geográfica, porque é lente de análise de outras vertentes científicas, sendo abordado de maneiras diferentes em cada campo de estudo. Neste caso, o território é tratado como uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolve concomitantemente sociedade e espaço geográfico (HAESBAERT, 2007, p. 42).

O enfoque desta reflexão é o território simbólico, constituído por um processo de apropriação de um espaço por meio das representações culturais, do imaginário e/ou da identidade social do indivíduo ou grupos étnicos sociais, em que o principal vetor desse território é a relação de identificação cultural; a apropriação caracteriza o processo de territorialidade, que para Sack (1986) apud Rosedahl (2005) é definida como uma estratégia de controle sempre vinculada ao contexto social na qual se insere.

O território está intimamente ligado ao espaço geográfico a ponto de até serem confundidos um com o outro; o território não é somente uma construção social num lugar, como o espaço geográfico, mas o é concomitantemente com a apropriação desse espaço, imprimindo uma relação de poder, nesse caso, simbólica. Ressalta-se que esse espaço tornado território é constituído de identidade cultural e é antagônico entre as sociedades tradicionais e as sociedades tidas como modernas. Naquelas, os indivíduos são capazes de preencher todo o território com a apropriação simbólica, e nestas o território é descontínuo e utilitarista, servindo inicialmente para acatar os imperativos dos indivíduos.

A identidade é um grande vetor da concepção de território até aqui adotado, tendo diversas abordagens em diferentes campos de análises científicas. Aqui é tratada como uma concepção sociológica do sujeito, sendo a identidade, então, “Intrínseca ao sujeito ou grupo social que não é autônomo ou autossuficiente, mas que na verdade há um interacionismo com importantes pessoas ou outros grupos e onde há uma mediação de valores, sentidos, e símbolos – a cultura”. (HALL, 2011)

O imaginário, que é o conjunto de representações, crenças, desejos, sentimentos, em termos dos quais o indivíduo ou um grupo de indivíduos vê a realidade e a

si mesmo, também constitui essa identidade e esse território; constitui ainda um ramo basilar da culturalidade de um povo, pois ele representa a essência imaterial que materializa a cultura no espaço. É o imaginário cultural que fundamenta a tradição e as crenças, e nessa perspectiva, influi a manifestação física da cultura tanto no espaço (delimitação cultural territorial) quanto na fabricação de utensílios integrantes da cultura. Então é este, entre os diversos tipos de formação territorial, que dá seus suspiros para não desaparecer entre as múltiplas territorialidades emergentes que se sobrepõe, características da atual conjuntura, a do mundo globalizado/fragmentado. Então, se torna instigante aprofundar a análise nas implicâncias que o processo globalizador exerce sobre pontos que se constituem de particularidades em relação a uma homogeneização imposta pelo sistema em destaque.

A GLOBALIZAÇÃO NO TERRITÓRIO

O processo de globalização define-se como o mais intenso aprofundamento da integração política, econômica, social e cultural que a humanidade já presenciou, e é característica integrante do sistema de produção capitalista. Milton Santos define o período atual da globalização como meio técnico-científico-informacional por haver intensa imbricação dos processos tecnológicos, da ciência e da informação global.

Tal sistema de produção vigente nos tempos atuais, é dotado de artifícios de dominação e expropriação na esfera econômica, política, social e cultural que são responsáveis por manter na diretriz da sociedade uma cultura de consumo e exploração humana sistemática e soberana que sustenta o círculo vicioso desse sistema. Dessa forma, o meio técnico-científico-informacional implica numa rápida homogeneização dos espaços, das manifestações e do comportamento dos que compõe o espaço, fundamentada na venda de uma ideologia de mercado que os induz a uma pseudo participação ativa e benéfica a esse sistema de produção; referimo-nos, assim, à massa populacional que gira a máquina da globalização de maneira passiva às expropriações, essencialmente na esfera do consumo.

Santos (2008) abarca essa temática explicando-a por meio também da existência de uma psicofera, constituída a partir da veiculação de um imaginário que comercializa uma imagem do meio técnico-científico-informacional e, dessa forma, passiva para a

fluidez do capital e mercadoria em relação à massa. Assim, a venda e difusão de ideologias de vida para fins lucrativos induzem a um processo de rompimento das fronteiras territoriais culturais por agentes que buscam impor modos de vida externos. Portanto, é honesto afirmar que esse processo é concretizado acima de diversos meios e que se apresenta em diferentes facetas de acordo com cada território que age.

Assim, é importante declarar que existe uma tentativa forçada de generalização de comportamentos conferida pela ação da globalização exercida sobre territórios culturalizados e sob relações desse território. Essa tentativa de generalização é perceptível, pois o processo desfragmentador tem grande força em desvincular identidades de um território e dar ênfase no efêmero, tornando as relações flutuantes, não pertencentes somente à lógica daquele território, mas à lógica externa, global. Diante disso, alguns teóricos defendem que essa conjuntura apresentada é a constituição de uma sociedade pós-moderna global que, nos termos de Giddens (1990) apud Hall (2011), é a separação entre espaço e lugar, sendo o lugar específico, concreto e perceptível; por outro lado, o espaço pode ser “cruzado”, sofre a interferência das lógicas externas que “cruzam” esse espaço.

Nesses termos de uma sociedade pós-moderna, as manifestações tradicionais (nacionais) se tornam mais vulneráveis e passíveis de bombardeamento da penetração cultural vinda de diversas partes do globo. Compete dizer também que, apesar da dimensão cultural da globalização ser muito mais complexa, recheada não só de homogeneizações, existe também de resistências e hibridismos (CANCLINI, 2000 apud FURMANN, 2011). Existem movimentos de resistência ao processo de homogeneização cultural, o multiculturalismo é exemplo disso. Stuart Hall faz importante distinção:

Multicultural é um termo qualificativo. Descreve as características sociais e os problemas de governabilidade apresentados por qualquer sociedade na qual diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum, ao mesmo tempo em que retêm algo de sua identidade original. Em contrapartida o termo multiculturalismo é substantivo. Refere-se às estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiplicidade gerados pelas sociedades multiculturais (HALL, 2002 apud FURMANN, 2011p. 11).

Multiculturalismo, portanto, define políticas públicas para convivência entre diversas culturas dentro de um mesmo Estado-nação (FURMANN, 2011). Furmann continua falando sobre o objetivo das políticas multiculturalistas que resistem à homogeneidade cultural, principalmente quando esta homogeneidade é considerada única e legítima, submetendo outras culturas ao particularismo e dependência. Esse é o caso da cultura do consumo da globalização. Por isso, o multiculturalismo pode ser apontado como forma de resistência à homogeneização da globalização. Talvez possamos nos fazer um questionamento, qual é a função do Estado diante da globalização, será que ele ainda constitui uma forma de resistência ou ele já foi capturado pelo sistema? Ressaltamos que as formas de resistência são em sua maioria ineficientes diante da globalização, e que não cabe aqui esmiuçar processos que se opõem de forma enérgica à globalização, mas de uma amostragem, mais adiante, desses processos.

O ESTADO-NAÇÃO E A GLOBALIZAÇÃO NO BRASIL

O Estado ganha um papel de destaque diante dessa (des)ordem vigente, como uma instituição que é responsável por organizar as políticas públicas e por ocupar um território definido, já não tendo mais uma função suprema de construção de políticas públicas, segundo alguns teóricos. O Estado foi constituído como representação máxima de um povo, e diante da atual situação global tem sua função colocada em xeque, afinal, o processo global invade os territórios e os impõe uma nova lógica. Então, qual seria a função do Estado, a de regulador ou de subordinado da ordem vigente?

O controle do Estado sobre o tempo e o espaço vem sendo sobrepujado pelos fluxos globais de capital, produtos, serviços, tecnologia, comunicação e informação. A apreensão do tempo histórico pelo Estado mediante a apropriação da tradição e a (re)construção da identidade nacional passou a enfrentar o desafio imposto pelas identidades múltiplas definidas por sujeitos autônomos. A tentativa de o Estado reafirmar seu poder na arena global pelo desenvolvimento de instituições supranacionais acaba comprometendo ainda mais sua soberania (CASTELLS, 2001 apud COSTA, 2004 p. 5)

Ferreira (2008) nos elucidava muito a questão dos interesses da globalização em relação ao Estado quando diz que os pensadores da globalização, geralmente neoliberais, querem o desaparecimento do Estado ou sua drástica redução em prol da queda de todas as barreiras – alfandegárias, fiscais, econômicas etc. –, que impedem uma plena globalização. Mas, como vimos anteriormente, a globalização não se dá apenas no ramo econômico, mas também no território cultural. Também cabe ou coube ao Estado regular esse território, sendo ele a representatividade desse espaço; mas, como vimos nas palavras de Ferreira (2008) sobre o Estado estar perdendo o poder regulador, acontece que o território, munido de representações culturais e do imaginário do grupo de indivíduos, se torna passível também de regulações externas, como já vimos anteriormente e agora reafirmado pela ineficiência do Estado perante o avassalador processo de fragmentação.

Por outro lado, é importante ressaltar que o Estado não desapareceu, ele ainda constitui a representação dos povos, e que diante do processo global, tenta se esforçar para satisfazer as necessidades da população – pelo menos na teoria –, e tenta amparar os excluídos do processo global. Mas os esforços do Estado para sobreviver não são o enfoque dessa passagem, e sim a decadência dessa instituição e a perda do poder de regular o território cultural.

O processo globalização/fragmentação é conhecido por estar em todo o mundo, e no Brasil não é diferente. Passam pelo Brasil suas redes que exercem suas características nesse território.

No Brasil, a ação homogeneizadora também se manifesta, e um dos aspectos mais expressivos desse fato é definido por uma financeirização da cultura articulada tanto por órgãos governamentais como por empresas. Essa expressividade ganha notoriedade, por exemplo, num estudo desenvolvido por Santos (2008) acerca da visibilidade que o governo baiano passou a ter sobre o acervo cultural do estado. A incorporação da cultura como plano de governo consistiu principalmente em uma estratégia de comercialização e massificação da cultura baiana para um mercado consumidor turista, significando uma restauração de cidades do Recôncavo Baiano e do Centro Histórico de Salvador e a elaboração de um produto comercial cultural comercializável de maneira mais massificada. Dessa forma, o governo passa a visualizar a cultura como algo rentável para o Estado, incorporando assim nesse processo tanto empresas de

pequeno porte quanto grandes redes de hotéis e logística. É considerável afirmar a predominância de um território cultural defasado por interesses externos.

Denota-se, nesse caso, uma abordagem comercial da cultura, algo que não é padrão para uma análise macro da cultura brasileira e das influências da globalização.

Outro resultado detectável desse processo é uma adaptação da “mercadoria cultural” externa para com o lugar. Essa manifestação é bilateral e é visível tanto no sentido global quanto local. Na segunda situação, é verificada na avalanche de produção musical internacional que tem se massificado cada vez mais na região Norte do Brasil, especialmente no Pará: tem se notado uma espécie de adaptação dessa mercadoria internacional às particularidades paraenses por meio da produção de uma fração de tecno melody, gênero musical peculiar do Pará, com melodias que imitam produções internacionais, ou seja, a informação musical internacional é posta de maneira diferente e concomitante ao local dentro do estado.

Resistir ao que é externo tem se tornado, nessa conjuntura, mais complicado aos centros culturais diversos, ao passo que a diminuição do tempo para veiculação de informação, bens e pessoas é mais expressiva. Resistir é abordado aqui como a capacidade que as culturas detêm para defender os traços distintivos que as marcam; isso implica a capacidade de articular estratégias variadas para manter uma história interna específica, com ritmo próprio, como um modo simbólico de existir no tempo histórico e no tempo subjetivo. Assim, adotamos a teoria de que nenhuma cultura se desenvolve de maneira autônoma, e sim a partir de contatos com outras manifestações culturais.

Nessa abordagem, afirmamos que em tempos de globalização o que se verifica é uma válvula – por parte do Estado ou pelos grupos e organizações culturais populares – de controle a interferências externas. Isso significa que focos culturais brasileiros e outros não são intactos enquanto coexistentes da ordem atual, se verifica um nivelamento de influência, ou seja, essas culturas são, em diferentes níveis, submetidas e impregnadas de influência externa. Nesses termos é que as manifestações dos grupos de indivíduos vêm perpassando a história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caminhando nestes pressupostos, tentamos reunir algumas referências que falam sobre a atuação do

processo global e que levantam a questão da construção de um território sociocultural historicamente constituído em que desponta em seu seio uma crise de identidade por causa das influências da globalização. Como vimos, o território apropriado de representações culturais, imaginários de um povo, o torna simbolicamente importante, caracterizando-se assim uma territorialização definida que preenche esse espaço de símbolos. O que acontece nos dias atuais é que com o status atual da globalização emergem diversas territorialidades que se sobrepõe numa tentativa incessante de homogeneizar uma lógica em um maior número de territórios possíveis, longe de um multiculturalismo que seria uma política de tolerância à diversidade territorial. Acontece que os fluxos globais e essas territorializações emergentes são efêmeros e seguem uma lógica concentradora e descomprometida com as particularidades dos territórios tradicionais e culturais. Entendemos, analisando essa conjuntura, que há uma desordem, em certo nível aparente, e que até mesmo o Estado está envolto nos processos globais, estando, segundo alguns autores, subordinado aos imperativos da globalização e do sistema capitalista. Assim, fica claro que esse sistema capitalista, por meio da globalização, comanda um processo de homogeneização/fragmentação em diversos espaços e territórios, fazendo com que sua lógica seja obedecida, mesmo que para isso tenha que subordinar relações e interferir em outras culturas.

REFERÊNCIAS

- COSTA, G. J. M. Globalização e a perda da identidade do estado-nação. Dissertação (Monografia do curso de Especialização em Pensamento Político Brasileiro). Julho de 2004. Disponível em: <<http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/getulio.html>> Acesso em: 1 ago. 2013.
- FERREIRA, F. O. Estado nacional e globalização: o discurso de uma crise e a crise de um discurso. *Revista Eletrônica Inter-Legere*, n. 3, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://cchla.ufrn.br/interlegere/revista/pdf/3/es04.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2012.
- FURMANN, I. Globalização e Estado: dimensões e dilemas. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 16, n. 3077, dez. 2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/20555>>. Acesso em: 29 ago. 2012.
- HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas*, v. 1, n. 2, p. 7-20, ago. 2007.
- HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracila Louro. – 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.
- ROSEDAHL, Z. Território e territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da religião. In: XENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 2005, São Paulo. Anais... Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/57052863/TERRITORIO-E-TERRITORIALIDADE-UMA-PERSPECTIVA-GEOGRAFICA-PARA-O-ESTUDO-DA-RELIGIAO>>. Acesso em: 29 ago. 2012
- SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

O mapeamento das áreas vulneráveis aos riscos ambientais e as políticas públicas municipais para a sustentabilidade do patrimônio ambiental urbano

Mapping of areas vulnerable to environmental risks and municipal public policies for the urban environmental patrimony sustainability

FRANCIELE CAROLINE GUERRA¹
ANDRÉA APARECIDA ZACHARIAS²

1 Aluna de graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista – Unesp/
Campus de Ourinhos/SP. E-mail: fran.guerra94@gmail.com

2 Profa. dra. da Universidade Estadual Paulista – Unesp/Campus de Ourinhos e profa.
dra. do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unesp/Campus de Rio Claro
(SP). E-mail: andrea@ourinhos.unesp.br

Resumo: Este trabalho faz parte da pesquisa de iniciação científica desenvolvida no Grupo de Pesquisas em Geotecnologias e Cartografia Aplicadas à Geografia – Geocart/Unesp-Ourinhos, com apoio financeiro da Fapesp, cujo objetivo é avaliar alguns indicadores ambientais no município de Ourinhos (SP) para obter as áreas vulneráveis aos riscos ambientais urbano por alagamentos, enxurradas, enchentes e inundações, visando políticas públicas municipais para a sustentabilidade e gestão do patrimônio ambiental urbano. Para isso, vem utilizando como base os conceitos vulnerabilidade, risco e patrimônio ambiental. Em uma abordagem etimológica, a palavra “risco” significa situação de perigo, “vulnerabilidade” pode ser entendida como suscetibilidade por parte do ser humano a uma situação de perigo ou dano, e “patrimônio ambiental” são todos os elementos considerados pelos processos de construção cultural do ambiente urbano – entendido enquanto materialização das relações sociais. Se relacionados à cartografia de síntese, seus objetos tornam-se importantes indicativos de sustentabilidade na ordenação territorial, pois espacializam as áreas de potencialidades e vulnerabilidades de um dado território, contribuindo diretamente para propostas de políticas públicas municipais que compõem as etapas de planejamento ambiental dos Planos Diretores. Assim, tomando como base as novas políticas ambientais federais – em especial a Lei nº 12.608/2012 –, que estabelecem como competência dos municípios identificar e incorporar os mapeamentos de riscos e vulnerabilidades, promovendo a fiscalização dessas áreas para a preservação do patrimônio ambiental urbano, o trabalho adota como concepção teórica o método de investigação da análise sistêmica da paisagem, em que natureza, homem, sociedade e cultura passam a ser planejados e compreendidos de maneira integrada. Para isso, emprega os procedimentos metodológicos apresentados por Alvez (2006) e as considerações epistemológicas de Marandola Júnior e Hogan (2006); Esteves (2011); Lustoza (2011). Ao final, pretende-se obter uma cartografia de síntese que busque as áreas vulneráveis aos riscos ambientais urbanos de Ourinhos, com a perspectiva de contribuir com algumas medidas mitigadoras que contribuam para políticas públicas municipais de gestão patrimonial e de qualidade ambiental, além de efetivar discussões para um ordenamento territorial em áreas de potencial desequilíbrio ambiental que necessitam de conservação, proteção, controle e monitoramento enquanto patrimônio natural e cultural, ou seja, patrimônio ambiental urbano.

Palavras-chave: áreas de vulnerabilidades e riscos ambientais, ordenamento territorial, sustentabilidade, patrimônio ambiental urbano.

Abstract: This study is part of the scientific research developed in the Group of Research in Geotechnology and Cartography Applied to Geography – Geocart/Unesp-Ourinhos, with financial support of Fapesp, whose objective is to assess some environmental indicators in the municipality of Ourinhos, São Paulo, to get the areas vulnerable to urban environmental risks by flooding, flash flood, flood, and inundation, aiming at municipal public policies for sustainability and management of urban environmental patrimony. Thus, we have been using as a base the concepts **vulnerability**, **risk**, and **environmental patrimony**. In an etymological approach, the word “risk” means a hazard situation, “vulnerability” can be understood as the susceptibility of the human being to a hazard or damage situation, and “environmental patrimony” comprises all elements considered by the processes of cultural construction of the urban environment – which is understood as the materialization of social relations. When related to synthesis cartography, its objects become important indicators of sustainability in regional planning, for they spatialize areas of capabilities and vulnerabilities of a given territory, directly contributing to the municipal public policy proposals that compose the steps of environmental planning of Master Plans. Thus, based on the new federal environmental policies, in particular the Law no. 12.608/2012, which establishes as competence of the municipalities to identify and to incorporate the mappings of risks and vulnerabilities, promoting the supervision of these areas for preservation of urban environmental patrimony, the study adopts as theoretical concept the research method of systematic analysis of the landscape, in which nature, man, society, and culture are being planned and understood in an integrated way. Thus, we employ the methodological procedures presented by Alves (2006) and epistemological considerations of Marandola Jr. and Hogan (2006), Esteves (2011), and Lustoza (2011). At the end, we intend to obtain a synthesis cartography, targeting the areas vulnerable to urban environmental risks in Ourinhos/São Paulo in order to contribute with some mitigating measures that in turn contribute to municipal public policies aiming at patrimony management and of environmental quality, in addition to conducting discussions to a regional planning in areas of potential environmental imbalance that require conservation, protection, control, and monitoring as a natural and cultural patrimony, that is, the urban environmental patrimony.

Keywords: areas of vulnerability and environmental risks, regional planning, sustainability, urban environmental patrimony.

INTRODUÇÃO

Há muitas décadas os geógrafos vêm estudando os termos “**riscos**” e “**hazards**”. Todavia, essa tradição surgiu antes da degradação ambiental em escala mundial, bem como das discussões oriundas sobre a qualidade de vida urbana. Desde então, os estudos sobre a relação homem-meio/sociedade-natureza fez coincidir nos impactos resultantes da ação antrópica sobre um determinado espaço.

Segundo Dagnino e Carpi Júnior (2007), o **risco** se apresenta em situações ou áreas em que existe a probabilidade, susceptibilidade, vulnerabilidade, acaso ou azar de ocorrer algum tipo de ameaça, perigo, problema, impacto ou desastre.

Esteves (2011) relaciona a palavra risco a: risco ambiental, risco social, risco tecnológico, risco financeiro, risco natural, geralmente associados aos acidentes naturais, segurança pessoal, saúde, condições de habitação, trabalho, transporte, condição da criança e do

adolescente, violência e investimentos financeiros, enfim, ao cotidiano da sociedade moderna.

Vários cientistas, entre eles os geógrafos, têm utilizado os riscos –sobretudo os *hazards* – de forma aplicada com larga tradição e dedicação ao desenvolvimento de políticas públicas e com preocupação no bem-estar da população (MARANDOLA JÚNIOR; HOGAN, 2004, p. 96). O estudo dos termos “risco” e “perigo” sobre *natural hazards* têm concentrado esforços, segundo os autores, para recuperar a história do desenvolvimento, apresentando a relação da população com o ambiente.

De acordo com Dagnino e Carpi Júnior (2007), na atualidade aparecem em destaque na literatura quatro tipos de classificação de riscos: o **risco natural**, que não é atribuído à ação humana; o **risco tecnológico**, que deve levar em conta três fatores indissociáveis (o processo de produção, o processo de trabalho e a condição humana); o **risco social**, que são divididos em dois tipos: os **riscos endógenos**, relacionados aos elementos naturais e às ameaças externas, e os **riscos**

exógenos, relacionados diretamente ao produto das sociedades e às formas de política e administração adotadas; e por último o **risco ambiental**, que segundo Veyret e Richemond (2007) é entendido como um termo sucinto que abriga os demais riscos, agravados pela atividade humana e pela ocupação do território.

A partir das definições supracitadas, este trabalho considera que o maior **risco ambiental** em áreas urbanas de cidades médias não litorâneas ocorre por meio de **eventos naturais** – intensos ou não –, ocasionados, evidentemente, por chuvas intensas e ventos fortes (vendavais), como também por **ações antrópicas** em detrimento de habitações em áreas ambientais impróprias, como terrenos facilmente inundáveis, encostas íngremes e impermeabilização e uso inadequado dos solos urbanos, além dos processos de desmatamento, degradação e erosão dos solos por conta da urbanização e sistemas de drenagem urbana ineficientes.

A partir desse escopo, o mapeamento serve como subsídio para as políticas municipais, trabalhando de seqüências para a gestão do patrimônio e para suas propostas de conservação e preservação do patrimônio ambiental e cultural urbano. Assim, o patrimônio ambiental está diretamente relacionado aos bens culturais enquanto materialização das relações sociais e que fazem parte do habitat humano em harmonia com a natureza e a cultura.

Yázigi (2001), citado por Lustoza (2011, p. 17), sugere a seguinte definição ao considerar o patrimônio ambiental urbano como “um sistema material constituído por conjuntos arquitetônicos, espaços e equipamentos públicos, elementos naturais e paisagísticos aos quais foram atribuídos valores e qualidade capazes de conferir significado e identidade a determinado recorte territorial urbano”.

Nessa lógica, pode-se dizer que nas cidades o risco ambiental possui uma complexidade de conceitos, estudos e casos. Assim, torna-se fundamental pesquisas que divulguem metodologias com propostas de identificação de áreas riscos ambientais como subsídios ao ordenamento territorial municipal, a fim de contribuir com políticas públicas voltadas à sustentabilidade ambiental. Essa consideração leva este trabalho ao mapeamento das áreas de riscos ambientais urbanos de uma cidade de médio porte, como o município de Ourinhos (SP), localizado na porção Sudoeste do estado de São Paulo, cujo limite territorial equivale a 282 km², sendo que destes 90 km² corresponde às áreas urbanas.

OBJETIVOS

Considerando as novas políticas ambientais e exigências federais, sobretudo da Lei nº 12.608 de 10 de abril de 2012, a qual prevê que os municípios identifiquem e incorporem os mapeamentos de vulnerabilidades e riscos em seus Planos Diretores, é objetivo deste trabalho apresentar o mapeamento das áreas vulneráveis ao risco ambiental urbano do (no) município de Ourinhos por enchentes, inundações, alagamentos e enxurradas, e indagar a ideia dos patrimônios ambientais urbanos como cenário de gestão das políticas de sustentabilidade e conservação, além da preservação da memória, da identidade e de vidas.

MÉTODO DE ANÁLISE

A metodologia deste trabalho emprega como concepção teórica o método de investigação sistêmica da paisagem, tendo como base o conceito de paisagem como um todo sistêmico em que se combinam a natureza, a economia, a sociedade e a cultura, em um amplo contexto de inúmeras variáveis que buscam representar a relação da natureza como um sistema e dela com o homem. Para isso, utilizou as considerações de Alvez (2006), por permitir exemplos dotados de indicadores e variáveis relevantes sobre a temática envolvida.

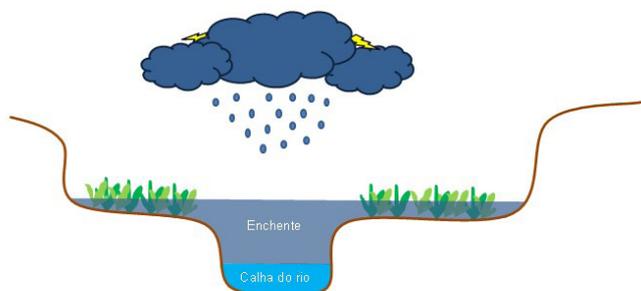
Todavia, pelo fato deste trabalho considerar as áreas de enchentes, inundações, alagamentos e enxurradas no ambiente urbano, torna-se fundamental explicitar no método de análise que embora enchentes, inundações, enxurradas e alagamentos nos levem a um mesmo entendimento – concentração de água –, cada um deles caracterizam situações diversas quando ocorrem.

A Figura 1 apresenta um esquema de uma seção de rio em área rural. Nela observa-se a calha principal do rio, que é onde correm as águas durante todo o ano. Quando ocorre uma forte chuva a calha principal do rio, também chamada de leito menor, não tem capacidade suficiente para escoar o fluxo, e então ocorre o transbordamento e as águas passam a ocupar a calha secundária, ou leito maior (cheia fluvial)³. Quando ocorrem chuvas mais intensas, a água do rio pode

3 Cheia fluvial é quando ocorre elevação do nível d'água dentro do rio, resultante de precipitações sobre a bacia.

transbordar para as planícies marginais, ocasionando uma **enchente**. Este fenômeno é natural, mas pode ser agravado pela ação do homem caso haja intervenção no leito do rio.

Figura 1. Seção da calha do rio em área rural.



Fonte: Jacob (2014).

Quando esse fenômeno natural ocorre em áreas onde há ocupação, ocorre **inundação** (Figura 2). Todavia, com a impermeabilização dos solos em áreas urbanas, o escoamento superficial e o volume da água que chega ao rio torna-se maior, provocando uma inundação de maiores proporções. Como a planície marginal até o leito maior do rio está ocupada pela urbanização, o risco ambiental é caracterizado pela inundação.

Já os **alagamentos** são ocasionados pelo acúmulo de água na superfície urbana, que na maioria das vezes ocorrem por falhas no sistema de drenagem.

Figura 2. Seção da calha do rio em área urbana.



Fonte: Jacob (2014).

As **enxurradas** são escoamentos superficiais provocados por chuvas intensas com curto tempo de concentração, em que existem declividades médias a altas. Elas ocorrem devido ao rápido acúmulo de água na calha principal do rio, o que causa acréscimo na velocidade das águas. Essas situações muitas vezes estão associadas ao movimento não só de água como também de terras, pedras, pedaços de troncos e tudo o que aparecer no caminho, criando um movimento de massa ainda mais destruidor. As enxurradas podem ocorrer em áreas rurais e também urbanas. A Figura 3 exemplifica todos os fenômenos citados.

Figura 3. Exemplo de enchente, inundação e alagamento em área urbana.

Enchente, inundação e alagamento

SÃO PREOCUPANTES PORQUE CAUSAM **EFEITOS IMEDIATOS (DIRETOS) E EFEITOS POSTERIORES (INDIRETOS)** À SAÚDE HUMANA;

Enchente ou cheia é o aumento temporário do nível d'água no canal de drenagem devido ao aumento da vazão*, atingindo a cota máxima do canal, porém **sem transbordamento**

Inundação é o transbordamento das águas de um canal de drenagem, **atingindo as áreas marginais** (planície de inundação ou área de várzea)

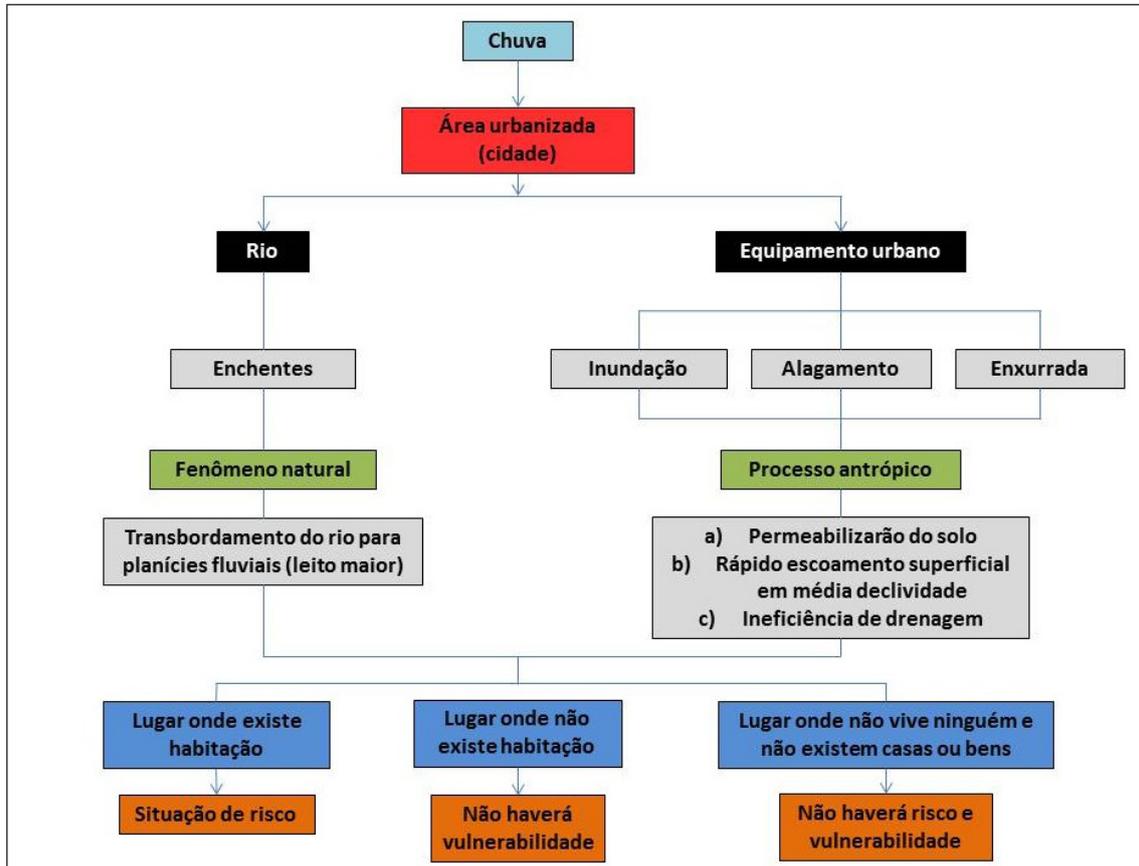
Alagamento é o acúmulo de água nas ruas e nos perímetros urbanos por causa de **problemas de drenagem**

Fonte: Enchente... (2016), adaptado do Ministério das Cidades/IPT (2007).

A partir das definições exemplificadas pelas figuras 1, 2 e 3, pode-se chegar ao modelo da Figura 4, que apresenta uma caracterização de situação de vulnerabilidade ao risco ambiental no ambiente urbano,

tomando como exemplo as enchentes, inundações, alagamentos e enxurradas para entender a dinâmica comum em ambientes urbanos, que ainda ocasionam certo dédalo epistemológico.

Figura 4. Interações entre risco e vulnerabilidade – enchente, inundação, alagamento e enxurrada.



Fonte: Elaboração das autoras (2015).

Ao envolver vários fatores que podem diminuir ou aumentar o risco ao qual o ser humano encontra-se exposto, podendo ser uma situação de enchente, inundação, alagamento ou enxurrada, existirá uma situação de risco.

Em outras palavras, o primeiro caso da Figura 4 mostra um lugar que apresenta ameaça (enchente, inundação, alagamento ou enxurrada) e há habitações no local; a população estará vulnerável, e esses fatores resultam em uma situação de risco. Já no segundo caso, se ocorrer uma ameaça em um lugar em que não há habitação, não haverá ninguém vulnerável. Quando um elemento estiver ausente, não haverá situação de risco. No terceiro caso, se ocorrer uma ameaça em um lugar em que não vive ninguém e não existem casas ou bens, não haverá risco nem vulnerabilidade.

Diante do exposto, percebe-se que o risco está sempre presente, mesmo que um dos elementos seja nulo ou inexistente. O mesmo acontece com a vulnerabilidade, por ser uma condição indissociável da ocorrência do risco.

RESULTADOS OBTIDOS

Desde sua criação, Ourinhos passou por três momentos acentuados relativos à proposta de ordenamento, que apresenta concepções diferentes entre si. Zacharias e Bueno (2013) destacam que foram três momentos em que cada uma apresentou-se seguindo uma tendência epistemológica sobre o que entendia como o ideário para o planejamento urbano municipal.

São elas: a) Proposta de Zoneamento Econômico-Humanístico de 1954/55; b) Proposta de Zoneamento Funcionalista e Tradicional de 1982; c) Proposta de Zoneamento Ambiental e Participativo de 2006 (ZACHARIAS; BUENO, 2013).

Todavia, passados oito anos e meio após sua implantação, o município prepara-se para aferir uma re-discussão das políticas de ordenamento territorial prevista pelo atual Plano Diretor, requerendo-as segundo as novas políticas ambientais e exigências federais, sobretudo a Lei nº 12.608 de 10 de abril de 2012, criada para que os municípios sujeitos a processos geológicos potencialmente danosos – ou não – incorporem os mapeamentos das áreas de riscos e com vulnerabilidades em seus Planos Diretores.

Desde então, o art. 8º (e incisos IV e V) da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), em articulação com a União e os Estados, destaca que é competência dos municípios: IV – identificar e mapear as áreas de risco de desastres, além de V – promover a fiscalização das áreas de risco de desastre, vedando novas ocupações nessas áreas. Essa legislação potencializa a elaboração de mapeamentos de sínteses que indiquem áreas de riscos e expressem o comportamento do ambiente segundo suas reais potencialidades e vulnerabilidades.

Especificamente, no caso de Ourinhos, como o Plano Diretor foi elaborado para estabelecer um encaminhamento do município à compatibilização do desenvolvimento socioeconômico com a preservação ambiental, “em que a tríade NATUREZA – HOMEM – SOCIEDADE passa a ser planejada e compreendida de maneira integrada” (ZACHARIAS, 2006, 2010, p. 116), torna-se um dos seus objetivos estabelecer diretrizes que visem, além da qualidade de vida de seus moradores, também o desenvolvimento socioeconômico e socioespacial sustentável do município.

Nessa lógica dos vinte incisos apresentados no art. 82 do Plano Diretor do município de Ourinhos, Zacharias (2010) explicita que apenas sete apresentam preocupações diretamente ligadas às questões ambientais, sendo eles: V – contribuir com o desenvolvimento sustentável; XI – requalificar a paisagem; XII – estabelecer um controle ambiental eficiente; XV – permitir o monitoramento e o controle ambiental; XVIII – conter a ocupação de áreas ambientalmente sensíveis; XIX – conservar os recursos naturais; XX – evitar ocupações desordenadas.

Ainda destaca que um dos seus pontos positivos é a Proposta de Política Municipal do Meio Ambiente, que prevê a criação da Área Especial de Interesse Ambiental (**AEIA**), que corresponde a áreas públicas ou privadas que terão na política municipal especial atenção quanto à sua proteção, preservação, conservação, controle e recuperação da paisagem e do meio ambiente, situadas nas áreas de fundo de vale, áreas de várzea, áreas sujeitas à inundação, mananciais, áreas de alta declividade e cabeceiras de drenagem (ZACHARIAS, 2010).

Dentro das propostas que constam a **AEIA**, o Plano Diretor aprova a criação de parques lineares no entorno da drenagem urbana. Porém, quando se toma contato com a Lei Orgânica vigente, nota-se que “as propostas foram apresentadas, deixando em segundo plano o esclarecimento, **uma melhor definição** de o ‘**como fazer**’ para sua efetiva implantação, em função dos diferentes conflitos oriundos **do processo de urbanização da cidade**, além do uso e ocupação do solo de habitações nas áreas de várzea” (MORAES, 2013, grifo nosso).

Com o surgimento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), de nível Federal, e que se estende à política municipal, o Governo de Ourinhos manifesta interesse em utilizar parte dessa verba (Tabela 1) para galerias pluviais, pavimentação, guias e sarjetas e canalização dos córregos urbanos, além da urbanização em torno dos córregos.

Tabela 1. Recursos utilizados do Projeto Saneamento Para Todos do Governo Federal (PAC) destinado ao manejo de águas pluviais área urbana de Ourinhos.

Galerias pluviais	35 km
Pavimentação	42 km
Guias e sarjetas	45 km
Canalização	5.537,96 km
Urbanização em torno dos córregos	75.000 m ²
Total investido	R\$ 55 milhões

Fonte: Elaboração das autoras (2015).

Desde então, o Governo Municipal inicia o processo de canalização dos córregos urbanos no município de Ourinhos, potencializando – quando existe ocorrência

de chuvas fortes e intensas – áreas vulneráveis ao risco ambiental por enchentes, inundações, alagamentos e enxurradas.

Por outro lado, nota-se um descompasso entre as políticas públicas aprovadas e as efetivadas pela Lei Orgânica Municipal (Plano Diretor), em detrimento das vantagens oferecidas pelo Programa de Aceleração ao Crescimento (Governo Federal).

Condição que faz Moraes (2013) chamar atenção de que o Plano Diretor:

Trazia os Parques Lineares como solução do problema dos recursos hídricos urbanos, criando uma faixa de preservação permanente ao redor dos rios e córregos melhorando a qualidade da água, do ar, o aspecto paisagístico, entre outros. Ao passo que o PAC, implantado no Município, concomitantemente a isso propunha a canalização dos cursos d'água urbanos como medida de saneamento para a solução de seus problemas, criando galerias fluviais para evitar enchentes. (MORAES, 2013, p. 31).

E que faz Zacharias (2006, 2010) lembrar que:

As Propostas e as Políticas Ambientais do Plano Diretor do Município de Ourinhos-SP, de acordo com as disposições do artigo 182 da Constituição Federal, referente ao Capítulo III da Lei nº. 10.257 a qual fundamenta o Estatuto da Cidade, foi aprovado para estabelecer diretrizes ao município que o levem à compatibilização entre o desenvolvimento econômico e social e a preservação ambiental. (ZACHARIAS, 2006, 2010, p. 120).

Nas políticas de ordenamento territorial, a drenagem urbana (Figura 5 e Tabela 2) é importante por possibilitar a análise espacial da disposição e densidade da rede de drenagem no município em estudo. Zacharias (2006, 2010) esclarece que uma bacia hidrográfica:

Circunscreve um território drenado por um rio principal, seus afluentes e subafluentes permanentes ou intermitentes, estando associado à noção de sistema, nascentes, divisores de águas, cursos de águas hierarquizados e foz. Assim, qualquer ocorrência de eventos em uma bacia hidrográfica de origem antrópica ou natural, irá interferir na dinâmica de seu sistema, modificando sua qualidade e quantidade de água. (ZACHARIAS, 2006, 2010, p. 142).

Tabela 2. Extensão dos cursos de água na área urbana de Ourinhos.

Drenagem urbana	Extensão (m)
Córrego Monjolinho	37.545,99
Córrego Jacuzinho	7.568,29
Córrego Chumbeadinha	4.062,88
Água das Furnas	8.970,85
Christoni	2.693,62
Água da Veada	2.448,08
Água da Furninha	3.301,82
Água do Jacú	1627,22

Fonte: Elaboração das autoras (2015).

Assim, os parques lineares urbanos como áreas verdes viabilizaria a criação de uma faixa de preservação permanente ao redor dos rios e córregos, melhorando a qualidade da água, do ar e o aspecto paisagístico.

Todavia, a canalização dos córregos urbanos foi erroneamente implantada como medida de saneamento por meio de galerias fluviais a fim de evitar enchentes (Figura 6 e Tabela 3). Como resultado, em dias de chuvas intensas a área urbana fica tomada por **pontos de inundação** devido ao transbordamento da calha do rio para a planície de inundação (área de várzea) e por causa dos **pontos de enchentes** (ou cheias), representados pela elevação do nível da água no canal de drenagem. Associados a esses fenômenos, apresentam-se também focos de dengue.

Tabela 3. Extensão e canalização dos cursos de água na área urbana de Ourinhos.

Córregos	Extensão (m)	Canalizado (m)	Urbanização das margens (m ²)	Investimento (R\$)
Monjolinho	37.545,99	1.850	16.650	9.494.940,71
Jacuzinho	7.568,29	-	-	-
Chumbeadinha	4.062,88	-	-	-
Christoni	2.693,62	1.942,43	17.550	10.300.512,10
Água da Veada	2.448,08	-	-	-
Água do Jacú	1.627,22	-	-	-
Água das Furnas e Furninhas	12.272,67	1.745,53	-	12.104.676,65

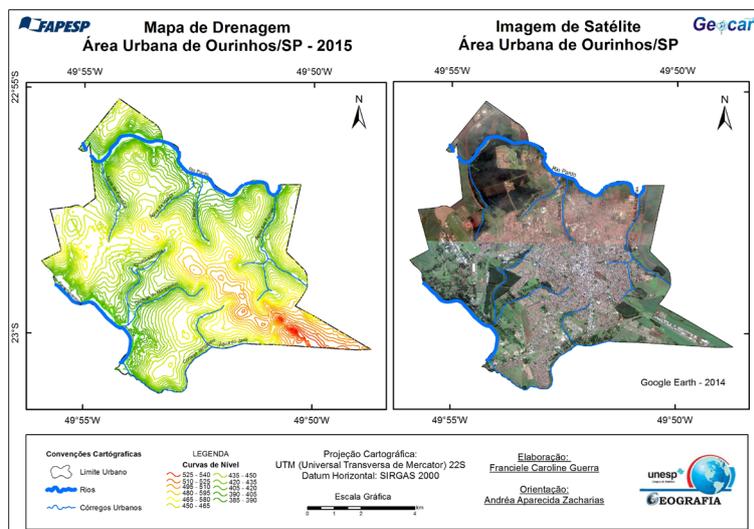
Fonte: Elaboração das autoras (2015).

O município de Ourinhos fica situado na 17ª Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (SP), denominado Médio Paranapanema (UGHI – MP), e possui forte potencial hídrico, que conta com três rios principais: Pardo, Paranapanema e Turvo, além dos tributários provenientes do rio Paranapanema.

Paralelamente, é um município que se caracteriza por uma urbanização sem planejamento com ocupação irregular nas áreas de várzea, tornando as condições

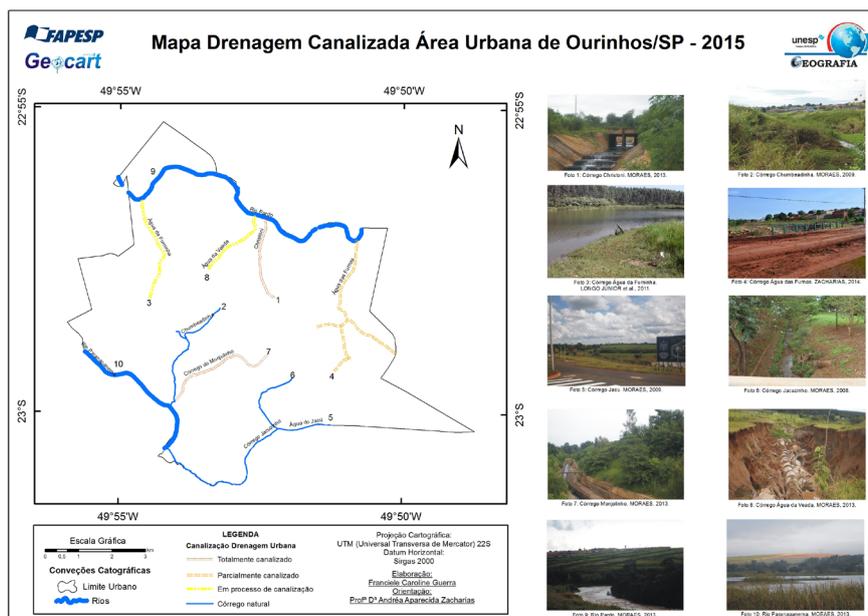
ambientais do ciclo hidrológico dos recursos hídricos inadequadas. Primeiro em função da urbanização que torna o solo impermeável e com rápido escoamento superficial; segundo por ocasionar a diminuição do tempo de percurso da água até os fundos do vale; e terceiro que em momentos de enchentes, inundação, alagamentos ou enxurradas, os lixos da cidade entopem os sistemas de drenagem urbana, acarretando os problemas de saúde, além da exposição da população a riscos e perda de bens (Figura 7).

Figura 5. Mapa da drenagem urbana de Ourinhos.



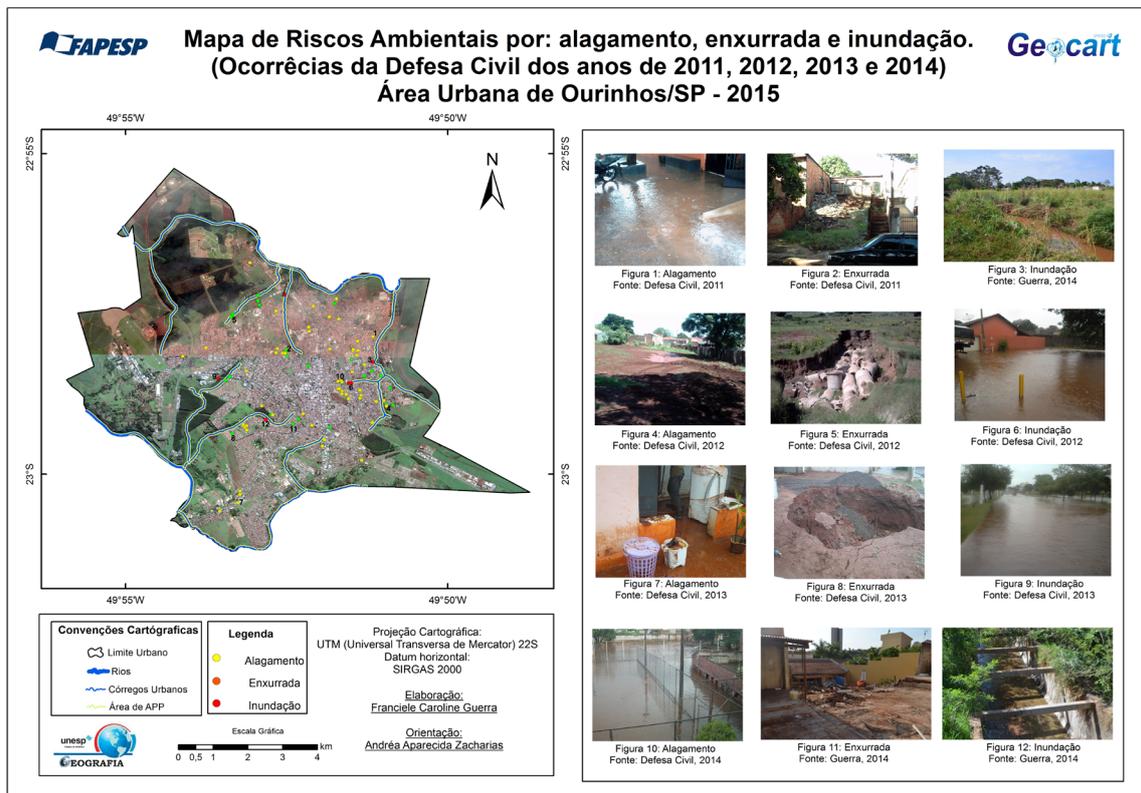
Fonte: Adaptado do Brasil (2007).

Figura 6. Mapa da drenagem canalizada na área urbana de Ourinhos.



Fonte: Elaboração das autoras (2015).

Figura 7. Fotos de riscos ambientais na área urbana de Ourinhos.



Fonte: Elaboração das autoras (2015).

Essa situação ocasiona uma insustentabilidade ambiental se considerarmos que o município de Ourinhos apresenta altos índices pluviométricos, chegando até 450 mm mensais, conforme as informações hidrológicas adquiridas por meio dos dados das estações metrológicas da rede do Departamento de Água e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE).

Portanto, a canalização dos cursos d'água urbana tornou-se um grande potencializador para a ocorrência de enchentes, inundações, alagamentos e enxurradas no município pelos seguintes efeitos:

Transbordamento do rio para as áreas de planícies fluviais (leito maior);

Impermeabilização do solo em decorrência do processo de urbanização;

Rápido escoamento superficial que aumenta sua velocidade nas áreas de média a alta declividade na área urbana;

Ineficiência da rede de drenagem urbana, que já vem se tornando um dos maiores problemas do município, pois há anos não comporta o atual crescimento urbano.

Diante do exposto, as grandes questões que prevalecem se traduzem em: **Parques lineares ou canalização dos córregos urbanos? Sustentabilidade**

ou insustentabilidade? Equilibrar para não alagar ou inundar?

As respostas, infelizmente, o poder público ainda não tem. Porém, esses são os grandes desafios para as políticas de (in)sustentabilidade urbana durante o ordenamento territorial municipal e a conservação do patrimônio ambiental e cultural urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destaca-se a importância dos conceitos aqui apresentados em relação às políticas de ordenamento territorial visando o planejamento ambiental, e também da falta de preservação dos recursos naturais – **rio, solo, vegetação e APPs, microclima urbano** – que atuam diretamente como minimizador do desequilíbrio ambiental.

Assim, este trabalho é uma proposta de análise e contribuição para o mapeamento das áreas vulneráveis ao risco ambiental urbano, visando o gerenciamento das áreas de risco por alagamentos, enchentes, inundações e enxurradas do município de Ourinhos, partindo dos estudos de relacionamentos de inúmeras variáveis

e do entendimento das complexas dinâmicas naturais e humanas. Com isso, dá-se importância à preservação dos núcleos históricos para que os Planos Diretores passem a valorizar a proteção do patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS

- ALVEZ, H. P. F. Vulnerabilidade socioambiental na metrópole paulistana: uma análise sociodemográfica das situações de sobreposição espacial de problemas e riscos sociais e ambientais. **Revista brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 43-59, jan./jun. 2006.
- BRASIL. Ministério das Cidades. Instituto de Pesquisas Tecnológicas. Mapeamento de riscos em encostas e margens de rios. Brasília: Ministério das Cidades; Instituto de Pesquisas Tecnológicas, 2007. 176 p.
- DAGNINO, R.; CARPI JÚNIOR, S. Risco ambiental: conceitos e aplicações. **Climatologia e Estudos da Paisagem**, Rio Claro, v. 2, n. 2, p. 5087, jul./dez. 2007.
- ENCHENTE, inundação ou alagamento? Disponível em: <<https://arquiteturaelugar.wordpress.com/2011/06/29/enchente-inundacao-ou-alagamento/>>. Acesso em: 21 jan. 2016.
- ESTEVES, C. J. O. Risco e vulnerabilidade socioambiental: aspectos conceituais. **Caderno IPARDES**, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 62-79, jul./dez. 2011.
- ESTEVES, C. J. O. **Vulnerabilidade socioambiental na área de ocupa o contínua do litoral do Paraná**. 2011. Tese (Doutorado). Departamento de Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.
- GERALDES, E. A. S. **Paisagem, identidade e memória**: Vila Picinguaba. 2001. Disserta o (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- JACOB, A. C. P. **Você sabe qual a diferença entre alagamento e inunda o?** Aquafluxus. 2014. Disponível em: <<http://www.aquafluxus.com.br/voce-sabe-qual-a-diferenca-entre-alagamento-e-inundacao/>>. Acesso em: 21 jan. 2016.
- LUSTOZA, R. E. Patrim nio ambiental urbano: revendo conceitos. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, IX, 2011, Brasília. **Anais...** Brasília, 2011.
- MARANDOLA, JR. E.; HOGAN, D. J. Natural hazards: o estudo geográfico dos riscos e perigos. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 7, n. 2, p. 95-109, jul./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v7n2/24689.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2011.
- MORAES, W. R. **O estudo dos parques lineares na paisagem urbana do município de Ourinhos/SP**: propostas e subsídios ao ordenamento territorial do Plano Diretor. 2013, 119 f. Disserta o (Relatório do Exame de Qualifica o de Mestrado). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2013.
- WIESS, R.; HENZ, A. M. K; Santiago, A. G. Identifica o da fragilidade ambiental quanto a enchentes na cidade de Santa Maria-RS, por Geotecnologias. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS, n. XX, 2003, Bento Gonçalves. **Anais...** Bento Gonçalves, 2003.
- ZACHARIAS, A. A. **Zoneamento ambiental e a representa o cartográfica das unidades de paisagens**: propostas e subsídios para o planejamento ambiental do município de Ourinhos – SP. 2006, 200 f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2006.
- _____. **A representa o gráfica das unidades de paisagem no zoneamento ambiental**. São Paulo: Unesp, 2010.
- ZACHARIAS, A. A.; BUENO, E. D. O ordenamento territorial do (no) município de Ourinhos, Estado de São Paulo, Brasil: diálogos entre os mitos e a realidade. In: 14^o ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA. **Anais...** Lima, 2013.

AGRADECIMENTOS

  Funda o de Amparo   Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) pelo suporte financeiro, sem o qual não seria possível o desenvolvimento desta pesquisa.

“Princípios de geografia humana”, de Paul Vidal de La Blache

DEYSE CRISTINA BRITO FABRÍCIO¹

ANTÔNIO CARLOS VITTE²

1 Graduanda em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

E-mail: deyse_nytzah@hotmail.com

2 Orientador da pesquisa. Professor da Unicamp e pesquisador do CNPq.

Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

E-mail: vitte@uol.com.br

Paul Vidal de La Blache (1845-1918) é uma figura de grande importância para a constituição da geografia humana na passagem do século XIX para o século XX. Sua obra de destaque para a geografia regional francesa é *Princípios de geografia humana*, publicada postumamente em 1922, por Emmanuel de Martonne. Na época de Paul Vidal de La Blache a geografia era encarada como auxiliar da história. Por isso, a geografia lablachiana acaba criando tipologias próprias à geografia, em vias de sistematização, e centra-se no estudo da relação entre o homem e o meio, temática que até a atualidade permanece recorrente, além de retomar discussões em relação ao conceito de *região*, que na geografia também permanece atual.

Entre os conceitos utilizados na obra, vários deles apresentam um viés que se inspira na biologia e no evolucionismo, enquadrados em quatro ideias principais: “organismo, meio, ação humana e gênero de vida” (GOMES, 1996, p. 198).

La Blache parte do “princípio da unidade terrestre”, obedecendo a leis gerais que se encadeiam e se combinam de formas específicas em cada região do globo (p. 30). O meio, por sua vez, seria “dotado de uma potência tal que pode agrupar, e manter juntamente, seres heterogêneos em correlação recíproca” (p. 34). Dessa maneira, “Cada região representa um domínio, onde se reuniram artificialmente seres díspares, que aí se adaptaram a uma vida em comum” (p. 34). Diante dessas noções, emprestadas das ciências naturais, age sobre o meio uma força adicional e influente, a ação humana, sendo que o homem é encarado como um fator geográfico “ao mesmo tempo, activo e passivo” (p. 41).

É nessa relação com o meio que, historicamente, os grupos humanos se constituíram enquanto gêneros

de vida diferenciados ao longo do tempo, constituindo uma “herança” em que cada grupo superou obstáculos e exigências específicas.

Por isso, insere-se a noção de contingência: “Os gêneros de vida atuais são, portanto, resultados contingentes dos gêneros de vida anteriores, ao longo de uma cadeia contínua, regida não por uma ideia de necessidade, mas somente de possibilidade” (GOMES, 1996, p. 205). Cada grupo desenvolveu uma forma específica de relação com o meio, mediante várias influências físicas, históricas e sociais. Isso insere ao conceito de gênero de vida um caráter de singularidade.

A herança de cada grupo enquadra-se na luta para superar os obstáculos da natureza e na criatividade para controlá-la e transformá-la. É assim que cada gênero de vida adquire uma feição específica, que relaciona as características do meio às técnicas utilizadas nos transportes, na construção de casas, na alimentação, no vestuário etc. Nesse sentido, La Blache busca compreender como os gêneros de vida se articulam num todo, que constitui a civilização em suas várias etapas.

É dessa forma que o conceito de gênero de vida passa a embasar a análise da espacialização das sociedades, mediante a ideia de graus de civilização. Nessa concepção, a obra *Princípios de geografia humana* reporta, inicialmente, aos povos ditos primitivos. Por isso, a primeira parte da obra é dedicada à explicação da distribuição dos homens na superfície terrestre mediante a “evolução” dos povos. La Blache apresenta também, nesse momento, uma preocupação com a epistemologia da geografia, explicando a noção de região tendo como foco a importância da ação humana, sendo que “o elemento humano é essencial em toda a Geografia” (p. 27). Com o fator humano e as singularidades dos lugares é que La Blache procura explicar a distribuição

dos gêneros de vida pelo globo. Para isso, cita mestres e filósofos, como Humboldt, K. Ritter, F. Ratzel, Aristóteles, Heráclito e Ptolomeu, entendendo a Terra como um organismo, explicável a partir da formulação de leis gerais (p. 30).

A segunda parte da obra trata das diferenças e semelhanças das formas de civilização pelo globo. Há uma análise histórica dos gêneros de vida chamados por La Blache de “grandes aglomerações humanas”, como o Egito, a China e a Índia (p. 87). Já a terceira parte insere a análise sobre o Mediterrâneo e a Europa, voltando-se à circulação, à construção de estradas e às transformações modernas na paisagem pelo desenvolvimento e inovação dos meios de transporte, sempre com uma visão evolucionista.

A argumentação inicial da obra é interligada às suas conclusões. Primeiramente, La Blache se pergunta por que há áreas povoadas e outras não. Sua resposta leva em conta que algumas regiões foram mais propensas à vida, localizadas ao longo de cursos de rios, inicialmente na África e na Ásia (p. 87). Dessa forma, se as regiões áridas ou muito frias foram ocupadas é porque houve uma intensa pressão pelos recursos em áreas mais férteis, impulsionando emigrações (p. 88).

Assim, a distribuição dos gêneros de vida pela superfície terrestre tem como base ideias evolucionistas, com povos que se dispersam pela competição em relação aos recursos. Nessa dispersão, ocorreriam isolamentos responsáveis pela diferenciação dos gêneros de vida. Ideia semelhante é proposta por Darwin (2004), referindo-se às modificações e formações das espécies a partir da importância dos isolamentos: “o isolamento oferece a uma nova variedade o tempo necessário para se aperfeiçoar lentamente, sendo isso, ponto importante” (DARWIN, 2004, p. 114-115).

Desse modo, para La Blache, a distribuição dos homens no globo ocorreria por uma progressão descontínua, produzindo isolamentos. A partir da aglomeração de núcleos humanos ao longo do curso de rios ocorreu uma separação por obstáculos, como montanhas. Em sua obra, o autor considera que “é preciso conceber grandes espaços habitualmente vazios, vastas zonas de isolamento” (p. 365). Nesse isolamento, em sua relação com o meio, o homem teria engendrado seu modo de vida, levando à criação de técnicas capazes de transformar o ambiente (p. 40). Analisados a partir de ideias evolucionistas, esses isolamentos levaram à formação de “raças” que, em vários casos, não cessam de modificar-se.

As origens das principais diversidades de raças escapam-nos [...] Mas [...] muitos fatos advertem-nos de que a matéria humana conserva sua plasticidade e que, incessantemente modelada pelas influências do meio, é capaz de prestar-se a combinações e formas novas. O trabalho da formação de raças está sempre a fazer-se (p. 373).

Nessa análise, muito próxima ao darwinismo, quando um grupo desloca-se para outra região, “pela necessidade ou pela força”, traz consigo seu gênero de vida. “Poderá conservá-lo, se o novo habitat for semelhante ao antigo. Mas pode verificar-se incompatibilidade entre os seus hábitos e o meio onde ele se estabelece. Novos usos impõem-se” (SORRE, 1984, p. 107).

Segundo essa ideia, a construção de casas, por exemplo, ocorreria com materiais que as aglomerações humanas tinham ao seu alcance. Clima e solo determinariam o uso preponderante da madeira, terra ou pedra. Esses materiais, concomitantemente, também guiariam a mão do homem. Como exemplo, o autor diz que no Japão utilizou-se a madeira, pois havia muitas coníferas. Já nas zonas áridas havia terra argilosa, possibilitando a fabricação de tijolos (p. 215-216). Apesar da possibilidade que o meio oferece de mudanças e “evoluções” a um gênero de vida, La Blache argumenta que a formação dos isolamentos, porém, pode trazer estagnação.

A série de esforços pelos quais o homem [...] assegurou sua existência parece ter estimulado a inteligência em determinado sentido, de que não mais se desviou. Chega um momento em que esses esforços param; e se nada de novo vem solicitar a actividade, esta adormece sobre os resultados adquiridos. Um período de estagnação sucede a períodos de progresso, tal como aconteceu na China e noutras partes (p. 277).

Em alguns casos, então, a população ficaria estagnada em seus hábitos, assemelhando-se às sociedades animais por serem presas, historicamente, à mesma forma de interação com o meio (p. 80-84). Dessa maneira, a circulação e o contato com outros povos seriam fundamentais, trazendo um estímulo ao progresso das civilizações.

Em acréscimo, segundo o autor o meio europeu teria sido muito mais exigente, por isso a população que lá vive fez um povoamento original, concentrando a principal massa da humanidade, capaz de uma “evolução” mais complexa, constituindo-se, desde tempos antigos, num centro difusor de inovações (p. 374).

Mediante as argumentações da obra, há culturas rudimentares, pontuais, e outras capazes de transmitir seus progressos, evidenciando a importância do intercâmbio entre gêneros de vida. A Europa ocidental teria apresentado um desenvolvimento quase contínuo, o que não ocorrera com as civilizações da África e da Ásia, habitantes das zonas de deserto e de estepes. Por isso, os europeus teriam como missão alastrar seu “progresso” e “evolução” para outros gêneros de vida (p. 277-278).

Prosseguindo a análise, é importante lembrar que o conceito de gênero de vida não perpassa a neutralidade, como foi destacado por Lacoste (1997, p. 57). As disputas históricas entre potências europeias, principalmente entre Alemanha e França, inserem as monografias regionais vidalianas como uma tentativa de justificar o imperialismo francês. Cada país seria considerado uma unidade, com suas várias regiões. As fronteiras seriam algo “dado”, demarcadas principalmente por meios naturais, sendo pertencentes à nação desde tempos imemoriais.

Algo a ressaltar é que Paul Vidal de La Blache, embora concentre sua análise muitas vezes nos gêneros de vida cristalizados numa paisagem rural, fisionomia em que se notam as permanências, é sensível também às mudanças de sua época, notando o aperfeiçoamento dos meios de transporte e das vias de circulação.

Por fim, La Blache coloca as cidades como o testemunho de civilizações num estágio mais avançado, “que certas regiões não atingiram, que, possivelmente, não atingirão nunca por si mesmas” (p. 280). No contexto da época há um otimismo quanto às maiores possibilidades desse intercâmbio. “O movimento e a vida aceleram-se constantemente. Uma atração mais forte [...] provocou entre as diferentes regiões da terra uma fermentação que anteriormente não teria sido possível” (p. 361).

Para La Blache a cidade de Paris despontaria com um crescimento harmonioso que deixa visível uma “unidade urbana mais ou menos perfeita” (p. 384). É nesse ponto que as monografias regionais de Paul Vidal de La Blache acabam ocupando-se de novas questões colocadas, como a circulação, que serão continuadas por seus discípulos com a produção de monografias urbanas, inclusive no Brasil. Dentro dessa ótica, a crença no progresso e nas conquistas da civilização exprimem, na visão de La Blache, que “as modificações operadas pela ciência são as mais rápidas: a utopia de ontem é a realidade de amanhã” (p. 361). Dessa maneira, várias

questões são constantemente recolocadas na obra de Paul Vidal de La Blache, como as referências ao positivismo e a crença no progresso, ao mesmo tempo em que posturas historicistas, que valorizam a liberdade humana e a singularidade de cada cultura, entram em foco. Podemos, então, citar Gomes (1996, p. 222), colocando a obra de Paul Vidal de La Blache como “Nem moderna, nem tradicional”, pois ela “incorpora a perpetuidade relativa das grandes referências de um passado, em que se pode encontrar tantas maneiras de interpretar, quanto os pontos de vista daqueles que a examinam”.

REFERÊNCIAS

BERDOULAY, V. La Géographie Vidalienne: entre texte et contexte. In: CLAVAL, P. (Org). **Autour de Vidal de La Blache: la formation de l'école française de géographie**. Paris: CNRS, 1993. p. 19-26.

BRAY, S. C. Os postulados da análise funcionalista na geografia e seus aspectos ideológicos. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p. 29-37, 1977.

CAPEL, H. S. **Filosofia y ciencia en la geografía contemporánea: una introducción a la geografía**. 3. ed. Barcelona: Barcanova, 1988.

COMTE, A. **Curso de filosofia positiva**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 3-39.

DARWIN, C. **A origem das espécies**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

GOMES, P. C. da C. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GOMEZ, J. M. et al. **El pensamiento geográfico: estudio interpretativo y antología de textos (de Humboldt a las tendencias radicales)**. 2. ed. rev. aum. Madrid: Alianza, 1994.

HOBBSAWM, E. J. **A era dos impérios, 1875-1914**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

_____. **A era do capital, 1848-1875**. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LA BLACHE, P. **Princípios de geografia humana**. Lisboa: Cosmos, 1954.

_____. As características próprias da Geografia. In: CHRISTOFOLETTI, A. (Org.). **Perspectivas da geografia**. São Paulo: Difel, 1982. p. 37-47.

LACOSTE, Y. **A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 4. ed. Campinas: Papirus, 1997.

LENCIONI, S. **Região e geografia**. São Paulo: Edusp, 1999.

MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2008.

SANGUIN, A. **Vidal de La Blache (1845-1918): un génie de la géographie**. Paris: Belin, 1993.

SORRE, M. A noção de Gênero de vida e sua evolução. In: MEGALE, J. F. (Org.). **Max Sorre**. São Paulo: Ática, 1984. p. 99-123.